

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Departamento de Pós-Graduação em Literatura
Área de concentração: Literatura Brasileira
Orientadora: Tânia Regina Oliveira Ramos
Mestranda: Veridiana Almeida

Histórias (d)e mulheres Um livro, muitas vidas

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Literatura
pela Universidade Federal de Santa Catarina, área
de concentração Literatura Brasileira.

julho
2005

À minha mãe:

Afinal, este material testemunha um triunfo dela. Minha vitória, antes de ser minha, pertence a ela.

Agradecimentos

A Deus.

À Tânia Regina Ramos de Oliveira, pela orientação segura e competente, estímulo e amizade prestada.

À minha família, pelo incentivo, apoio e carinho.

Aos professores: Alai Garcia Diniz, Lauro Junkes, Simone Pereira Schmidt, Alckmar Luiz dos Santos, pelas diversas formas de colaboração.

Aos amigos, pelo desprendimento e dedicação com que compartilharam comigo a travessia desta etapa de minha vida.

À Elba Maria Ribeiro, pela recepção e auxílio.

Resumo

Uma proposta de leitura de um romance que conta quinhentos anos de história do Brasil ou quinhentos anos de história das mulheres no Brasil. Refiro-me à obra *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, de Maria José Silveira, publicada em 2002. Observa-se, na estrutura do romance, a relação que a autora estabelece entre ficção e história, num jogo bem undido entre vinte personagens mulheres. Apresento, desse modo, uma reflexão que incide sobre as tais personagens e o período histórico em que viveram. Entram em pauta debates morais, nos quais se afirma a periculosidade dessa prática e que resultam numa série de acontecimentos recolhidos, agrupados, organizados, de modo a constituir um anel de uma grande cadeia de fatos históricos. A cintilação destes, sem lei aparente, choca-se, mistura-se e comanda-se reciprocamente em torno de cada mulher, em cada momento de sua vida.

Uma reconstituição da chegada dos portugueses ao Brasil, de 1500 até o século XXI. Ou seja, de Inaiá a Maria Flor. Entre elas, uma história de revolução constante, paciente, obscura e prudente, talvez.

Palavras-chave: Mulher, ficção, história.

Résumé

Une proposition de lecture d'un roman qui raconte cinq cents ans d'histoire du Brésil ou cinq cents ans d'histoire des femmes au Brésil. Je me rapporte à l'ouvrage *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* (La mère de la mère de sa mère et ses filles), publié en 2002 par Maria José Silveira. On observe, dans la structure du roman, la relation que l'auteur établit entre la fiction et l'histoire dans un jeu qui articule très bien les 20 personnages féminins. Je présente de cette façon, une réflexion qui tombe sur ces personnages et sur la période historique où ils ont vécu. Il y a des débats moraux qui affirment la periculosité de cette pratique tout en ayant comme résultat une série d'événements recueillis, classés, organisés pour construire un lien d'une de ces grandes chaînes de faits historiques. Leur scintillation de cela, sans loi apparente, se heurte, se mélange et se dirige réciproquement autour de chaque femme dans chaque moment de sa vie.

Une reconstitution de l'arrivée des Portugais au Brésil, de 1500 jusqu'au siècle XXI. C'est-à-dire, de Inaiá à Maria Flor. Entre les deux femmes une histoire de révolution constante, patiente, obscure et prudente peu-être.

Mots-clés: Femme, fiction, histoire.

Sumário

<i>Introdução</i>	9
<i>Capítulo I: Situando a História</i>	15
1.1 Literatura (d)e mulheres	15
1.2 A Literatura de Maria José Silveira	17
1.3 O modo de contar	21
1.4 Tempo-espaço	25
1.5 Diálogos com outros textos	27
<i>Capítulo II: 500 anos de História do Brasil</i>	30
2.1 A apropriação da História oficial por Maria José Silveira	30
2.2 Sob o ponto de vista da História	35
2.3 Diálogo entre a História e a Literatura	38
2.4 História de homens?	41
<i>Capítulo III: 500 anos de História das Mulheres</i>	44
3.1 A mãe da mãe	44
3.2 Mulher, mulheres	47
3.2.1 União-matrimônio	47
3.2.2 Família	50
3.2.3 Maternidade	52
3.2.4 Sobre parto	53
<i>Capítulo IV: 500 anos de um Brasil construído por uma história feminina</i>	55
4.1 História (d)e mulheres	55
<i>Inaiá</i>	56
<i>Tebereté</i>	58
<i>Sahy</i>	60
<i>Filipa</i>	62
<i>Maria Cafuza</i>	63
<i>Maria Taiaôba</i>	65
<i>Belmira</i>	67

<i>Guilhermina</i>	68
<i>Ana de Pádua</i>	69
<i>Clara Joaquina</i>	73
<i>Jacira Antônia</i>	76
<i>Maria Bárbara</i>	78
<i>Damiana</i>	79
<i>Açucena Brasília/ Antônia Carlota</i>	82
<i>Diana América</i>	84
<i>Diva Felícia</i>	85
<i>Ana Eulália</i>	89
<i>Rosa Alfonsina</i>	91
<i>Lígia</i>	92
<i>Maria Flor</i>	95
 <i>Capítulo V: Articulando a História</i>	 100
5.1 Mulheres conquistam seu espaço	100
5.2 Gênero, raça e classe	106
5.3 Lembranças.....	108
5.4 Tecendo comentários.....	112
 <i>Considerações Finais</i>	 116
 <i>Referências Bibliográficas</i>	 118

Introdução

Mulher, ficção e história. *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*¹ – da escritora Maria José Silveira – assinala a reunião desses três potenciais narrativos. Nessa tríade, é representada a preocupação com as configurações complexas e evolutivas das relações humanas, políticas, religiosas, sociais, marcadas em cada tempo e consolidadas com o embate entre a vida e a morte numa tessitura narrativa de vinte mulheres que formam o romance. Estas emergem numa construção ficcional e, simultaneamente, numa construção histórica. É um livro que busca narrar 500 anos de História: são relatadas a história do Brasil e a história das mulheres no Brasil, remetidas a épocas, sociedades e com vivências diferentes. Para avaliar o que elas alcançaram ao longo do tempo, torna-se necessário lançar um olhar na maneira como é dada a representação da continuidade das gerações de mulheres no romance, pois estas “tiveram de conciliar valores em conflito e inventar novas configurações de sentido para poderem criar para si próprias um lugar que antes não existia.”² Esta concepção nos é repassada através da leitura do romance em estudo, o qual oferece condições ao leitor, de visualizar o panorama histórico em que são representados dramas individuais femininos, mas que vão igualmente remetendo a uma história de conquistas de novos papéis sociais de duas dezenas de mulheres brasileiras. Isso posto, verificamos que esses temas tornam-se críveis e instigantes, logo, serão, aqui, priorizados.

No primeiro capítulo dos cinco que compõem a dissertação – *Situando a história* – apresento, inicialmente, um balanço das principais abordagens sobre a obra de Maria José Silveira. Esse balanço é o eixo de referência que permeia os capítulos subseqüentes, com discussões acerca dos aspectos que envolvem o romance

¹ SILVEIRA, Maria José. *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*. São Paulo: Globo, 2002.

² DUBY, Georges e PERROT, Michelle. (orgs.). FRAISSE, Geneviève e PEROT, Michelle. (direção). *História das mulheres no Ocidente*. Vol.4. São Paulo: Ebradil, 1991, p. 323. Trata-se de cinco volumes, divididos cronologicamente e intitulados como Antiguidade, Idade Média, Tempos Modernos, Século XIX e Século XX.

contemporâneo, baseando-se na noção de que essa leitura proporciona ao leitor uma visão muito específica da realidade, provocando fendas, rupturas e novos ângulos de abordagem. A discussão se manifesta no sentido de refletir o trabalho incessante da literatura, ao lançar novos autores, com a marca da transgressão. Surgem, nesse cenário, autores cujo talento aponta para o sentido da renovação, quando a ficção parece exaurir-nos com a repetição de temas, com a reciclagem formal e com um “requestrar” de parâmetros narrativos. Sem dúvida, uma das características da literatura contemporânea está vinculada ao desmascaramento da escala de valores tradicionalmente imposta como verdade e traz a inquietação, o questionamento, a dúvida em relação às condições de produção, circulação e recepção, sendo vista como um trabalho humano, com raízes na realidade – razão por que a interação entre texto e contexto adquire uma maior relevância no movimento editorial.

O primeiro capítulo é dedicado, desse modo, às primeiras análises dos recursos empregados por Maria José Silveira, ao elaborar sua obra, colocando o leitor a par de suas estratégias literárias. O objetivo não é elucidar o modo como foi feita a obra, mas situá-la no interior de uma tipologia de sistemas significantes da história.³ Neste sentido, proponho um estudo da estrutura do romance, tanto na sua particularidade estrutural como na sua emergência histórica. E, reafirmando as características contemporâneas, quais os fatos, idéias ou livros daqueles 2000 serão usados pela história para, no futuro, dar conta de tal momento? O que, no presente, faz sentido para uma reflexão crítica?⁴

Assim, no segundo capítulo – 500 anos de História do Brasil, busco uma tentativa de resposta. E dentre as várias respostas possíveis, uma delas centra-se na presença dos romances históricos ou romances que metaficcionalizam⁵ a história. É visto que muitos autores contemporâneos têm investido na representação do passado.

³ LOPES, Edward. “Discurso literário e dialogismo em Bakhtin”. In: *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 64.

⁴ Essas e outras reflexões a respeito da recepção da literatura contemporânea são discutidas por Josefina Ludmer. Trata-se de uma entrevista concedida a Paulo Roberto Pires. Artigo extraído em 22/03/2003. Ver: <http://nominimo.ibest.com.br/servlets/newstorm.notitia.apresentacao>.

⁵ Termo criado por Linda Hutcheon para analisar, à luz do pós-modernismo, romances que possuem um “fundo histórico” – uma mescla de história e ficção. De acordo com a dissertação de Jenair Maria Patrício, defendida em agosto de 2004, na UFSC, Florianópolis, metaficção historiográfica é uma reprodução de um certo período histórico, somado à apresentação de algumas idéias filosóficas; uma consciente mudança da história, através de omissões, distorções e anacronismos; a utilização de personagens da história como protagonistas das narrativas e o recurso a comentários e reflexões do narrador sobre seu próprio relato. Ver: HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

De acordo com Stephen Bann, os conceitos tradicionais da escritura histórica foram ressuscitados, por assim dizer, com uma nova autoconsciência quanto a seu status cultural e sua relevância.⁶ O romance histórico e o romance policial, dois subgêneros narrativos, que atingiram o seu ponto alto no século XIX, voltam a dominar a cena literária. Observa-se que, no final do século XX, houve um crescente interesse pela temática histórica, por parte dos ficcionistas, mas com várias transformações ou diferentes ângulos de abordagem. Nota-se que o romance histórico clássico, por sua vez, considerado fruto de uma grande fé na história, enquanto processo universal de desenvolvimento direcionado para um fim, alimenta-se na crença da possibilidade de um conhecimento objetivo do passado, ou seja, procura respeitar a cronologia e o teor dos fatos históricos, imprimindo a eles a inferência ficcional do autor sobre tais fatos. E, hoje, os romances históricos contemporâneos são vistos como uma nova maneira de escrever a história, com a reformulação do padrão tradicional desse estilo de narrativa. Trata-se de uma marca da contemporaneidade.

Sob esse aspecto, direciono a minha discussão para a relação história X ficção, a qual assola o romance. Isto se deve ao fato de a obra trabalhar com a diluição dessas fronteiras (história e ficção). A cada referência dos fatos históricos, o romance se erige sobre esta postura: através da mescla de ficção e realidade, na qual a autora “tece a teia” da sobrevivência e da continuidade de gerações de mulheres, a representação da história das mulheres, ou a própria semente de um movimento ancestral da emancipação do feminino. Muitas narrativas, assim como o romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, pretendem-se realistas ou baseadas em fatos documentais, de modo que contam aquilo que teria (ou poderia) ter acontecido. Há, portanto, *efeitos do real*,⁷ produzidos por meio do texto, mediante diversos procedimentos, já que o real em si é um artifício.

No terceiro capítulo – *500 anos de História das Mulheres no Brasil*, procuro evidenciar a relevância da trajetória de vida das próprias mulheres. Isto será possível através do reconhecimento da capacidade da personagem de representar a condição feminina típica em seu tempo e meio social. Defronto-me com os problemas que surgiram da diversidade das condições de vida das mulheres no meio social

⁶ BANN, Stephen. *As invenções da História: ensaio sobre a representação do passado*. Tradução de Flávia Villas-Boas. São Paulo: UNESP, 1994, contracapa.

⁷ BARTHES, Roland. “O efeito do real”. Tradução Mario Laranjeira. In: *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 131.

brasileiro em muitos períodos históricos. Afinal, não se pode esquecer ou banalizar o esforço individual e coletivo das mulheres que, inconformadas com sua condição, rebelaram-se contra a situação estabelecida: foram índias contra a violência dos colonizadores, negras contra a escravidão, brancas contra os valores patriarcais vigentes etc. - todas lutando pela transformação das regras impostas ao feminino⁸. E, ainda, dentro desse quadro, procuro explorar suas relações interpessoais, dentre elas, a presença masculina como fator determinante para a comparação e maior entendimento da vida dessas mulheres, que trouxeram à tona o presente estudo. Recorro aos homens, para ilustrar a participação na vida das mulheres fictícias, através do casamento ou como responsáveis pela concepção dos filhos – principalmente filhas. Para isso, foi imprescindível a emergência dos temas adiante expostos para uma reflexão histórica presente no livro. São, na verdade, temas recorrentes, denunciando a situação por que passaram as mulheres ao longo dos séculos, tornando-se essenciais e indispensáveis na História das Mulheres, visto que há estudos recentes destes. Maria José Silveira, então, reescreve-os, de uma forma ora investigativa, ora dando vazão ao sentimentalismo típico de um romance. Podemos estabelecê-los:

- A influência da medicina sobre a sociedade que leva a decifrar os discursos sobre o corpo feminino, as práticas do parto como lutas de influência entre obstetras e parteiras.
- Os espaços femininos e o cortejo de trabalhos sobre os lugares do contato social, as mulheres na rua, prostituição, as lutas populares, as festas, as migrações femininas.
- A memória feminina, desde a transmissão do saber à percepção do cotidiano e do tempo histórico.
- A educação das raparigas, encarada nos seus conteúdos, resultados (alfabetização das mulheres), nas suas formas próprias (escolas para donas de casa etc.)
- O trabalho: produção doméstica e trabalho caseiro, sindicalismo, trabalho feminino em tempo de guerra.
- A criminalidade feminina, com o aborto à cabeça da lista e as várias formas de fuga em relação às normas femininas.
- A família, as estratégias matrimoniais, os amores camponeses ou urbanos, a sexualidade, o sentimento maternal.⁹

No quarto capítulo – *500 anos de um Brasil construído por uma história feminina*, procuro enfatizar aquilo que é, na verdade, a principal preocupação do

⁸ SCHUMACHER, Schuma & VITAL, Érico (org). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.9.

⁹ LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. Tradução de Ana Maria Bessa. RJ: Edições 70, 1989, p. 496.

estudo, podendo ser visto como o centro do trabalho, irradiador das estruturas sobre as quais será refletida a obra e sua importância para a História das Mulheres. A condução desse recai no levantamento dos fatos históricos, a partir da (re)construção realizada pela autora presente no livro *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*. A par das representações de gênero que objetivadas nas diferenças de agir e pensar das personagens masculina e feminina e que constituem o eixo da estrutura social patriarcal que sustenta o enredo, interessa-me focalizar a transcrição das personagens e sua intervenção no mundo narrado, assumindo, assim, a emergência das figuras femininas.¹⁰ Também, o papel e o espaço que as mulheres conquistaram na sociedade, ao longo do tempo, até chegarem à atualidade e que fizeram parte de um processo de intensas transformações econômicas, políticas e sociais. Dentro deste contexto, procuro ressaltar as reflexões múltiplas sobre quem foram e como viveram algumas mulheres nesses quinhentos anos de história. Onde estavam elas nos longos períodos e acontecimentos que se sucederam na história? Que palavras não foram escritas? Que vozes não foram ouvidas? Quem são as mulheres cujas vidas podem nos mostrar o que existe *atrás dos panos*?¹¹ Estes e muitos outros questionamentos fizeram-se significativos e levaram-me a embarcar definitivamente nesta viagem histórico-literária.

O quinto capítulo – *Articulando a história*, incide sobre alguns pontos referentes às personagens femininas citadas no capítulo anterior, as quais apareceriam como precursoras de um movimento de liberação – atitude marcante em um grupo seletivo que protagonizou situações relevantes, contrapondo-se à dominação masculina – e paradigmas de alicerce para a preservação da espécie. Dentre elas, ressalto aquelas que, de alguma forma, perfilaram, ousaram uma conduta fora dos preceitos da sociedade da época, tendo reconhecimento e valorização, uma vez que nem todas triunfaram. Para a tarefa de comparação de experiências, a possibilidade encontrada foi à luz do cruzamento de algumas categorias como as de gênero, raça e classe. Neste capítulo, também são recuperados alguns elementos que foram utilizados pela escritora como articuladores da história: os elos que envolvem a mãe, da mãe, da mãe...

Minha análise, portanto, concentra-se no estudo de uma obra que é, ao mesmo tempo, uma história da História do Brasil e uma história da História das mulheres; a história de uma luta e de suas dificuldades; a história de algumas de suas

¹⁰ SCHMIDT, Rita Terezinha. *Mulheres reescrevendo a nação*. In: Revista estudos feministas. Vol. 8 n. 1/2000, p. 98.

¹¹ SCHUMACHER (org), op.cit.,p.9.

faces. Penso que, para a autora Maria José Silveira, o interesse despertado por esta temática está nos percalços do projeto de desvendar os caminhos percorridos pelas mulheres nessa longa marcha em busca da igualdade. Desconheço as razões. Mas será que foi isso – a abordagem dessa temática, que me permitiu ouvir o grito das avós, das filhas, das netas e das bisnetas, por trás do quatro rostos estampados na capa do livro?

Capítulo I: Situando a História

1.1 Literatura (d)e mulheres

Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina
Inauguro linhagens, fundo reinos.
Adélia Prado. *Com licença poética*

O campo da literatura em sua interseção de autoria feminina tem sido particularmente determinante para revelar o pensamento e a luta da mulher na sociedade. Ademais, há que se atentar ao fato de um dos temas recorrentes da literatura de autoria feminina contemporânea, ser, justamente, o questionamento das condutas e comportamentos femininos em relação aos mandatos patriarcais. Nas narrativas contemporâneas, observam-se “sutis diferenças no desfecho das tensões dramáticas vividas pelas personagens femininas”¹² comparadas com as dos séculos anteriores. De acordo com Constância Lima Duarte, “no momento em que as mulheres ampliam significativamente sua participação na literatura e nas artes em geral, impõe-se mais que nunca a formulação de uma estética de cunho feminista para dar conta das transformações aí ocorridas.”¹³

A escrita feminina é uma espécie de convite ao mergulho nas potencialidades vinculadas às várias possibilidades de interpretação de textos e tem revelado, tanto na perspectiva da linguagem como na de outros aspectos estilísticos, facetas e novas estratégias na criação literária. Tem contribuído, por exemplo, para dar voz à experiência das mulheres e ao inconsciente feminino, deixados mudos pela cultura

¹² BRANDÃO, Isabel F. O. (org.) *A mulher na literatura: texto e com/texto*. Revista de Programa de Pós-Graduação em Letras. Nº 18. Maceió, 1996, p.94.

¹³ DUARTE, Constância Lima Duarte. “Literatura feminina e crítica literária”. In: GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida. (org). *A mulher na literatura*. Vol. 1. Belo Horizonte, Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1990, p. 71.

(masculina) dominante.¹⁴ Segundo Heloísa Buarque de Hollanda, a literatura feita por mulheres traz “inevitáveis questionamentos de base sobre a construção da historiografia literária, sobre a noção canônica de gênero literário, incluindo a questão da oralidade na constituição da literatura e dos paradigmas estabelecidos para o mercado de valor literário.”¹⁵

Contudo, antes do século XX, para ser definida como autora, a mulher teria que redefinir os próprios termos de sua socialização, uma vez que o patriarcalismo relegava-a à inferioridade.

A autoria feminina do século XIX traz à tona, de forma explosiva, aquilo que a memória recalçou, ou seja, outras narrativas do nacional que não só deixam visíveis as fronteiras internas da comunidade imaginada como refiguram a questão identitária nos interstícios das diferenças sociais de gênero, classe e raça, reconceitualizando, assim, a nação como espaço heterogêneo, mais concreto e real, atravessado por tensões e diferenças.¹⁶

A conquista do território da escrita, pelas mulheres, foi longa e difícil, assim como o foi a de romper as paredes da casa-prisão e da prisão-textual que as confinava, as dificuldades com a linguagem e com a auto-definição.¹⁷ O reconhecimento institucional é, sem dúvida, um passo importante, pois recentemente essa literatura não era considerada objeto legítimo de pesquisa. Reconhecem-se três fases dessa conquista: a primeira fase se deu quando a mulher passou a imitar a escrita masculina, adotando pseudônimos, vestuário e padrões de condutas masculinos como tática para contornar os preconceitos sexistas no campo da recepção e da crítica literárias. A segunda fase foi marcada pelo protesto contra o rebaixamento e a exclusão. A última das fases, a da escrita fêmea, marcada pela ainda recente conscientização deslanchada a partir dos anos 60, assina a última das fases com maturação e a auto-realização da escrita-mulher.¹⁸

¹⁴ MAGALHÃES, Isabel Allegro de. *O sexo dos textos e outras leituras*. Lisboa: Caminho, 1995, p. 10.

¹⁵ COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 64

¹⁶ SCHMIDT, op.cit, p. 89.

¹⁷ TELLES, Norma. “Escritoras brasileiras no século XIX”. In: AUAD, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli. (org.) *Cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: O lutador, 1999, p. 328.

¹⁸ Ver: CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. “Gênero”. In: JOBIM, José Luis (org). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p.121. Essas fases são reconhecidas por Maria Consuelo Cunha Campos, com base nas pesquisas de Elaine Showalter. Na sua obra, visando a periodizar a história, é enfatizada essa conquista da escrita literária pela mulher através dos tempos.

De acordo com Constância Lima Duarte, parte significativa das narrativas de autoria feminina tem ocupado espaços do cenário literário nacional:

O surgimento da produção feminina foi uma herança do movimento feminista dos anos 60 e 70, que desmistificou as práticas de gênero e questionou a situação social das mulheres no país. As narrativas de autoria feminina passaram a incorporar questões polêmicas e até então pouco consideradas, como a da construção da identidade feminina, e a contestar os valores patriarcais e a educação da mulher a partir de padrões moralistas.¹⁹

Não foi por acaso que os primeiros traços da libertação feminina ocorreram de forma mais patente, apenas na literatura do começo do século XX, refugiados no imaginário, na fantasia insubmissa, procurando a descrição precisa do seu papel no mundo e sua conseqüente reinvenção. Sendo assim, podemos ressaltar, dentro da contemporaneidade, que a afirmação de que escritoras produzem uma literatura toda sua, obscurecida – em sua coerência histórica e temática e, sobretudo, em sua importância artística, vista pelo predomínio dos valores patriarcais na cultura – é descartada.²⁰ Hoje, a autoria feminina vem permitindo desvelar o movimento subterrâneo realizado pelas mulheres, dentro de uma sociedade preconceituosa e conservadora, para traçar o itinerário que abriu passagem e criou o espaço para escritoras do momento atual. A escrita feminina assumiu, portanto, uma nova dimensão. E nessa nova postura está a literatura de Maria José Silveira.

1. 2 A Literatura de Maria José Silveira

Escrevo. E pronto./ Escrevo porque
preciso,/ preciso porque estou tonto./
Ninguém tem nada com isso./ Escrevo
porque amanhece/ e as estrelas lá no céu/
lembram letras no papel/ quando o poema
me anoitece./ A aranha tece as teias. O
peixe beija e morde o que vê./ eu escrevo
apenas./ Tem que ter por quê?
Paulo Leminski. *Distraídos venceremos*.

¹⁹ DUARTE, Constância Lima. “Lya Luft e a identidade feminina”. In: AUAD, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli (org). *Cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: O lutador, 1999, p. 391.

²⁰ CAMPOS, op.cit., p. 116.

O caminho para uma leitura, como a que aqui proponho, centrada em uma obra contemporânea, requereria um rastreamento possível e leitura da biografia e bibliografia de Maria José Silveira, bem como de críticas referentes à sua obra. Porém, estas confirmam-se numa quase ausência, o que é natural em escritores/ escritoras mais contemporâneos/as. Apesar da boa vendagem da obra em questão, a busca ao apoio crítico se deu através de pequenas entrevistas cedidas a alguns jornais, pois não há registros em outros meios de comunicação. Tais informações fizeram-se notáveis através da junção de um e outro comentários a respeito da referida escritora:²¹

- Nasceu em Jaraguá, Goiás. Atualmente reside em São Paulo.
- É graduada em Comunicação pela UnB e Antropologia pela Universidade Nacional Mayor de San Marcos; e Mestre em Ciências Políticas pela USP.
- Em 1980, fundou a Editora Marco Zero, da qual foi diretora até 1998.
- É autora de dois livros de ensaios: *Producción, Parcelaria y Universo Ideológico – El caso de Puquio e Campesinato y Ideologia*.
- Em 2002 estreou como romancista, com a publicação de *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, cujos direitos foram adquiridos pela TV Globo para a produção de uma minissérie.
- Em dezembro de 2002 – lançou pela editora Francis, *Eleanor Marx, filha de Karl*, que é uma biografia da filha caçula do autor de *O Capital*, que também é visto pela ótica feminina.
- Em 2004, lançou pela editora W11 Editores, *O Fantasma de Luís Buñuel*.

Maria José Silveira estreou como romancista na obra em estudo *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, na qual é traçada a história de um encadeamento de gerações de mulheres que acompanharam momentos do povoamento inicial do litoral na colônia até a construção de Brasília, bem como a sucessão de fatos histórico-políticos do Brasil. Ao buscar relacionar personagem e história, a autora nos permite ver como esses eventos paradigmáticos marcaram, de forma política, a história da cultura e até mesmo a história da ciência do mundo contemporâneo.²²

Os episódios seguem a vida da mãe das mães e, por vezes, a trama de relações mãe-filha-avó, envolvendo suas histórias, suas cores, suas diferenças, seus enredos, suas tramas, seus lugares de gênero. Embates familiares, relações adúlteras,

²¹ Em alguns sites da Internet há alguns comentários referentes às obras de Maria José Silveira Conferir em <http://www.jornaltorpedo.com.br/isa020602.htm>; <http://divirta-se.correioweb.com.br/livros.htm?codigo=536>;

²² HERMANN, Jacqueline. “Resenha”. In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 6 n. 1/1998, p. 218.

desconfianças, intrigas etc., colocam em relevo a vida feminina, focalizando, inclusive, as várias culturas e etnias brasileiras (branca, mestiça, negra, mulata e cafuza).

Eis um perfil do enredo: o romance é iniciado com Inaiá, a pequena tupiniquim, no dia da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, em 1500 e, após várias gerações, é finalizado com a personagem que é a vigésima geração de Inaiá e Fernão: Maria Flor, nos dias atuais. E de Inaiá a Maria Flor, erige-se a História do Brasil.

A tessitura do romance parte de fatos individuais para representar a situação do país. Cada personagem é a protagonista de cada subcapítulo e, naturalmente, as filhas vão ocupando o lugar das mães, vivendo em épocas, lugares e contextos históricos diferentes. No total, são cinco capítulos intitulados de acordo com a representação de cada época narrada, como se fossem a revelação condizente da realidade em que viveram as mulheres. Cada um dos capítulos possui, respectivamente, o nome das personagens fictícias nos subcapítulos que se seguem:

- **Brevíssimo Encanto:** Inaiá (1500-1514); Tebereté (1514-1548);
- **Desolada Amplidão:** Sahy (1531-1569); Filipa (1552-1584); Maria Cafuza (1579-1605); Maria Taiaôba (1605-1671) e Belmira (1631-1658); Guilhermina (1648-1693);
- **Esplendor Improvável:** Ana de Pádua (1683-1730); Clara Joaquina (1711-1714); Jacira Antônia (1737-1812) e Maria Bárbara (1773-1790); Damiana (1789-1822);
- **Viciosa Modernidade:** Açucena Brasília/ Antônia Carlota (1816-1906); Diana América (1846-1883); Diva Felícia (1876-1925); Eulália (1906-1930);
- **Signo do Lucro:** Rosa Alfonsina (1926); Lígia (1945-1971); Maria Flor (1968).

Nessa obra, a autora aponta alguns fatos da História oficial do Brasil, (re)criando cenários, compondo um painel dos principais momentos da formação do país e inserindo as personagens nesse quadro em que se dá o processo de mestiçagem de uma das possíveis genealogias. Trata-se da representação de eventos factuais que fizeram parte dos relatos da História oficial do Brasil, emergindo imagens de brasileiros(as) que viveram nesses cinco séculos.

São, na totalidade, 500 anos de História do Brasil – de 1500 aos anos 2000. Os acontecimentos que fizeram da História oficial nos são remetidos como um *pano de fundo* para a vida das protagonistas, ou seja, Maria José Silveira se propõe a contar a História do nosso país como uma espécie de invólucro, como um cenário onde se dá o processo de reconstrução da História das mulheres. Para tal efeito, alguns acontecimentos históricos são somente mencionados; outros, possuem riqueza de detalhes, sendo, deveras, descritivos. As rápidas menções se dirigem aos fatos: os jesuítas no Brasil (1549); as bandeiras e invasões dos piratas franceses (1710 e 1711); a Revolução Francesa (1789); Tiradentes (1792); a sedição da Bahia (1796); a conjuração dos Alfaiates (1798); a fuga de D. João e sua mãe, dona Maria, a rainha louca (1824); Guerra do Paraguai (1864); abolição da escravidão (1870-1888); Canudos (1897); O governo de Getúlio (1930); Diretas já (1984); *Impeachment* de Collor (1992). E os acontecimentos descritos detalhadamente são: a chegada ao Brasil (1500); os índios; instituição do governo geral no Brasil (1549); a escravidão: índios e negros; Guerra contra os holandeses (1630); derrota dos holandeses: primeira e segunda batalhas dos Guararapes (1648); extração do ouro em Minas Gerais (1694); Guerra dos Emboabas (1708); a independência do Brasil (1822); a recusa pernambucana (1817); a Lei Áurea (1888); Proclamação da República (1889); a modernização; São Paulo de 1924; a eleição de Juscelino Kubitschek (1955); O regime militar (1964).

Essas referências tomadas pela autora como um centro irradiador marcam o romance, indiciando o leitor, o transcurso da História. Aqui temos, portanto, o fato histórico como a construção de uma sociedade, o qual, isolado dos seus antecedentes e das suas conseqüências, não passaria de uma curiosidade. Só pode adquirir certo interesse e significado, se for relacionado com outros fatos, igualmente expressivos de uma realidade humana.²³ É impossível uma conexão entre os acontecimentos, sem ordená-los e relacioná-los para se tornarem inteligíveis e significativos, para, então, formar a História. Tal formação é dada através da sucessão dos fatos; não com a concatenação causal.²⁴ Nas palavras de Walter Benjamin, nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato

²³ BESSELAAR, José Van Den. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: E.P.U., 1973, p. 259.

²⁴ *Ibid*, p. 259.

histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios.²⁵

1.3 O modo de contar

A narrativa diz sempre menos do que aquilo que sabe, mas faz muitas vezes saber mais do que aquilo que diz.
Gérard Genette. *Discurso da narrativa*

A narradora de *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* não participa da história como personagem da ação, mas tece comentários em primeira pessoa a respeito das personagens, dos lugares e das épocas. Estabelece, assim, uma relação com o narratário. O que fica evidente é o desejo da narradora de voltar o seu olhar para o passado, para a história do Brasil, de modo a reviver e recriar outra história. O nível extradiegético colabora, portanto, para esta estratégia.

Sob esse ponto de vista, tencionou-se sempre focar as mulheres e suas relações, buscando, assim, o contexto histórico a partir de traços ou vestígios que pudessem dar autenticidade ao relato. Os discursos são recheados de rumores, de possibilidades que enriquecem a trama, trazendo à tona um passado possível, repleto de virtualidades. A perpetuação de uma história de mulheres não cessa com o final da história. A última personagem, Maria Flor, está grávida, dando continuidade à história: “É assim que as longínquas memórias do tempo continuarão a viver em vocês e em seus filhos, os filhos e netos de Maria Flor.”²⁶

E um dos procedimentos empregados para construir o efeito do real se constitui em naturalizar a narrativa. Neste caso, justifica-se a origem da história em um preâmbulo da narradora à leitora (ou ao leitor):

Está bem.
Se é assim que **vocês** querem, **vamos** contar a história das mulheres da família. Mas **vamos** contar com calma. O assunto é delicado, a família é complicada, e nem tudo foi beleza nesta história. Houve, claro, felicidades

²⁵ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 232.

²⁶ SILVEIRA, op.cit., p. 361.

e amores, muitas lutas e conquistas, grandes realizações – afinal, elas ajudaram a construir quase do nada este país. Mas houve também loucas, assassinas, muitas desgraças e tristezas. Grandes dores. Muitas mesmo.²⁷

Assim, Maria José Silveira dispõe o prólogo do seu primeiro romance. Observa-se que existe um processo de comunicação literária, em primeira pessoa, pela articulação e interação de duas entidades: o narrador e o narratário. Esta estratégia não reside apenas no prólogo, mas em toda a narrativa, como veremos a seguir. A comunicação é detectada pela presença de uma subjetividade projetada no enunciado. A narradora se coloca no texto para emitir sua opinião, conversar e dialogar com o destinatário, a que chamamos de narratário. Notamos, então, que há a presença do narratário extradiegético, pois este não participa do enredo. É importante salientarmos essa questão, pois, segundo Gérard Genette, como o narrador, o narratário é um dos elementos da situação narrativa e coloca-se, necessariamente, no mesmo nível diegético.²⁸

Além disso, como a função da narradora na obra é comunicativa, consistindo em dirigir-se ao narratário para agir sobre ele ou com ele manter contato, nota-se que Maria José Silveira utiliza-se desse recurso, para a construção de seu romance. Esta distinção - leitor e narratário,²⁹ longe de ser puramente técnica, tem importantes conseqüências práticas. Ela autoriza, especialmente, uma liberdade fundamental para o escritor: a de construir textualmente a imagem de seu leitor e de jogar com ele, seja qual for o público real que leia o livro. Cabe destacar aqui a inserção comunicativa da narradora, enquanto contadora de história, a leitores pré-existentes para a sua obra. Estes são vocatizados por diversas vezes. Trata-se de alguns personagens (os verbos e pronomes estão na terceira pessoa do plural) criados pela romancista para cumprir a função exclusiva de *ouvir* a história e receber passivamente as informações. Essas características são indicadas pelo nível de várias qualidades atribuídas pela narradora a esses(as) leitores(as). Estes são integrados como verdadeiros personagens às histórias, nas quais a narradora dialoga com o leitor(a).

²⁷ Ibid., p. 11. (grifos meus)

²⁸ GENETTE, Gerard. *Discurso da narrativa*. Lisboa: Veja/ Universidade, s.d, p. 258.

²⁹ Convém fazer a distinção entre leitor (ou o receptor da narrativa, seja ele quem for) e o narratário, pois às vezes, tornam-se confundíveis. Segundo Yves Reuter, o leitor é um ser humano, na qual sua existência situa-se no *não-texto*. Por sua vez, o narratário só existe no texto e mediante o texto, por meio de suas palavras ou daquelas que o designam. Ele é quem, no texto, escuta ou lê a história. Ver: REUTER, Yves. *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. Rio de Janeiro: Difel, 2002, p. 20.

Esses leitores-personagens têm, portanto, características bem definidas e com a única função de escutar a história contada. De acordo com Lauro Junkes, é indispensável que narrador e narratário, como protagonistas da comunicação narrativa, partilhem em conjunto *estratégias narrativas*.³⁰ No decorrer do romance de Maria José Silveira, encontramos vários trechos em que aparece a figura do narratário. Dentre outros, eis alguns:

E como era Inaiá? Bom. Inaiá nunca foi especialmente bonita. Bem sei que **vocês** gostariam que essa mulher com quem tudo começou, essa mãe quase mitológica, fosse, como um mito, perfeita. Mas **não posso lhes** dar essa satisfação, pois estaria faltando com a verdade.³¹

Em um ano Inaiá deu à luz. Chamou-a de Tebereté, e o pai balançou a cabeça, satisfeito. Sim, eles estavam no paraíso, e **vocês** me perguntam se eles se amaram. O que é o amor, o que era o amor?³²

O narrador sabe de muita coisa, isso é certo, caso contrário **nem poderia estar lhes** contando essa história (...) Seja como for, falada ou não pelas liberdades que seu coração tomava, isso não impedia, contudo, que de uma certa maneira ela fosse considerada por quase todos como uma bênção para a cidade.³³

E **vocês** querem saber se as informações que Diana conseguiu no escritório ajudaram na fuga do carregamento de escravos? **Eu** até poderia dizer que sim, não poderia?, e dar um *beaux final romantique* à instável história da vida de Diana. Mas não, posso até não contar tudo, mas mentir para adoçar ou suavizar as coisas, isso não farei.³⁴

Mas **lembrem-se** pelo menos de duas coisas para amenizar a frustração: naquele momento, os escravos eram muito caros e, portanto, não foram castigados pela tentativa de fuga, como teriam sido alguns anos antes; além disso, a abolição estava chegando.³⁵

Os romancistas contemporâneos têm construído esse efeito do real em relação à subjetividade. Uma vez enfraquecida a crença numa verdade “objetiva”, o efeito do real se baseia cada vez mais na adesão a uma visão subjetiva, pessoal. São privilegiadas, então, as combinações, como a narração heterodiegética, com a perspectiva passando pelo narrador.

³⁰ JUNKES, Lauro. *O narrador*. Florianópolis, S/d, p. 8.

³¹ SILVEIRA, op.cit., p. 21.

³² Ibid, p.28.

³³ Ibid, p. 247.

³⁴ Ibid, p. 269.

³⁵ Ibid, p. 269.

Em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, notamos ainda que há uma presença constante da narradora, em terceira pessoa, onisciente. Ao comentar os fatos com autoridade e abrangência, ocorre, como já foi visto, a primeira pessoa. Porém, a voz que predomina é a terceira pessoa. Essa noção é registrada, por exemplo, através da expressão *vamos contar uma história*, que é recorrente na narrativa. Isso tudo ocorre sem o narrador ficar limitado ao significado específico das falas e atos dos personagens.

Outras considerações poderemos fazer: ainda quanto ao narrador, pode ser definido como uma realidade fictícia, um “ser de papel” ou de palavras, que se consubstancia no e através do texto, cabendo-lhe a tarefa de enunciar o discurso que dá origem ao universo diegético. O estatuto ontológico e funcional do narrador é, portanto, bem diverso daquele do autor.³⁶

Segundo Maria Teresinha Martins,

conforme a manifestação da voz narrativa, a personagem definir-se-á como sujeito ou objeto da história. Portanto, as personagens de narrativas em primeira pessoa fazem sua própria história; as personagens de narrativas em terceira pessoa são objetos da história por serem memória do narrador e as de primeira e terceira pessoas, justamente por atuarem simultaneamente, executarão em conjunto a construção da narrativa.³⁷

Para Audemaro Taranto Goulart e Oscar Vieira da Silva, a onisciência significa que as personagens não têm segredos para o narrador, permitindo-lhe descer aos mais profundos escaninhos da alma daqueles que contracenam na história.³⁸ Para exemplificar, cito um trecho extraído do romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*: “Só que depois, sempre que se apresentava a ocasião, **e por se sentir um pouco culpada**, começou a procurar com os olhos aquele rapaz de pele de fruta negra brilhosa e bem lavada”.³⁹ É tal o grau de conhecimento que o narrador reúne a respeito de suas personagens, resultando na chamada “visão por detrás” a que se refere Jean Pouillon, que é uma visão privilegiada, contemplando até mesmo aspectos da vida psíquica dos

³⁶ JUNKES, op.cit., p. 5.

³⁷ MARTINS, Maria Teresinha. *O ser do narrador nos romances de Clarice Lispector*. Goiânia: Gráfica Goiás, 1988, p. 14.

³⁸ GOULART, Audemaro Taranto & SILVA, Oscar Vieira da. *Introdução ao estudo da literatura*. Belo Horizonte: Lê, 1994, p. 109.

³⁹ SILVEIRA, op.cit., p. 61. (Grifos meus)

personagens. Gérard Genette chama isso de narrativa não focalizada ou de focalização zero. Para Maria Lúcia Dal Farra,

A visão por detrás implica um modo de compreensão que é um modo de conhecimento, justamente porque introduz a reflexão e o desdobramento que são próprios da “análise”. Este tipo de visão é a do “conhecimento reflexivo”, pois o narrador se coloca “atrás” da personagem, separando-se dela a fim de observá-la melhor, considerando sua vida psíquica por meio de uma abordagem “objetiva direta”. O narrador nada desconhece, é uma espécie de demiurgo ou de expectador privilegiado que conhece, por antecipação, tudo o que vai suceder.⁴⁰

A narradora de *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* encontra-se distanciada das personagens, podendo assim compreender os pensamentos mais íntimos que as fazem agir. Ela escolhe a posição em que melhor pode ver a personagem. A narração heterodiegética comporta também a modalidade de narrador anônimo e onisciente, com ampla intervenção intrusiva no discurso narrativo, como é visto no romance:

Sua primeira reação foi tentar se desvencilhar e fugir mas, ao constatar como estava cercado, olhar para Tebereté e ver seu ar de repreensão, decidiu controlar seu instinto de fuga e seu medo. Afinal, também era um guerreiro, e corajoso, homem de trato natural com a morte e, já que não havia mesmo uma saída, melhor seria tentar morrer como herói para dar esse último gosto à menina índia que lhe tratara como ninguém jamais o fizera antes.⁴¹

1.4 Tempo-espço

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.
Carlos Drummond de Andrade

⁴⁰ DAL FARRA, Maria Lúcia. *O narrador ensimesmado (O foco narrativo em Vergílio Ferreira)*. São Paulo: Ática, 1978, p. 127.

⁴¹ SILVEIRA, op.cit., p. 37-38.

Tem-se a impressão de que o tempo no romance em pauta é apenas um fragmento do tempo comum da humanidade e de que o espaço geográfico corresponde – *pelo menos parcialmente* - ao nosso. O tempo é cronológico, linear, evolutivo. A sucessão dos acontecimentos históricos se dá com o nascimento e morte das personagens-mulheres, ocorridos em tempo dito real, conferindo ao texto um certo ordenamento. Então, podemos afirmar que o tempo na obra *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* estrutura e distingue as personagens (nascimento-crescimento-morte), marcando as etapas da vida de cada uma delas, facilitando e determinando suas ações.

A história se passa numa pluralidade de lugares – o espaço físico é bastante diversificado. São percorridas várias regiões brasileiras. A cada passagem do tempo, o romance postula-se em uma região específica. Isso ocorre, porque as filhas partem, tomam seu rumo e, ainda que ligadas afetivamente aos pais (ou à mãe, apenas), se dispersam geograficamente. O romance se inicia na região de Porto Seguro/ Bahia, passa pela região da Feitoria de Cabo Frio/ Rio de Janeiro; numa fazenda perto da costa da Bahia; engenho em Recife; São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco; Olinda e Salvador; fronteira do Espírito Santo e Minas Gerais; Sabará/ Minas Gerais; fazenda no interior do Rio de Janeiro; fazenda no interior de Goiás; cidade do Rio de Janeiro; divisa entre Minas Gerais e São Paulo; Rio de Janeiro e São Paulo; interior de Minas Gerais e de Brasília; e, finalmente, termina em Brasília e no Rio de Janeiro.

O modo de construção dos lugares citados é detalhado, sendo facilmente identificáveis. O espaço é um elemento determinante em diferentes momentos do desenrolar da história. Cada personagem tem a sua história relatada num determinado lugar, isto é, marca uma etapa da história narrada. Como exemplo, reportamo-nos à personagem Filipa - a quarta geração de Inaiá e Fernão. A mameluca Filipa passou a maior parte da sua história como escrava num engenho de açúcar em Pernambuco. São narrados minuciosamente os detalhes que envolvem o espaço onde ela viveu:

No primeiro dia em que viu a produção do açúcar, pensou estar vendo na terra o que o padre chamava de inferno. Fornalhas ardentes, de onde saíam borbotões de labaredas que envolviam as caldeiras, fazendo chiar seu líquido fervente entre nuvens de vapores, o barulho ensurdecedor das rodas e das cadeias, o cheiro acre que parecia grudar nas bocas e nos pulmões mesmo a quilômetros de distância.⁴²

⁴² SILVEIRA, op.cit., p. 58-59.

A tentativa de ordenar o romance a partir de fatores externos explica-se pela natureza do gênero, voltada para as realidades empíricas da paisagem e do contexto familiar e social de onde Maria José Silveira extraiu não imagens isoladas, mas ambientações, personagens, enredos, gerando a coerência moral das personagens, a fidelidade de construções ambientais.

Desse modo, nota-se que o processo de narrar em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* é realizado com a contemplação de detalhes, em que a autora alcança naturalidade e poder imagético com o excesso de adjetivação e descritivismo à beleza local. A utilização de um grande número de adjetivos é celebrada para dar ênfase à beleza natural da época que está sendo narrada. O trecho que segue ilustra o dia da chegada ao Brasil, na tarde de vinte e um de abril de 1500, pela esquadra de dez naus e três caravelas, comandada pelo navegador português, Pedro Álvares Cabral, quando atingiu o litoral sul da Bahia, quarenta e quatro dias depois de ter saído de Portugal:

De manhãzinha, quando as gaivotas de plumagem **negra** e cabeças **brancas** transformaram a expectativa dos marujos em **crescente** euforia e fizeram repicar os sinos da armada, a mãe de Inaiá em sua tribo se levantou e retomou os afazeres daquele dia de céu **azul-turquesa**.

À hora da véspera daquele 21 de abril, um monte **alto** e **redondo** foi avistado pelos marujos em rebuliço, debruçados uns sobre os outros nos tombadilhos dos dozes navios da armada, no exato momento em que a mãe de Inaiá se dirigiu para o recanto da floresta que previamente escolhera para esse dia, à beira de um **pequeno** remanso de águas **límpidas** que refletia no fundo o **verde-esmeralda** das árvores ao redor.⁴³

1.5 Diálogos com outros textos

A língua não é simplesmente o meio que o romancista tem para representar o mundo; ela é, também, o mundo que ele representa.

Edward Lopes. *Discurso literário e dialogismo em Bakhtin*

⁴³ Ibid, p. 17-18. (Grifos meus)

Ao se valer de uma espécie de reescritura da história, Maria José Silveira constrói sua narrativa, trazendo à tona muitos outros textos. Um deles, refere-se à forte influência de Pero Vaz de Caminha, ao relatar o período da descoberta do Brasil, especialmente do encontro com as mulheres índias. Tal influência é reproduzida pelo procedimento da apropriação de termo, palavra ou frase de outro texto inserido em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*. Podemos observar ecos do discurso da Carta: “Tão moças e tão gentis, com cabelos muito pretos e compridos, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha.”⁴⁴ Diante deste trecho, verificamos um processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo. Um texto é a voz que dialoga com outros textos. Não é demais lembrar que o discurso, seja qual for, nunca é autônomo. Suportado por toda uma intertextualidade, o discurso não é falado por uma única voz, mas por muitas vozes, geradoras de muitos textos que se entrecruzam no tempo e no espaço.⁴⁵ As relações intertextuais estão a evidenciar que o texto literário não se esgota em si mesmo: pluraliza seu espaço nos paratextos, multiplica-se em interfaces, projeta-se em outros textos, perpetua-se na crítica, estabelece tipologias, repete-se em alusões, plágios, paródias e citações.⁴⁶

A noção de dialogismo – escrita em que se lê o outro, o discurso do outro – remete à visão explicitada por Kristeva, ao sugerir que Bakhtin, ao falar de duas vozes coexistindo num texto, isto é, de um texto como atração e rejeição, resgate e repelência de outros textos, teria apresentado a idéia de intertextualidade. Para Julia Kristeva, o processo de leitura realiza-se como ato de colher, de tomar, de reconhecer traços. Ler passa a ser uma participação agressiva, ativa, de apropriação. A escritura, então, torna-se a produção e a indústria dessa leitura se concretizará.⁴⁷ Porém o dialogismo se refere à relação entre o texto e seus outros, não só em formas bastante cruas e óbvias, mas também em formas muito mais sutis e difusas, relacionadas com os *overtones* e as

⁴⁴ Ibid, p. 22.

⁴⁵ BLIKSTEIN, Izidoro. “Intertextualidade e polifonia: o discurso do plano Brasil novo”. In: *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 45.

⁴⁶ Ver: GENETTE, Gérard. *Palimpsestes*. Paris: Seuil, 1982, pp 8-12. Ao fenômeno da *intertextualidade*, Genette preferiu chamá-lo de *transtextualidade* e especificá-lo em cinco tipos de relações possíveis: a intertextualidade (essa relação pode-se atualizar segundo três grandes formas: a *citação*, forma mais literária e mais explícita; o *plágio*, literal, mas não explícito; ou a *alusão*, menos literal e implícita), a paratextualidade, a metatextualidade, a hipertextualidade e a arquitextualidade (esta é considerada a relação mais abstrata dentre os cinco tipos apontados por Gérard Genette).

⁴⁷ BARROS, Diana Luz Pessoa & FIORIN, José Luiz. (orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 50.

ressonâncias: as pausas, a atitude implícita, o que se deixou de dizer, o que deve ser deduzido.⁴⁸ Dentre os vários exemplos encontrados no livro, eis um trecho que confirma esta discussão:

Basta saber que, de todas as maneiras, as primeiras habitantes da nossa terra atraíam muito a vista, como ficou registrado por ninguém menos que o escrivão Pero Vaz de Caminha, no primeiro documento sobre a nova terra.⁴⁹

Portanto, na esfera desses procedimentos intertextuais, o romance irá propor o diálogo de um texto com outro texto ou com vários textos, num jogo de máscaras ou papéis, apropriados pela autora, como vozes que se entrecruzam num mesmo discurso. Um livro remete a outros livros, aos quais, num procedimento de somatória, permite-nos uma nova forma de texto, ao elaborar sua própria significação. Ou uma outra significação.

⁴⁸ STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. Tradução Heloísa Jahn. São Paulo: Ática, 1992, pp. 73- 74.

⁴⁹ SILVEIRA, op. cit., p. 22.

Capítulo II: 500 anos de História do Brasil

2.1 A apropriação da História oficial por Maria José Silveira

Desde então procuro descascar fatos, aqui
sentado à mesa de jantar, fumando
cachimbo e bebendo café, à hora em que
os grilos cantam e a folhagem das
laranjeiras se tinge de preto.
Graciliano Ramos. *São Bernardo*

Ao se partir do pressuposto de que existem várias leituras possíveis de uma mesma obra, aposto na tentativa de Maria José Silveira de se utilizar da história convencional para compor seu romance, de modo que o livro se nutre de história no sentido mais tradicional, sem, contudo, ter o compromisso de romances históricos, concebidos pelos românticos ao longo do século XIX. Aproxima-se (embora não se enquadre) do que Linda Hutcheon designou como metaficção historiográfica, pelos seus recursos contemporâneos em escrever a História: “sugere que reescrever ou reapresentar o passado na ficção e na história é – em ambos os casos – revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico.”⁵⁰ Em outras palavras, trata-se de um conceito que serve para designar características essenciais a uma facção da literatura contemporânea, assinada por romancistas populares que incitam a auto-reflexão e se apropriam, direta ou indiretamente, de personagens ou contextos históricos.

A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas, através da representação das mulheres brasileiras, será considerado um romance que reflete sobre a História do Brasil. Maria José Silveira procede a tal reflexão, das alusões freqüentes e sistemáticas aos acontecimentos históricos, alguns ela reproduz entre as personagens que

⁵⁰ HUTCHEON, op.cit., p. 147.

permeiam o romance. Ademais, há a presença de figuras “históricas” contracenando com as personagens fictícias. É um misto de história e ficção, personagens e fatos revivendo, o passado se atualizando pela força da evocação própria da narrativa que não quer o distanciamento e a imparcialidade do discurso historiográfico.⁵¹ É desse modo que a autora nos coloca frente a frente com a história documentada. A caracterização das personagens é estilizada e construída conforme a época narrada, sem fugir dos parâmetros históricos.

Trata-se, portanto, de uma história romanceada. E é, justamente, este, ao meu ver, o objetivo precípua da obra. Ainda que a abordagem sobre as mulheres pareça a preferida da autora, ela não se furta a mostrar seu conhecimento sobre a história brasileira, o qual, muitas vezes, extrapola o frio registro de alguns historiadores. A comprovação é feita, até mesmo, pela leitura das primeiras linhas, quando a autora se propõe a contar uma história tradicional, iniciada, mesmo, com a chegada dos portugueses ao Brasil.

Apesar dos poucos dados biográficos acerca de Maria José Silveira, como já foi dito, tenho a informação de que, além de ficcionista, ela é também historiadora. Ou, como historiadora, fez um romance da História, estreando como ficcionista. Para tanto, a autora sustenta o “necessário” diálogo com a antropologia, história etc.

Agora vejam como é interessante o desenvolvimento da ciência. Os antropólogos e os historiadores sempre consideraram que a antropofagia dos primeiros indígenas brasileiros tinha apenas função simbólica e mágica (...) Arqueólogos e pesquisadores sustentam que o canibalismo também cumpria uma função nutritiva...⁵²

Sabe-se que os historiadores não escrevem certas páginas da história sem a ajuda da imaginação, porém procuram sempre não se utilizar de recursos literários nas suas descrições históricas (metáforas, hipérboles, e muitos outros). Ao historiador seria uma ofensa dizer que ele finge ou que simplesmente inventa, sem procurar provar o que diz, com base na investigação historiográfica.⁵³ E, ainda, a imaginação, na

⁵¹ CHIAPPINI, Lúcia. “Relações entre história e literatura no contexto das humanidades hoje: perplexidades.” In: *HISTÓRIA: Fronteiras: anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. Florianópolis, 1999, p. 811.

⁵² SILVEIRA, op.cit., p. 39.

⁵³ CHIAPPINI, op.cit., p. 813.

historiografia, é limitada por uma obediência absoluta aos fatos, disciplinada por um método científico e alimentada por uma grande erudição. Caso contrário, a exposição histórica faria concorrência ilegítima às obras literárias de livre ficção.⁵⁴ Portanto, o que ela faz, na verdade, é utilizar-se de todo seu conhecimento como historiadora e dar vazão aos fatos históricos, ao descrevê-los e situá-los no tempo e no espaço. Ao apropriar-se deles, a autora tenta seguir uma estrutura ficcional, oscilando entre a linha de pensamento que propõe a percepção do passado como entendimento para a própria situação do presente, o que é objetivo dos próprios historiadores.

É desse modo que Maria José Silveira faz alusão aos fatos históricos - com uma certa minúcia, para que nenhum deles seja visto com distorção do que foi registrado pela historiografia. Há, portanto, a preocupação com a não-corruptela da História, história da qual há registros e comprovações científicas, apreendida não como verdade única, mas como a que chegou mais perto do conhecimento dos grandes estudiosos. Muitos historiadores acreditavam que a abstração da ideologia e fidelidade absoluta aos fatos suscitaria um conhecimento histórico tão certo quanto qualquer coisa oferecida pela ciência física e tão objetivo quanto um problema matemático. Evidentemente, trata-se de uma idéia errônea, como nos expõe Hayden White: “os fatos não falam por si mesmos: o historiador fala por eles, fala em nome deles e molda os fragmentos do passado num todo cuja integridade é, na sua representação, puramente discursiva,”⁵⁵ ou seja, a história pode ser chamada de ciência apenas na medida em que o historiador dispõe de certos meios científicos para alcançar conhecimentos e, além disso, se serve de certa sistematização: põe em ordem os resultados obtidos pela pesquisa.⁵⁶

O que queremos ressaltar, com essa discussão, é que não há “novidade” na História do Brasil contada por Maria José Silveira, mas sim um exame minucioso dos fatos, sem a menor manipulação dos dados, para formar a realidade que serve de objeto da representação ficcional no relato da História das mulheres. Dessa forma, para fundir os eventos literários e reais, a partir da realização de pesquisa, a autora certificou-se de que os detalhes históricos contidos em seu romance estavam corretos, ainda que esses detalhes não fossem imprescindíveis ao enredo. Apenas serviram para relacionar a vida das mulheres com o momento histórico em que elas viveram.

⁵⁴ BESSELAAR, op.cit., p. 272.

⁵⁵ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: Ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 141.

⁵⁶ BESSELAAR, op.cit., p. 20.

Para a produção de tal efeito, na obra em estudo, há a relação dos livros consultados para a sua elaboração (trata-se de uma vasta pesquisa historiográfica – *um romance com bibliografia*). Nas palavras de Edgar de Decca, “a forma do narrar vem toda respaldada com provas documentais, opiniões de outros historiadores sobre os eventos narrados, que criam um efeito de real, produzem a sensação de que o que está sendo narrado, de algum modo, aconteceu.”⁵⁷ E é isso que Maria José Silveira faz, inclusive, no final do romance, ao agradecer vários profissionais que têm-se dedicado a pesquisar e a escrever a História do Brasil:

Suas obras foram de imprescindível valor para este livro. É extraordinária a riqueza da historiografia brasileira que, hoje, cobre com pesquisas sérias e competentes quase todas as épocas da nossa história. Talvez muito ainda reste a ser feito, mas nossos historiadores estão, já há algum tempo, trabalhando muito bem.⁵⁸

Da relação bibliográfica, constam as seguintes obras utilizadas para a composição do romance:

- ABREU, Capistrano - *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*;
- ANTONIL, André João - *Cultura e opulência do Brasil*;
- BITTENCOURT, Adalgisa - *Dicionário bibliográfico de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil*;
- BARREIROS, Eduardo Canabrava - *Episódios da guerra dos emboabas e sua geografia*;
- BELMONTE - *No tempo dos bandeirantes*;
- BUENO, Eduardo - *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*;
- BUENO, Eduardo - *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil*;
- CARVALHO, José Murilo de - *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*;
- CARVALHO, José Murilo de - *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*;
- *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*, (org. Miriam Moreira Leite);
- COUTO, Jorge - *A construção do Brasil*;
- CUNHA, Antonio Geraldo da - *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*;
- DIEGUES JR., Manuel - *Etnias e culturas no Brasil*;
- FARIA, Sheila de Castro - *A colônia em movimento – fortuna e família no cotidiano colonial*;
- FAUSTO, Boris - *História do Brasil*;

⁵⁷ DECCA, Edgar de. “O que é romance histórico?” In: *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*, p. 200.

⁵⁸ SILVEIRA, op.cit., p.363.

- FLORENTINO, Manolo - *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*;
- FREIRE, Gilberto - *Casa grande e senzala*;
- GENTILI, José Carlos - *Isabel Maria, a Duquesa de Goyas*;
- *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*, coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais. Org do volume: Laura de Mello e Souza;
- *História da vida privada no Brasil: Império: a Corte e a modernidade nacional*, coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais. Org do volume: Luiz Felipe de Alencastro;
- *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à era do rádio*, coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais. Org. do volume: Nicolau Sevcenko;
- *História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária*, coordenadora-geral: Maria Yedda L. Linhares;
- *História geral da civilização brasileira*, direção de Sergio Buarque de Holanda;
- *História das mulheres no Brasil*, org. Mary Del Priore;
- HOLANDA, Sérgio Buarque - *Raízes do Brasil*;
- LANDMANN, Jorge - *Tróia negra: a saga dos Palmares*;
- MACHADO, Alcântara - *Vida e morte do bandeirante*;
- MELLO, Ewaldo Cabral de - *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*;
- MELLO, Ewaldo Cabral de - *Olinda restaurada: guerra e açúcar no nordeste*;
- MONTEIRO, John Manuel - *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*;
- SAINT-HILAIRE, Auguste de - *Viagem à província de Goiás*;
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da - *História da família no Brasil Colonial*;
- STADEN, Hans - *Portinari devora Hans Staden*;
- VASCONCELOS, Silvio de - *Vida e obra de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*;
- *Viagem pela História do Brasil*, org. Jorge Caldeira;
- *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*, org. Carlos Eugênio Marcondes de Moura;
- TRENAD, Françoise, FERREIRA, Epaminondas - *Pequeno dicionário da língua geral*.

O que se percebe, nestas fontes bibliográficas, é o hibridismo da pesquisa efetuada e uma heterogeneidade de temas e ideologias. Há historiadores, como Boris Fausto; ensaístas, como Gilberto Freire; pesquisadores mais pontuais, como José Carlos Gentili, e, também, dicionaristas, como Antonio Geraldo Cunha, Françoise Trenad e Epaminondas Ferreira. O cruzamento das diversas fontes chama a atenção para o fato de que houve a necessidade de um estudo amplo para abordar o período. No entanto percebe-se que nenhum destes historiadores se propôs a estudar o comportamento das mulheres que viveram aquele momento histórico naquele espaço geográfico. Maria José Silveira parece querer dar voz às mulheres, sem o risco de cair em estereótipos ou

generalidades decorrentes da falta de contextualização espaço-temporal.⁵⁹ Nota-se, sobremaneira, que a autora produziu a obra *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, fecundando as referências culturais das mulheres, ao longo do tempo, num jogo de reescrita da História e de investimento ideológico.

Essa preocupação com a pesquisa histórica parece importante para a discussão, visto que, para a literatura, os enredos não precisam de provas documentais para adquirir significado. É verdade, inclusive, que a literatura não precisa de justificativas, ou seja, os ficcionistas estão sempre livres das fontes e dos arquivos. Não precisam de álibi.⁶⁰ Essa tarefa cabe à História, assim como nos informa Walter Benjamin “o historiador é obrigado a explicar de uma ou outra maneira os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo.”⁶¹ Desse modo, a literatura ficcional é liberada, dispensada de uma explicação verificável. “Ela é substituída pela exegese, que não se preocupa com o encadeamento exato de fatos determinados, mas com a maneira de sua inserção no fluxo insondável das coisas.”⁶²

Para finalizar essa exposição, recorro a Antonio Cândido, quando diz que o romance se torna uma monografia, caso seja a cópia fiel da realidade (não parecido, mas exatamente igual). Eis uma observação satisfatória: “ora, uma monografia é história, baseada em provas. Um romance é baseado em provas, mais ou menos x; a quantidade desconhecida é o temperamento do romancista, e ela modifica o efeito das provas, transformando-os, por vezes, inteiramente.”⁶³

2.2 Sob o ponto de vista da História

A ficção pode tudo; a História não.
Ronaldo Carlos. *A história como ficção*

⁵⁹ WADI, Yonissa Marmitt. “Olhar a família a partir das relações de gênero”. In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 7. n 1 e 2/1999, p. 215.

⁶⁰ CHIAPPINI, op.cit., p. 813.

⁶¹ BENJAMIN, op.cit., p. 209.

⁶² Ibid, p. 209.

⁶³ CÂNDIDO, Antonio. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 65.

Sabe-se que dentre outros historiadores, Lucien Febvre sempre procurou aproximar a História de outras áreas, tais quais a Lingüística, a Psicologia, a Filosofia, a Arte, a Ciência etc e, também, da Literatura. “Ou a história ascende a este alargamento da visão do historiador – e, através dele, da dos seus contemporâneos – ou ela não será mais do que um jogo estéril, jogo de paciência para eruditos. Acredito ser esta a missão da História.”⁶⁴ Trata-se de um leque que se abre, formando alianças “alargadoras do diâmetro estreito em que se via contida a História”.⁶⁵ Segundo o mesmo autor, não há limites rigidamente estipulados entre as diversas disciplinas, ao contrário, há uma unidade do conhecimento para a qual contribuiriam histórias, políticas, geografias, filosofias, sociologias etc.⁶⁶ E, ainda, para Le Goff, surgem com toda a clareza as articulações entre literatura e história, tanto em relação a sua produção e destino como em relação aos seus efeitos.⁶⁷

A vocação interdisciplinar da História, pela sua pretensão de ser detentora de uma verdade, é preciso que pelo seu rigor, ela surja como o recurso indispensável para Maria José Silveira, que dela se utilizou para compor o romance. Que nela e por ela se definam as condições de um encontro num mesmo objeto, que é a obra literária e que se procure articular saberes complementares com a Literatura.⁶⁸

Desde a antiguidade, a Literatura e a História têm partilhado a constante preocupação de delimitação das fronteiras entre verdade e ficção. Diante desta perspectiva e para melhor compreensão da formação discursiva destas áreas de conhecimento humano, busca-se, entre elas, uma inter-relação que possa ser materializada no presente estudo, a partir de algumas questões mais recorrentes.

À primeira vista, o problema se enuncia de forma relativamente simples: a literatura não tem compromisso com a verdade: literatura = ficção e, “atribuindo o termo ficção ao gênero da palavra escrita, no qual a prosa tende a tornar-se o ritmo predominante, colidimos com a opinião de que o real sentido da ficção é a falsidade ou irreabilidade.”⁶⁹; o compromisso com a verdade compete à História. De acordo com a teoria aristotélica, “o historiador só poderia falar a respeito daquilo que aconteceu, a

⁶⁴ MOTA, Carlos Guilherme (org). *Lucien Febvre: História*. São Paulo: Ática, 1978, p. 17.

⁶⁵ *Ibid*, p. 17.

⁶⁶ *Ibid*, p. 15.

⁶⁷ LE GOFF, op.cit., p. 361.

⁶⁸ *Ibid*, p. 361.

⁶⁹ JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução: Maria Elisa Cevalco. 2 ed. São Paulo: Ática, 2002, p. 297

respeito dos pormenores do passado; por outro lado, o poeta falaria sobre o que poderia acontecer, e assim poderia lidar mais com os elementos universais.”⁷⁰

E ainda, na Poética, essa relação de fatos reais e ficcionais, é definida da seguinte forma:

Cabe ao poeta representar não o que aconteceu realmente, mas o que poderia acontecer, ou seja, o possível, na ordem do verossímil e do necessário. A diferença entre o poeta e o historiador não está no meio que empregam para escrever, mas no conteúdo daquilo que dizem: enquanto o poeta representa o verossímil e o necessário, o historiador narra os acontecimentos que realmente sucederam.⁷¹

Esta afirmação parece sugerir que a História é “a retomada de operações culturais começadas antes de nós, seguidas de múltiplas maneiras, e que nós reanimamos ou reativamos a partir do nosso presente.”⁷² Em outras palavras, o tempo da História é o tempo presente, na habilidade de aprender o que é vivo é que reside a qualidade do historiador. Este não pode fechar os olhos para o presente, pois é nele que o passado se materializa. “É essa articulação que permite diferenciar condutas múltiplas no tempo e reconhecer que práticas políticas e culturais, consideradas estranhas e indesejáveis em determinado momento, sejam vistas de maneira diferente em outro.”⁷³

Recorro a Jameson para explicar o fundamento que qualifica a obra de Maria José Silveira como literatura, no momento em que tal autor considera que “mesmo se fosse fato, não seria verdadeiro,”⁷⁴ isto é, a ficção recai sobre o registro histórico para desrealizá-lo e desnaturalizá-lo. Ou, ainda, para Foucault, “nada que uma obra de linguagem é semelhante àquilo que se diz cotidianamente. Nada é verdadeira linguagem. Não há uma única passagem de uma obra que possa ser considerada extraída da realidade cotidiana.”⁷⁵

⁷⁰ TEIXEIRA, Ivan. Literatura e História. Disponível em: www2uol.com.br/historiaviva/edições_anteriores_004.html. Acesso em 13/11/2004.

⁷¹ COSTA, Lígia Militz da. *A poética de Aristóteles: Mimese e verossimilhança*. São Paulo: Ática, 2003, p. 22.

⁷² NOVAES, Adauto (org.) *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 11.

⁷³ Ibid, p. 9.

⁷⁴ JAMESON, op.cit., p. 369.

⁷⁵ FOUCAULT, Michel. “Linguagem e Literatura.” In: MACHADO, Roberto. *A filosofia e a literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 144.

2.3 Diálogo entre a História e a Literatura

A poesia existe nos fatos. Os
casebres de açafraão e de ocre nos verdes
da favela, sob o azul cabralino, são fatos
estéticos.
Oswald de Andrade

Não tenho o objetivo, aqui, de demarcar limites entre as duas áreas de conhecimento – a história e a literatura – mas sim levantar pontos sobre essa relação, uma vez que, no romance em questão, a problematização da natureza do conhecimento histórico volta-se para a necessidade e para o risco de distinguir ficção e história como gêneros narrativos. Por exemplo, indaga-se em que proporção essas duas formas estão presentes na obra? Será que poderíamos reputar o romance de Maria José Silveira, por suas pretensões realistas, uma história que dá crédito à verdade historicizada? De acordo com Valéria de Marco, os escritores “valem-se de elementos históricos para dar força maior aos aspectos ficcionais de um enredo.”⁷⁶ Acredito, então, que os fatos históricos, ao serem absorvidos pelo romance em pauta, “perdem a capacidade de significação, já que os significados da ação humana encontram-se no enredo que se tece um fundo histórico.”⁷⁷ Através da análise da narrativa, pretendo “valorizar” esteticamente o livro, desvalorizando-o enquanto antropologia e história.

Buscarei priorizar a vida das mulheres, a partir da individuação de algumas personagens. O contexto histórico serve para relacionar a conduta das mulheres com a época. Assim, num entreato literário, todo o conceito de história se mantém e também se dilui quando a temos como objeto de ficção.

“Fato e imaginação são misturados livremente sem aviso.”⁷⁸ A forma de transmissão presente na obra já não mais possibilita o confronto entre essas duas áreas distintas. Esta deveria se identificar com o imaginado, com o suposto, verossímil, e aquela com o real, concreto, acontecido. A história nos propicia o compromisso com a verdade; a ficção, com o imaginário. No entanto ambas são permeáveis uma à outra.

⁷⁶ MARCO, Valéria de. “A questão do romance histórico.” In: *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 200.

⁷⁷ Ibid, p, 201.

⁷⁸ BURKE, Peter. “As fronteiras instáveis entre História e ficção”. In: *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*, op.cit., p. 109.

Para Luiz Costa Lima, esse enlace entre as duas áreas é relativizada: reler o depósito histórico sobre o qual será construída a mentação ficcional, reler na mentação ficcional o que lhe serviu de motor,⁷⁹ ou seja, ler a história como se fosse literatura, ver na literatura a história que se escreve.

Conforme a idéia defendida na tese de Claudiany Pereira, a relação entre ficção e história se deve à aproximação entre as duas modalidades, que por seu caráter discursivo, tornam-se facilmente permutáveis, sem que percam sua identidade. Ao aproveitar o material histórico no romance, tendo em vista a lógica da ficção, o que se verifica quando pensamos no papel da literatura é o aproveitamento crítico desse passado.⁸⁰ A literatura e a história se apóiam mutuamente para essa (re)construção. Diante disso, Linda Hutcheon acrescenta, com mais propriedade, que a literatura e a história parecem igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa.⁸¹

Sobre o aspecto de a obra ser baseada na História oficial, apóio-me nas idéias de Paul Veyne, quando fala que a imparcialidade vai além da boa-fé, podendo ser partidária e geralmente é difundida, consistindo no fim a que se propõe do que no firme propósito de dizer a verdade, ou melhor, no fato de não se propor a todos os fins. Portanto, o papel da historiografia é de investigação “científica”, baseada em documentos e visando ao esclarecimento e à explicação do ocorrido.⁸² Porém não é isto que Maria José Silveira faz, já que, ao deslocar a ênfase do enredo para a história das mulheres, desestabiliza algumas certezas das verdades factuais registradas nos livros de sua bibliografia.

Outros estudos, como o de Moema de Castro e Silva Olival, também prescrevem que, ainda que o escritor se apodere de um fato histórico, será pela lente crítica e imaginativa da verdade ficcional que ele nos transmitirá sua visão da realidade, sendo esta a função principal de sua condição de escritor.⁸³ Mas, se a diferença entre ficção e história pode estar relacionada à liberdade de expressão possível em uma e censurada em outra, Maria José Silveira parece aproximar as duas, haja vista a produção

⁷⁹ LIMA, Luís Costa. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981, p. 161.

⁸⁰ A complexidade desta questão serviu como motivador para: PEREIRA, Claudiany. *Balada da praia dos cães: metaficção historiográfica, de José Carlos Pires*. CECLIP/ CPGL/ PUCRS. Artigo extraído em 8/05/2004. Ver: http://www.geocities.com/ail_br/baladadapraiaadoscaes.html.

⁸¹ HUTCHEON, op.cit., p. 141.

⁸² VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Edunb, 1982, p.41.

⁸³ OLIVAL, Moema da Costa e Silva. A voz narradora e a liberação de criação em O evangelho segundo Jesus Cristo, de José Saramago. *Signótica (UFGO)* n. 5. 1993, p. 133.

de qualquer texto ser um ato histórico. Assim, ficção é História e História também é ficção. Porém,

se quisermos definir a História como ficção, há de se ter em conta que é uma ficção controlada. A tarefa do historiador é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente. De uma certa forma eles se impõem ao historiador, que não cria vestígios do passado (no sentido de uma invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui um sentido, conferindo-lhe o estatuto de fonte.⁸⁴

A ficção constitui uma boa forma de revisão do passado, uma vez que permite a liberdade de expressão, muitas vezes negada pela historiografia. Por exemplo, os muitos livros historiográficos não nos dirão, num determinado período ou fato da História, “se o céu estava azul”, “se a chuva era calma e fina”, “se a terra era macia”, enfim, detalhes que podem fazer parte de qualquer narrativa de ficção. São recursos utilizados para ilustrar a História do Brasil em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, de modo que a autora enriquece sua narrativa com aquilo que, para a História poderiam ser “pormenores inúteis.”⁸⁵

A reconstituição da história, no livro de Maria José Silveira, através da ficção literária, é vista como uma espécie de convite ao leitor para que reflita sobre a memória nacional. Para esta (re)construção ficcional do passado, a autora ancora-se em artefatos culturais diversos, recorrendo a lembranças das festas religiosas e populares, de rituais, dos hábitos e costumes familiares, dos modos de vida no campo e na cidade etc – identificados como elementos ficcionais da memória coletiva - que se inscrevem na ordem do tempo histórico, cronológico e linear.

A história pode ser fruto de manipulação, servindo a interesses de quem a constrói. Ao retratar um episódio já deturpado pelos relatos, a literatura tem direito de reinventá-lo, pois em um mundo cujo imaginário é moldado por palavras e expressões de interesse do escritor, quando difundidas em larga escala, tornam-se, elas próprias, evidências históricas. Para tanto, há, na íntegra, um certo grau de complexidade. (Re)construir a história é um grande desafio, pois construir um texto que não deixe de

⁸⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura”. In: *História: Fronteiras*, op.cit., p. 860.

⁸⁵ BARTHES, op.cit., p. 131.

revelar a capacidade de análise e interpretação - sem que sejam distorcidas ou minimizadas as visões de mundo, principalmente no que diz respeito à relevância dos fatos - concepções e explicações, é realmente desafiante para o escritor/ escritora.

O romance em estudo pode ser objeto de uma leitura tanto ficcional como histórica, porque a romancista fez, de fato, uma nova história, ou seja, “o motivo é histórico, as vertentes são factuais, mas o texto resultou em literatura.”⁸⁶

2.4 História de homens?

Para alcançar a suprema vitória é, entre
outras coisas, necessário que, para além
de suas diferenciações naturais,
homens e mulheres afirmem sem
equívoco sua fraternidade.
Simone de Beauvoir. *O segundo sexo*

Há várias afirmações correspondentes à existência de uma história feminina obscurecida pela masculina. Muito já se falou e se escreveu sobre o fato de a história oficial ser feita pelos homens e para os homens: “Até pouco tempo, acreditava-se que apenas os homens faziam história; por isso, as mulheres ficaram longe dos holofotes dos historiadores. Atualmente, no entanto, historiadores vêm focalizando tanto homens quanto mulheres.”⁸⁷ E, ainda, observa-se em textos diversos “mas nessa época não se ousava falar em história da mulher.”⁸⁸

O homem é, naturalmente, o objeto da história, mas como diz Le Goff, trata-se de “homens assexuados.”⁸⁹ Ou melhor, o objeto da história são os homens. Mais do que o singular, favorável à abstração, convém a uma ciência da diversidade, o plural, que é o modo gramatical da relatividade.”⁹⁰ Pelo menos, deveria ser assim. Porém, dá-se prioridade às escritas no masculino e que relatam feitos heróicos masculinos, de modo

⁸⁶ BRASIL, Luiz Antonio de Assis. “Encerramento – o romance histórico”. In: *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*, op.cit., p. 386.

⁸⁷ CAROLA, Carlos Renato. *Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de SC (1937-1964)*. Florianópolis: UFSC, 2002, p. 9.

⁸⁸ LE GOFF, op.cit., p. 494.

⁸⁹ Ibid., p.163.

⁹⁰ Ibid, p. 495.

que a exclusão das mulheres é evidente, tanto que são tratadas como seres marginais ou intermediadores, numa sociedade concebida como exclusivamente masculina.⁹¹

Sempre estiveram “escondidas” com o rótulo de “mulher de”, “companheira de” ou “filha de”. Com isto, quero enfatizar que foram seus maridos, companheiros ou pais que ocuparam posições dominantes, sendo considerados “importantes”, “famosos”, “figuras históricas”, “lideranças políticas. As mulheres aparecem como meras coadjuvantes.”⁹²

Realmente, a mulher, muitas vezes, foi identificada como a “esposa de fulano de tal” e a dona de casa em tempo integral, com o rótulo depreciativo de “apenas uma dona de casa”. Estas, preferencialmente, escolheriam ser chamadas de “cônjuge” ou “parceira” – ou outros termos neutros. De acordo com Karen Giffin e Cristina Cavalcanti, a participação feminina na força de trabalho remunerado é historicamente **invisível**. Por isso, retarda, em muito, o reconhecimento social do fenômeno “mulher trabalhadora” e a transformação da (auto)identidade.⁹³ Somente através dos estudos de gênero, encontramos traços femininos ao longo da História, com a transposição da visão de neutralidade. “Esta nova preocupação historiográfica alterou a forma de se perceber a mulher no percurso da história, o que possibilitou a sua emersão como sujeito social até então ignorado nas análises históricas tradicionais.”⁹⁴ Tal feito pode ser percebido como um dos mais notórios desdobramentos do movimento feminista brasileiro, pois tem produzido resultados significativos em nosso país.

Sem ainda poder contar com uma bibliografia extensa sobre a participação das mulheres na História do Brasil, tem-se a satisfação de encontrar obras que demonstram que a mulher esteve (e está) fortemente presente.⁹⁵

Desse modo, “já não é possível fazer-se uma história sócio-cultural sem que seja tomado em conta o papel, o saber e o poder da mulher.”⁹⁶ O movimento de mulheres rejeitou a identificação do feminino com o privado e lutou para consolidar sua presença nos espaços públicos, desvencilhando-se da opressão, do machismo, da

⁹¹ PISCITELLI, Adriana. “Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco.” In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 6. n. 2/1998, p. 308.

⁹² GOLDBERG, Mirian. “Mulheres e militantes”. In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 5. n. 2/1997, p. 352.

⁹³ GIFFIN, Karen & CAVALCANTI, Cristina. “Homens e reprodução”. In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 7. n. 1 e 2/ 1999, p. 54

⁹⁴ XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: Sujeitos na História: práticas e representações. São Paulo: EDUSC, 2001, p. 223.

⁹⁵ GOLDBERG, op.cit., p. 350.

⁹⁶ LE GOFF, op.cit., p. 496.

insatisfação sexual e afetiva. Multiplicam-se, atualmente, os estudos de gênero, a presença constante da mulher em vários setores, livros que contam a história das mulheres – o passado e o presente. A mulher tornou-se “objeto visível nos trabalhos de antropólogos e historiadores através da construção, nestas áreas, de novos cortes teórico-metodológicos, como por exemplo o privilegiamento do estudo do cotidiano, espaço por excelência de visibilidade feminina.”⁹⁷ Hoje, pode-se dizer que há muitos textos que analisam tal evolução. Dentre eles estão as obras de Georges Duby e Norbert Elias, além de inúmeros romances que enfatizam a figura feminina. Um destes romances é, justamente, *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* – objeto do presente estudo.

⁹⁷ PINTO, Céli Regina Jardim. “Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político”. In: COSTA, op.cit., p. 128.

Capítulo III: 500 anos de História das Mulheres

3.1 A mãe da mãe

A personagem é um ser fictício, -
expressão que soa como paradoxo. De
fato, como pode uma ficção *ser*? Como
pode existir o que não existe?
Antonio Candido. *A personagem de
ficção*

São muitas as questões que merecem profunda atenção, no que diz respeito à trajetória dessas mulheres inseridas cada qual dentro de diferentes culturas: as maneiras como têm sido definidas e analisadas essas distintas práticas culturais, as limitações das definições que se pretenderam precisas e duradouras, a diversidade das manifestações da cultura e de seus contextos, o modo como essas mulheres participaram dessas manifestações e a terminologia que adotaram para essas práticas culturais.

Toda essa discussão se dá através das personagens. Estas têm um papel essencial na organização da história, pois permitem ações, assumem-nas, vivem-nas, ligam-nas entre si e dão sentido às mesmas. Daí a imprescindibilidade de sua análise, uma vez que surge uma nova possibilidade de interpretação do passado, através da vida das mulheres. Em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, a prioridade é dada às vidas de Inaiá, Tebereté, Sahy, Filipa, Maria Cafuza, Maria Taiaôba e Belmira, Guilhermina, Ana de Pádua, Clara Joaquina, Jacira Antônia e Maria Bárbara, Damiana, Açucena Brasília/ Antônia Carlota, Diana América, Diva Felícia, Eulália, Rosa Alfonsina, Lúgia e Maria Flor.

As mulheres surgem, no romance, não só como protagonistas, mas, principalmente, como sujeitos da enunciação.⁹⁸ São identificados critérios pertinentes às mulheres brancas, negras e índias, com a abordagem, numa mesma história, de etnias e culturas (cultura indígena, cultura negra, cultura branca, culturas mestiças). Ademais, considera-se a riqueza e a importância das várias formas de luta adotadas por mulheres de diferentes condições sociais, tais quais escravas, fazendeiras, revolucionárias, artistas. Na questão matrimonial, algumas esposas adúlteras; outras, fiéis. E todas exerceram a maternidade. Sobre essa exploração da faceta representativa dos personagens ficcionais, Fernando Segolin declara:

Curioso e fascinante sósia dos seres humanos, em seu “status” de criatura em relação a um criador onipotente, em sua fisionomia físico-moral, em sua inserção num universo que freqüentemente mantém relações de semelhança com o nosso, em sua luta por dominar um mundo que jamais lhe pertencerá por inteiro, essa pretendida imagem especular do homem sempre o atraiu, impondo-lhe uma contemplação narcísica, que, se o levou a ressaltar-lhe as semelhanças, o obrigou, por outro lado, a quase ignorar-lhe as diferenças.⁹⁹

A personagem, com efeito, é um dos elementos-chave da projeção e da identificação com o mundo dito real. Essas possibilidades serão comprovadas nas linhas que seguem na narrativa de Maria José Silveira. Poderia, aqui, me valer de Valéria de Marco, quando diz que “as protagonistas adquirem representatividade por seus caracteres tipicamente nacionais, não no sentido de eminências compreensivas, mas sim por representarem a média,”¹⁰⁰ ou seja, nas palavras de Antonio Candido, “o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste.”¹⁰¹ A obra adquire pleno significado, através da construção do verossímil e com a conseqüente impressão de que as personagens realmente existiram. É justamente esta a idéia, isto é, a personagem deve dar a impressão de que vive, de que é como um ser vivo. Para tal façanha, “deve lembrar um ser vivo, isto é, manter certas relações com a realidade do mundo, participando de um universo de ação e de sensibilidade que se possa equiparar

⁹⁸ DUARTE, op.cit., p. 392.

⁹⁹ SEGOLIN, Fernando. *Personagem e anti-personagem*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978, p. 11.

¹⁰⁰ MARCO, op.cit., p. 194.

¹⁰¹ CÂNDIDO, op.cit., p. 55.

ao que conhecemos de vida.”¹⁰² E, ainda, “cada personagem de um romance é um ideólogo, que traz para o texto sua própria valoração, positiva ou negativa, da realidade social.”¹⁰³

Entretanto uma personagem nunca alcançará a concretização de um ser humano. Através de sua representação, mostram-se características relacionadas ao ser humano, porém em fragmentos e limites. Trata-se apenas da reprodução, imitação, cópia parcial, incompleta da realidade. É impossível sua captação total. “Quando se fala em cópia do real, não se deve ter em mente uma personagem que fosse igual a um ser vivo, o que seria negação do romance.”¹⁰⁴ Nota-se que há afinidades e diferenças essenciais entre o ser vivo e os entes de ficção e que para a criação do sentimento de verdade, as diferenças são tão importantes quanto as afinidades.¹⁰⁵ Esta impressão se acentua à medida em que uma personagem não é capaz de abranger a configuração de um ser humano. Cabe à romancista e as suas intenções determinar as proporções de cada personagem.

O que é possível dizer, é que a natureza da personagem depende em parte da concepção que preside o romance e das intenções do romancista. Quando, por exemplo, este está interessado em traçar um panorama de costumes, a personagem dependerá provavelmente mais da sua visão dos meios que conhece, e da observação de pessoas cujo comportamento lhe parece significativo.¹⁰⁶

Por fim, a partir da discussão apresentada, tenho o objetivo de evidenciar que o romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* permite uma reflexão mais ou menos adequada à construção verossímil da conduta das vinte mulheres que viveram no decorrer desses quinhentos anos. Juntamente com o “material” utilizado para a composição do livro, como já foi visto (a inserção das personagens no contexto) julgamos que há uma estrutura toda coerente. O resultado é uma apreensão palpável, do que foram as mulheres ou do que poderiam ter sido estas muitas mulheres do Brasil.

¹⁰² Ibid, p. 65.

¹⁰³ Ibid, p. 65.

¹⁰⁴ Ibid, p. 69.

¹⁰⁵ Ibid, p. 55

¹⁰⁶ Ibid, p. 74.

3.2 Mulher, mulheres

Todo período da vida feminina é calmo e monótono: mas as passagens de um estágio para outro são de uma perigosa brutalidade.
Simone de Beauvoir. *O segundo sexo*

Através da narração da vida dessas mulheres, mostra-se como ocorreram as passagens - união/ matrimônio, a família, a maternidade e o parto, no decorrer dos tempos. Trata-se de um balanço das principais abordagens sobre a história da mulher brasileira, o qual torna-se eixo de referência para as considerações que permeiam o enredo, incluindo discussões acerca do acesso ao casamento, legitimidade de crianças, virgindade pré-nupcial etc. Assim, há discussões sobre a família, enquanto categoria histórica e sobre os caminhos percorridos pelos estudos historiográficos.¹⁰⁷

De acordo com Simone de Beauvoir, a história da mulher – pelo fato de se encontrar ainda encerrada em suas funções de fêmea – é mais dependente de seu destino fisiológico do que a do homem.¹⁰⁸ Penso, também, que seria improdutivo – ou quase inseparável – uma obra discutir a vida da mulher, ao longo do tempo, sem a reflexão sobre tais relações interpessoais. Estas nos são transmitidas, de acordo com Christina Larroudé de Paula Leite, como a nossa própria identificação: as crenças e valores que cultivamos são, em grande parte, herdadas de nossos pais e avós, de forma que nossa própria visão tem origem nas mais antigas tradições transmitidas ao longo dos séculos.¹⁰⁹ Assim, desejo destacar experiências relevantes na vida das mulheres e episódios marcantes da experiência humana.

3.2.1 União-matrimônio

“O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não o ser. É em relação ao casamento que

¹⁰⁷ WADI, op. cit., p. 214.

¹⁰⁸ BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 343.

¹⁰⁹ LEITE, Christina Larroudé de Paula. *Mulheres: muito além do teto de vidro*. São Paulo: Atlas, 1994, p. 47.

se define a celibatária, sinta-se ela frustrada, revoltada ou mesmo indiferente ante essa instituição.”¹¹⁰

Em relação a este aspecto, percebe-se que a maioria das mulheres espera ser mãe e muitas se casam com o objetivo precípua de ter filhos. Na verdade, a maternidade tem-se mantido como a concretização dos desejos femininos e pode até ter suplantado o casamento como uma fonte de fantasia romântica para muitas mulheres, conforme Marilyn Yalom, em *A História da esposa*.¹¹¹

No romance em questão, a presença masculina se dá através da função procriadora. Vale salientar que a imagem do homem retratada no romance atenua a de um mero objeto sexual, uma máquina de produzir filhos, colocada como mercadoria em busca da sobrevivência do patriarcalismo ou ascensão social. A condição de pai surge de vários modos: como cônjuges, parceiros, companheiros e amantes, sendo alvo de uma apreensão de traços espirituais, não físicos, também, como acontece com a figura materna. Isso se dá, conforme Ecléa Bosi, “pela presença mais concreta da mãe na vida do lar, onde o contato corporal mãe-criança constitui as primeiras relações afetivas.”¹¹² Por isso, os homens surgem apenas como personagens secundários. Muitos morreram, alguns foram embora e outros, apenas, volatizaram-se na linearidade da história, sendo retratados como portugueses, espanhóis, holandeses, negros escravos fugidos dos canaviais, mulatos, coronéis, capitães do mato, fazendeiros, soldados etc, corporificados nas figuras de Fernão, Jean Maurice, Vicente Arcón, Mb’ta, Manu Taiaôba, Duarte Antônio de Oliveira, Wilhelm Wilegraf, Bento Vasco, José Garcia e Silva, Diogo Ambrosio, Capitão Dagoberto da Mata, Jacinto, Inácio Belchior, Caio Pessanha, Hans G, Floriano Botelho, Umberto Rancieri, Túlio Faiad, Francisco da Mata e Joaquim Machado.

Maria José Silveira, no prólogo do seu livro, menciona que o objetivo do romance é dar prioridade à vida das mulheres. O tema da obra é atribuído tanto a mudanças de comportamento das mulheres como a reivindicações, feitas por mulheres, por mudanças no comportamento dos homens. Entretanto, ainda que essas mudanças sejam, às vezes, caracterizadas como vitórias ou conquistas femininas, há que se levar

¹¹⁰ BEAUVOIR, op.cit., p. 165.

¹¹¹ YALOM, Marilyn. *A história da esposa: da Virgem Maria a Madonna - O papel da Mulher casada dos tempos bíblicos até hoje*. Tradução Priscilla Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002, p. 435.

¹¹² BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1993, p. 349.

em conta as transformações globais nas sociedades e as articulações entre as esferas de produção (trabalho) e reprodução (família) e entre as esferas de classe e gênero:

Lembrem-se também, se for o caso, de que foram vocês que me pediram para contar, desta vez, a vida das mulheres. Se em algum momento acharem que estou passando depressa demais pelos varões, não venham me acusar de feminismo tardio. Já lhes digo de antemão que a vida dos homens é tão interessante quanto a das mulheres, e se não entro mais na seara deles é só para atender ao desejo de vocês.¹¹³

Observa-se que, através deste fragmento, a narradora se justifica para os seus leitores, numa espécie de aceitação da obra na relação narrador-leitor. É uma justificação-aceitação baseada no fato de os leitores terem todas as condições psicológicas, intelectuais e culturais, para entender a trama (feminina) e seus vários níveis de significação. Em outras palavras, a autora não se atém apenas a questões relacionadas ao espaço do masculino, pois, segundo o pensamento de Isabel de Andrade Fortes,

Enquanto ao homem cabiam os atributos da razão, da abstração e do conceito, presentes no espaço público, à mulher ficaram designadas as necessidades físicas, do coração e da alma, que se revelariam no espaço privado. A “natural” disposição feminina para as questões do coração e sua não adequação para o pensamento conceitual já a colocavam, de saída, alheia à ciência, a qual não podia, de forma alguma, fazer parte do universo feminino.¹¹⁴

A visão da história sempre nos foi dada deste modo, então, Maria José Silveira, através do prólogo, quis, mesmo, explicar que relataria a história do Brasil pela ótica feminina e que evidenciaria como era a vida da mulher, seus problemas, os preconceitos, as derrotas, os setores em que elas progrediram, o que elas conseguiram conquistar. Isto porque os estudos mostram que a fala masculina sobre sexualidade e afeto, relação homem/mulher, identidade masculina etc, é condicionada por um padrão histórico que ressalta a hierarquia dos gêneros e a desvalorização relativa dos assuntos considerados femininos.¹¹⁵

¹¹³ SILVEIRA, op. cit., p. 11.

¹¹⁴ FORTES, Isabel de Andrade. “Mulher e trabalho: entre a melancolia e o luto.” In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 6. n 2/1998, p. 289.

¹¹⁵ GIFFIN, op.cit., p. 67.

3.2.2 Família

Sobre os vários aspectos que envolvem a família, Michelle Perrot nos fala que esta, como rede de pessoas e conjunto de bens, “é um nome, um sangue, um patrimônio material e simbólico, herdado e transmitido.”¹¹⁶ São os costumes, a formação da personalidade, as crenças religiosas, o auxílio mútuo etc., os quais são transmitidos de forma peculiar, ou, em outras palavras, “os valores e preferência que manifestamos nas inúmeras escolhas da vida são, na maioria das vezes, reflexos de diretrizes e regras que incorporamos durante nossa formação no contexto familiar.”¹¹⁷ A família não é uma comunidade fechada em si mesma: para além de sua separação, ela estabelece comunicações com outras células sociais; o lar não é apenas um interior em que se confina o casal, é também a expressão de seu padrão de vida, de sua fortuna, de seu gosto.¹¹⁸ Tais afirmações aplicam-se ao estudo da obra de Maria José Silveira, na medida em que se nota a influência de cada mãe sobre o destino de sua(seus) filha(os), resultando no “próprio paradigma central da organização familiar.”¹¹⁹ Essa influência hereditária está presente nos aspectos que dizem respeito à religião, à carreira profissional, à definição da personalidade etc. De acordo com Ecléa Bosi:

De onde vem, ao grupo familiar, tal força de coesão? Em nenhum outro espaço social o lugar do indivíduo é tão fortemente destinado. Um homem pode mudar de país; se brasileiro, naturalizar-se finlandês; se leigo, pode tornar-se padre; se solteiro, tornar-se casado; se filho, tornar-se pai; se patrão, tornar-se criado. Mas, o vínculo que o ata à sua família é irreversível: será sempre o filho da Antonia, o João do Pedro, o “meu Francisco” para a mãe.¹²⁰

Maria José Silveira discute o patriarcalismo, “um dos principais objetos de ataque da historiografia atual sobre a família no Brasil, atentando para as especificidades regionais, temporais e sociais.”¹²¹ Nesse âmbito relacionado ao funcionamento da família patriarcal, esses “valores” impostos aos filhos distinguem diante da família matriarcal. No romance, encontramos tanto patriarcalismo como

¹¹⁶ PERROT, op.cit., p. 105.

¹¹⁷ LEITE, op.cit., p. 47.

¹¹⁸ BEAUVOIR, op.cit., p. 295.

¹¹⁹ LEITE, op.cit., p. 47.

¹²⁰ BOSI, op.cit., p. 346.

¹²¹ WADI, op.cit., p. 215.

matriarcalismo. No primeiro, a mulher é vista como prestadora de serviços ao homem; no segundo, não existe a figura de um pai, apenas a do marido da mãe, de modo que não subsiste a figura da mulher servente típica do patriarcalismo.”¹²² E a presença da “enérgica mãe de família responsável pela complexa organização doméstica e, portanto, capaz, inclusive de substituir o marido na sua falta ou ausência temporária.”¹²³ Em qualquer época, é notório que a figura da mãe e os cuidados maternos se tornam força moral fundamental para a coesão familiar.

A respeito da forma de criação, a diferenciação das funções e dos papéis entre os sexos é repassada dos pais aos filhos naturalmente. A hierarquia é deliberadamente consumada, de acordo com a imagem e com os padrões impostos, manifestando-se primeiramente na experiência familiar.

Claramente, existem profundas diferenças entre a orientação comportamental que é imposta aos meninos e às meninas: para os primeiros é considerado adequado alguma agressividade, indisciplina e até mesmo um pouco de violência em seus relacionamentos com outros meninos da mesma idade; para elas, o bom tom é a graça nos gestos e nos trajés, a ternura no relacionamento com os demais membros da família, o papel da dona-de-casa e da mãe já lhe é sugerido.¹²⁴

Diante das diferenças de criação, nota-se que, desde cedo, os pais já impõem aos filhos o modelo de comportamento que deverão desenvolver futuramente, na vida adulta. No patriarcalismo, é inculcada no filho, a idéia de que deve espelhar-se no pai e adotar suas condutas, características que nem sempre possui. É considerado agressivo e ativo por natureza, deve apresentar comportamento dominante, para fazer jus à virilidade. Por outro lado, espera-se que a filha aprenda com a mãe a servir ao marido.

No Brasil colonial, os homens recebiam uma educação que os preparava para o mundo do trabalho, para a vida racional e criativa; às mulheres dispensavam-se apenas orientações acerca do comportamento e atuação dentro de casa. “Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher “feminina” é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. É um destino que lhe é imposto por seus

¹²² LEITE, op.cit., p. 49.

¹²³ Ibid., p. 52.

¹²⁴ Ibid, p. 56-57.

educadores e pela sociedade.”¹²⁵ Desde o início, “a educação feminina foi concebida a partir de uma visão romântica: veiculava valores calcados na religião e na moral e visava apenas a preparar a futura mulher para assumir suas funções junto à família.”¹²⁶ Portanto, essas oposições mecânicas violentam, logo na primeira infância, tanto meninas como meninos, uma vez que estes são bloqueados no campo da sensibilidade e da afetividade; aquelas, reprimidas em sua agressividade.

3.2.3 Maternidade

É pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é a maternidade sua vocação “natural”, porquanto todo seu organismo se acha voltado para a perpetuação da espécie. Mas, já se disse que a sociedade humana nunca é abandonada à natureza. E, particularmente, há um século, mais ou menos, a função reprodutora não é mais comandada pelo simples acaso biológico; é controlada pela vontade.¹²⁷

Em diferentes épocas, a figura dos filhos - sua saúde e educação - é invocada como fundamento dos deveres e poderes da mulher. “A figura materna deve ser central nas políticas sociais dirigidas a famílias, na medida em que existe uma estreita ligação entre a organização familiar e a figura materna,”¹²⁸ ou seja, a posição da mulher dentro do grupo possui vínculos que desenvolve a partir de valores e práticas culturais. É ela que tem responsabilidade sobre as várias estratégias de sobrevivência. Neste sentido, então, dar à luz e cuidar das crianças é a primeira função da mulher, de acordo com Michelle Perrot.¹²⁹

Porém o que prevalecia até o século XIX era o fato de as mulheres de melhor condição social e financeira - como esposas de comerciantes, fazendeiros etc - deixarem os filhos com a ama-de-leite, mas as mais pobres amamentavam os seus bebês. No romance em estudo, o que mais ocorre é outra pessoa - que não a própria mãe - cuidar dos filhos. Algumas mães morrem no parto, outras morrem após um

¹²⁵ BEAUVOIR, op.cit., p. 21.

¹²⁶ DUARTE, Constância Lima. “História da literatura feminina: nos bastidores da construção de gênero.” In: SCARPELLI, Marli Fantini & DUARTE, Eduardo de Assis (orgs). *Poéticas da Diversidade*. Belo Horizonte: UFMG/ FALE: 2002, p. 215.

¹²⁷ BEAUVOIR, op.cit., p. 248.

¹²⁸ AFONSO, Maria Lúcia Miranda & FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. “Maternidade e vínculo social.” In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 4. n. 2/1996, p. 319.

¹²⁹ PERROT, op.cit., p. 143.

pequeno tempo de convivência com o filho - alguns meses. Então alguns bebês são criados pelas avós, por outra família. Na narração das mulheres do século XVII, o que nos chama a atenção no romance é a passagem de três gerações – filha, neta e bisneta foram criadas por uma única mulher - a Velha, uma índia meio bruxa.

Com isso, confirma-se que:

Até meados do século XIX, os aspectos fundamentais da experiência reprodutiva feminina – que envolvem a contracepção, a concepção e o parto – eram vistos como de domínio quase exclusivo das mulheres. Isto certamente não significava que elas detivessem o controle e a autonomia sobre sua vida reprodutiva, mas apenas que a questão pertencia à esfera privada ou familiar. O conhecimento sobre a reprodução fazia parte do acervo de conhecimento das mulheres.¹³⁰

3.2.4 Sobre parto

O parto é um ato rigorosamente privado e feminino, inclusive enquanto objeto de relato e de memória.¹³¹ É através do parto - do ato de dar à luz - que ocorre a continuação da família, a perpetuação da espécie, na qual continua viva a memória, na obra de Maria José Silveira. Às vezes, no desenrolar da história, o corpo da mulher é concebido como constituído exclusivamente para a reprodução. Como se o “dar à luz” fosse o pico, o clímax da vida da personagem. Acontecido isso, ela poderia morrer. Como exemplo, cito a narração do parto de Maria Cafuza. Quando sua gravidez vingou, metaforicamente falando, “quando a sua missão foi cumprida” – a da perpetuação da espécie, a continuação da família, que começou com Inaiá e Fernão – a personagem morre.

No entanto o parto é narrado de várias formas, de acordo com a evolução da modernidade. Inicialmente, algumas mulheres dão à luz ao relento, pela falta de condições. Mais tarde, a parteira ocupa uma posição dominante, na qual prevalece por vários séculos, com o parto natural em casa, no quarto do casal. Vale frisar que a imagem da parteira como mulher ignorante, analfabeta, sem moral, responsável pela morte de mães e recém-nascidos, devido à falta de qualificação profissional, é

¹³⁰ Dossiê humanização do parto. Da medicalização do parto ao movimento pela humanização. Disponível em: http://www.redesaude.org.br/dossies/html/body_hp-1.html. Acesso em: 2/02/2005.

¹³¹ PERROT, op.cit., p. 143.

encontrada no decorrer da história.¹³² De acordo com Maria Lúcia Barros Mott, é como se houvesse “apenas um único tipo de perfil de parteira”.¹³³ E, por fim, na modernidade, os costumes mencionados entram em declínio e a tecnologia é incorporada. Hospitais, clínicas e maternidades concorrem para o nascimento das crianças, ofertando recursos, acompanhamento de médicos e outros especialistas. Foi durante o século XX que a instituição médica consolidou seu controle no processo reprodutivo. Desde então, o parto e o processo reprodutivo vêm sendo vistos como eventos de caráter essencialmente médico, que exigem atenção e cuidados de tal profissional nos hospitais. Assim sendo,

É inegável que os avanços da obstetria moderna foram responsáveis, pelo menos em parte, por uma significativa redução nos índices de morbimortalidade materna e fetal. Através da história, as mulheres foram expostas às possibilidades concretas de morrer durante o parto, perder a criança ou sofrer lesões permanentes. A aparente imprevisibilidade do parto e de outros processos fisiológicos sempre gerou crenças e costumes para explicá-los e controlá-los. Nesse sentido, a definição do parto como evento puramente médico definiu também a forma predominante com que a sociedade moderna passou a se relacionar com o evento. Pode-se assim dizer que os rituais médicos e tecnológicos substituíram os tradicionais como forma de administrar o processo do nascimento.¹³⁴

Passadas estas categorias inerentes de um “estar feminino” pode-se, finalmente, conhecer a história destas vinte mulheres brasileiras.

¹³² MOTT, Maria Lúcia Barros. “A parteira ignorante: um erro de diagnóstico médico?” In: Revista Estudos Feministas. Vol. 7, n. 1 e 2/1999, p. 25.

¹³³ Ibid, p. 25.

¹³⁴ Dossiê humanização do parto, op. cit., p. 3.

Capítulo IV: 500 anos de um Brasil construído por uma história feminina

4.1 História (d)e mulheres

Se é assim que vocês querem, vamos
contar a história das mulheres da família.
Mas vamos com calma.
Maria José Silveira. *A mãe da mãe de sua
mãe e suas filhas*

Vale a pena evidenciar como foram representadas as mulheres que viveram ao longo de cinco séculos, bem como a cena histórica na qual viveram, para uma melhor compreensão da própria narrativa. É a partir do matiz histórico presente fornecido no romance que analiso a participação feminina na vida brasileira. Minha pretensão foi tentar apreender um pouco de suas histórias, refletir sobre algumas questões que ajudem a compreender não apenas suas vidas, mas os papéis e representações sociais sobre a mulher no mundo público/ político brasileiro, no “mundo dos homens”.¹³⁵ Algumas delas se destacaram pela sua inserção na vida política; outras, dirigiram-se ao serviço caseiro e ainda houve aquelas que apenas tiveram uma vida discreta. Desfilam neste microcosmo, personagens que pertencem a uma época determinada e que são educadas nos padrões de tal época e que, muitas vezes, não questionam o papel que lhes é atribuído, seja de subalternidade aos companheiros, seja de reflexão, no âmbito de suas próprias profissões, sobre o espaço íntimo e privado.¹³⁶ Vejamos, então, sinteticamente, como a narradora nos

¹³⁵ GOLDENBERG, op.cit., p. 352.

¹³⁶ CRIPPA, Giulia. “O grotesco como estratégia de afirmação da produção pictórica feminina.” In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 11. n 1/2003, p. 134.

(re)conta a História do Brasil e nos conta a história das mulheres. A síntese da história de cada uma é, para mim, parte fundamental desta dissertação.

Inaiá (1500-1514)

O romance inicia-se com a chegada dos portugueses ao Brasil. Os marujos dos doze navios da armada, comandada pelo almirante Pedro Álvares Cabral, avistaram na véspera daquele 21 de abril um monte alto e redondo. E antes que os primeiros clarões do sol iluminassem a manhã seguinte, já havia um grupo de tupiniquins armado de arco e flechas, à espera da aproximação das embarcações. Porém, nessa data, 21 de abril, houve apenas uma breve descida a terra e só no dia seguinte, 22 de abril, a frota ancorou no litoral da Bahia, em Porto Seguro. Não obstante vários dias de caminhada, os tupiniquins decidiram seguir a armada e aos poucos se aproximaram, a tempo de ver o erguimento da cruz, no dia primeiro de maio: dois enormes paus cruzados levantados com músicas, cantos e marchas pelos portugueses.

A primeira personagem fictícia da obra é identificada como uma índia que habitava o Brasil, na época da chegada dos portugueses. Os tupiniquins viviam numa fase de tranquilidade, quando chegou a armada. Os afazeres eram divididos: os homens da tribo pescavam e caçavam, as mulheres plantavam mandioca, faziam farinha e cauim (bebida à base de mandioca com efeito embriagador) e criavam belos cestos de cerâmica. As crianças, por sua vez, desde cedo, seguiam os costumes da tribo, de modo que “banhavam-se no rio, brincavam com os animais das matas próximas às tabas. Sabiam reconhecer os tipos de cobras, aproximavam-se das aves e dos sagüis, dos tamanduás e dos bichos-preguiça, conheciam as plantas e as árvores, os passos seguros dos rios.”¹³⁷

A sociedade matriarcal primitiva atribuiu à mulher uma função mais nuclear no contexto social primitivo. “A herança, a descoberta da agricultura e da pecuária e o começo das atividades de troca colocaram a mulher no centro dos sistemas familiar e social.”¹³⁸ As tarefas da mulher indígena se igualavam às dos homens. Logo, cumpre mencionar o pensamento de Christina Larroudé de

¹³⁷ SILVEIRA, op.cit., p. 19.

¹³⁸ LEITE, op.cit., p. 21.

Paula Leite quando afirma que não havia a diferença, em força física, entre mulher e homem. Tal perspectiva se contrapõe, sobremaneira, à consideração hoje muito recorrente de que o homem é o sexo forte; a mulher, sexo frágil:

A mulher igualava o homem na estatura, na resistência, na habilidade e na coragem; não era um ornamento social, um objeto de beleza ou um brinquedo sexual, mas um robusto animal, com capacidade para realizar durante horas os mais rijos trabalhos.¹³⁹

Quanto à relação de Inaiá com o sexo oposto, há que se mencionar que ela se envolveu com Fernão, um jovem lisboeta que chegou a Porto Seguro com a embarcação de Cabral. Esse personagem é caracterizado como um dos portugueses responsáveis pelo tráfico de papagaios, ave que era um dos produtos mais cobiçados em Portugal. O Brasil era conhecido, na época, como a *Terra dos papagaios*. Através desse jovem, a autora/narradora faz referência àquilo que ele encontraria nas Índias – fato relatado no romance que se assemelha ao estudo de Boris Fausto – “a imaginação dos povos europeus vislumbrava, conforme o caso, reinos fantásticos, habitantes monstruosos, a sede do paraíso terrestre.”¹⁴⁰ O interesse material, então, era encoberto através dos sonhos associados à aventura marítima:

uma terra nova onde o ouro, a prata e as mercadorias seriam tantos que enriqueceriam até o mais miserável dos grumetes, e os homens de um olho só e dois chifres seriam derrotados depois de uma luta sangrenta, e as mulheres seriam belas e amorosas e acessíveis, com deliciosas escamas de peixe nos pés.¹⁴¹

Foi num clima romântico que a personagem viveu e morreu junto ao seu homem. Fernão não procurava outras índias “porque isso nem lhe passou pela cabeça, já que ele e Inaiá passavam horas rolando entre folhas, brincando e gemendo (...), tudo isso aconteceu assim. É isso o amor? Então, sim, eles se amaram.”¹⁴² Essa cena, antes de mais nada, evidencia a junção entre duas raças, duas

¹³⁹ Ibid, p. 20.

¹⁴⁰ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 23.

¹⁴¹ SILVEIRA, op.cit., p. 24.

¹⁴² Ibid, p. 29.

culturas, entre uma branca européia e uma indígena – primitiva, exótica, lasciva, selvagem.¹⁴³

Na narrativa de Inaiá, Maria José Silveira expõe a relação homem-mulher num clima utópico, pois percebe-se que não há muitas questões e regras impostas de cunho social, político ou econômico. O papel de Inaiá perante a sua tribo era somente o de seguir seus costumes com dignidade. E, perante seu homem, era de usar sua sensibilidade para garantir a harmonia do casal. Os fatos da intimidade, que afloraram e se expandiram, reverteram em ações práticas de satisfação.

Dentre as várias personagens que fizeram a História do Brasil no romance de Maria José Silveira, Inaiá foi a personagem que teve uma vida mais alegre, feliz, com menos problemas conjugais. Fica a sensação para as mulheres que a sucederam na narrativa, de especial sensibilidade feminina representada na sua integridade de caráter, marcada pela firmeza e pertinácia nos caminhos afetivos.

E da relação de Inaiá com Fernão nasceu

Tebereté (1514-1548)

Quando os marujos chegaram à terra desconhecida, encontraram uma grande população indígena, portanto, vale ressaltar que, na verdade, o Brasil não foi descoberto, literalmente, por Pedro Álvares Cabral. Segundo Boris Fausto, esse termo “descobrimento” pode nos dar uma idéia errônea de que a frota de Cabral foi a primeira presença humana nesta terra. Porém, já havia a existência dos índios. E, Maria José Silveira, em seu livro, usa o termo *a chegada ao Brasil*.

Os indígenas ficavam encantados com os objetos dos caraíbas, repassavam de mão em mão tudo o que era diferente e reluzia aos olhos dos nativos. Para a obtenção de tais objetos, os índios passavam boa parte do tempo cortando as árvores do pau vermelho, o pau-brasa, o pau-tinta, para tingir as roupas da moda na Europa. Como a cor nobre dos reis e dos bispos fora liberada para uso geral, a procura pela tinta de cor púrpura intensificou-se. Os nativos, em troca dos presentes dos

¹⁴³ CALDWELL, Kia Lilly. “Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil.” In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 8. n 2/2000, p. 94.

brancos, cortavam as toras rapidamente. Havia o ataque ou emboscada de tribos rivais e a investida contra a feitoria fazia parte da aliança dos tupinambás com os franceses, disputando com os portugueses e os tupiniquins o comércio do pau-brasil na costa da nova terra. Portugueses e franceses, todos traficantes de pau-brasil, dentro da lei uns, fora da lei outros, atracavam constantemente no litoral brasileiro. Cada grupo formava seus aliados - nativos de tribos diferentes - que, em troca de roupas, chapéus, facas, machados, cortavam, serravam, rachavam, atoravam e desbastavam as grandes árvores e as carregavam nos ombros, nus, até os navios. Este período foi marcado pelo reconhecimento e posse da nova terra e um escasso comércio.

A história de Tebereté se passa na região da Feitoria de Cabo Frio, no Rio de Janeiro. A índia pertenceu à tribo dos tupinambás, caracterizada pela prática de rituais canibalísticos.¹⁴⁴ Sobre tais rituais, Maria José Silveira faz uma breve explicação aos seus leitores:

Os antropólogos e os historiadores sempre consideraram que a antropofagia dos primeiros indígenas brasileiros tinha apenas função simbólica e mágica: ao comer o inimigo, o vencedor se apropriava de suas qualidades, e perpetuava o desejo de vingança de toda a tribo, através do ritual coletivo. Hoje, no entanto, arqueólogos e pesquisadores sustentam que o canibalismo também cumpria uma função nutritiva: em um momento de crescimento demográfico e escassez, a carne dos inimigos fornecia proteínas aos vencedores.¹⁴⁵

Porém a tese mais recorrente acerca do assunto é a de que os índios, ao comer o inimigo, acreditavam estar incorporando sua força e valentia. No romance, Tebereté, com o intuito de obedecer aos costumes de sua tribo, alimenta-se da carne do marujo francês Jean-Maurice – pai de sua filha. Ela foi encarregada de fazer todos os procedimentos para o dia do ritual, de modo que estava incumbida das tarefas de

¹⁴⁴ Uma dessas cerimônias entre os tupinambás foi presenciada e relatada pelo europeu Hans Staden. Ele foi aprisionado pelos tupinambás, tentou fugir num barco de franceses que não o aceitaram a bordo e, praticamente sem motivos, foi poupado pelos índios. De acordo com o relato do alemão, em seu livro *Duas viagens ao Brasil*, o inimigo aprisionado podia esperar vários meses até ser sacrificado, e os tupinambás, ao consumir a carne do morto, acreditavam estar afastando de si a alma do inimigo. Convidam os selvagens de outras tribos para que assistam à cerimônia. Logo que estão reunidos todos os que vieram de fora, o principal da aldeia dá-lhes as boas-vindas e diz: “Vinde agora e ajudai a comer o inimigo”. Os selvagens cantam então a noite toda em volta da choça de quem vai morrer e o pintam. Tiram da choça o prisioneiro, que bebe com eles e amarram todo o seu corpo (...) Golpeia-se o prisioneiro na nuca, com um tacape, de modo que lhe saltam os miolos. Repartem tudo entre si. As vísceras são dadas às mulheres. O miolo do crânio, a língua e tudo podem aproveitar, comem as crianças.” Ver: BRASIL 500 ANOS, V.1, p. 43.

¹⁴⁵ SILVEIRA, op.cit.,p. 39.

alimentar, banhar, divertir e cuidar do prisioneiro. “E, claro, transava com ele quantas vezes desse.”¹⁴⁶

A sexualidade supostamente exacerbada e falta de pudor eram atributos das mulheres. Idéia amplamente difundida, o clichê da índia sexualmente promíscua está presente no livro de Gilberto Freire, *Casa Grande & Senzala*. Ele dedica algumas páginas à demonstração do caráter hiper-sensual da índia no capítulo em que discute a contribuição do indígena para a formação da sociedade brasileira.”¹⁴⁷

Maria José Silveira, ao tratar do processo de miscigenação entre mulheres indígenas e brancos europeus nos primeiros momentos da colonização, identifica e consagra a forte conotação sexual. O clima sensual é indiciado com adornos, carinhos, dança etc. “Untava seu corpo de mel, embalava-o dia e noite na rede (...) cantava e dançava só para ele e lhe ensina jogos e palavras, penteava seus cabelos castanhos.”¹⁴⁸

Depois da morte de Jean-Maurice, Tebereté foi tomada como esposa por Poatã, porém carregando no ventre a filha do marujo francês. Depois de dar à luz a Sahy, Tebereté adoeceu e morreu de uma doença rara.

Da relação de Tebereté com Jean Maurice nasceu

Sahy (1531-1569)

Passando a primeira fase do processo colonizatório, a narradora entra no ano de 1549, com a instituição do governo geral no Brasil, quando se inicia a montagem da colonização que irá se consolidar ao longo de mais de dois séculos, com marchas e contramarchas.

Tomé de Souza, o primeiro governador-geral nomeado por dom João III, rei de Portugal, trazendo a primeira leva de soldados, artesãos, funcionários da

¹⁴⁶ Ibid, p. 36.

¹⁴⁷ LASMAR, Cristiane. “Mulheres indígenas: representações.” In: *Revista Estudos Feministas*. Vol 7. n 1 e 2/1999, p. 146.

¹⁴⁸ SILVEIRA, op.cit., p. 36.

Coroa, padres, degredados, mulheres e crianças para povoarem o país. As ordens de dom João III eram claras: já era tempo de garantir a posse da nova terra e organizar a produção para o bem de Portugal. Isso significava controlar os nativos e fazer deles a fonte da mão-de-obra para construir o país. A procura por escravos indígenas aumentou.¹⁴⁹

Como a instituição de um governo geral tinha por objetivo um esforço de centralização administrativa, havia muitas tarefas a serem feitas, no caso, pelos nativos.

Sahy viveu em uma fazenda perto da costa da Bahia. Foi capturada por Vicente Arcón, o Castelhana, juntamente com outros nativos. O Castelhana a escolheu pelo simples fato de possuir inúmeras semelhanças com sua já falecida esposa. Viu em Sahy a possibilidade de ter novamente a sua mulher em seus braços. Sahy tornou-se escrava de Castelhana e este a incumbiu de fabricar embutidos. Para Sahy, Castelhana passou a ser alguém a quem estava para sempre irremediavelmente ligada. “Não sentia horror nem prazer com isso, não sentia nada. Se deixava trepar sem dramas, sem volteios, como quem come, respira, bebe água e faz as necessidades.”¹⁵⁰

E sua condição de escrava, na fazenda do português, causava-lhe saudades da terra em que antes vivia com seu povo. De acordo com o que temos documentado sobre essa época, os indícios são de que milhares de mulheres índias, durante o processo de colonização, tiveram trágicos destinos, sendo vítimas de violência e exploração sexual pelos portugueses. As índias representam o elemento oculto, anônimo, que participou, involuntariamente, da construção do Brasil, pela mão-de-obra escrava. Porém Sahy, por estar ligada a Castelhana, tinha quase um status especial no meio de tantos outros indígenas que se tornaram escravos na referida época.

“Sahy aceitava e via o mundo como impassível observadora da infinita capacidade humana para causar dor”.¹⁵¹ Essa característica da personagem demonstra que ela preferia não confrontar, não discutir, evitando conflitos. Entretanto sua tolerância poderia ser traduzida sem o calor da sinceridade. Para Ecléa Bosi, determinadas relações humanas são pobres e banais, porque nos desviamos das áreas de atrito, dos pontos vitais, de tudo o que em nosso confronto pudesse causar o crescimento

¹⁴⁹ Ibid, p. 47.

¹⁵⁰ Ibid, p. 49.

¹⁵¹ Ibid, p. 50.

e a dor. Se a tolerância é entendida assim, como uma abdicação do diálogo, melhor seria dar-lhe o nome de banimento ou discriminação.¹⁵²

Mesmo assim, tinha algum afeto dentro do seu peito destinado a seu homem. A vida insossa de Sahy ganhou algum “sabor” apenas quando sua filha, Filipa, nasceu. Passados dez anos, um comprador de escravos levou Filipa para um engenho em Recife e Sahy morreu de desgosto.

Da relação de Sahy com Vicente Arcón nasceu

Filipa (1552-1584)

São inclusas na narrativa tanto a escravidão de índios como a de negros. Como ela é contada? Pelos caminhos da história oficial: os compradores escolhiam índios jovens e fortes que, se ainda fossem pagãos, eram imediatamente batizados pelo padre a seu lado. Eram levados para trabalhar no engenho de Pernambuco.

Os portugueses tinham desenvolvido nos Açores uma tecnologia nova para a produção de açúcar, para a qual o clima do Brasil era propício e a terra estúpida. O único problema estava na mão-de-obra. Os nativos, “os negros da terra”, eram bons para desmatar antes de plantar a cana mas, para o trabalho complexo e repetitivo do engenho cujo propósito eles não entendiam, eram um fracasso. Com os machados e as facas dos europeus, os índios haviam dado um salto tecnológico, mas a complexidade do engenho, a mais avançada tecnologia da época, era demais para eles. A mão-de-obra africana começou a ser cada vez mais necessária para fazer a colônia produzir.¹⁵³

Homens e mulheres negros eram capturados na África, para serem vendidos como escravos em terras do outro lado do mar. Na travessia, o porão do navio era “habitado” por um amontoado de negros bantos, iorubas e hauçás que trabalhariam nos engenhos. E a única diversão - que se tornou privada com o passar do tempo - era o encontro à noite, quando os escravos se reuniam em volta da fogueira para bater tambores e atabaques, dançavam, acompanhando o ritmo.

¹⁵² BOSI, op.cit., p. 36.

¹⁵³ SILVEIRA, op.cit., p. 59.

O comprador de escravos que escolheu Filipa - e mais alguns nativos – levou-a da Bahia até um engenho em Pernambuco. A viagem foi exaustiva para Filipa, uma vez que amarrada aos outros nativos, “ela, que não estava acostumada a grandes caminhadas, ia quase arrastada, os pés logo em chagas, os músculos como tenazes em pontadas de dor viva, a fome desconhecida aguilhoando o estômago, a sede lhe fechando os sulcos da garganta.”¹⁵⁴

Na produção de açúcar na qual foi trabalhar, Filipa conheceu M’bta, um negro trazido da Guiné. Os dois passavam os dias tramando sua fuga. Quando os preparativos estavam quase prontos, tiveram que adiar a fuga por conta da gravidez de Filipa. Mais tarde, quando resolveram, finalmente, fugir, foram capturados. Acabaram torturados e mortos, na presença da filha – Maria Cafuza – pelo capitão-do-mato, João Tibiritê.

Da relação de Filipa com M’bta nasceu

Maria Cafuza (1579-1605)

A escravidão de índios e negros intensificou-se e “os paulistas já começavam a se tornar os violentos caçadores de escravos nativos, que iriam entrar cada vez mais pelos sertões em missões de apresamento.”¹⁵⁵ Havia várias incursões na mata e os bandos voltavam com centenas de nativos presos em combates ou emboscadas.

Apesar do nome, Maria Cafuza era mameluca. Ainda criança, foi levada por Manu Taiaôba aos cuidados de uma velha índia. Era protegida por eles dois. Porém em “seu peito só ficara a opressão esmagadora do sentimento convulsivo de ódio contra João Tibiritê.”¹⁵⁶ Tanto que, Maria, aos catorze anos, cravou-lhe um punhal, tirando-lhe a vida. Então, Manu Taiaôba assumiu a liderança do bando. Maria Cafuza e Manu Taiaôba começaram a se entender: “A adoração que Manu tinha por ela era quase religiosa - arrumava sua tenda perto da tenda da velha e da moça e tudo fazia para que

¹⁵⁴ Ibid, p. 58.

¹⁵⁵ Ibid, p. 68.

¹⁵⁶ Ibid, p. 69.

nada lhes faltasse.”¹⁵⁷ Não obstante, Maria Cafuza não podia tolerar a idéia de colocar um filho no mundo, de modo que abortava toda vez que descobria que estava grávida, com a ingestão de chás abortivos. A única filha que vingou foi Maria Taiaôba, que nasceu da morte de Maria Cafuza. A menina foi entregue também aos cuidados da Velha:

Maria Cafuza, dessa vez sem saber, estava grávida. Quase não engordara, a barriga praticamente não crescera e, embora andasse desconfiada, não tivera ainda a certeza que a faria tomar suas providências. Mas naquele dia, ali debaixo do pé de jatobá, tudo aconteceu: Maria agonizou em convulsões, sem se dar conta de que, ao morrer com sua dor incurável, sua filha nascia. Se percebesse, a teria matado.¹⁵⁸

A questão do aborto é uma polêmica, até mesmo, nos dias atuais, pois a “Igreja não aceita os mais avançados métodos de controle de natalidade e se opõe contundentemente à hipótese da legalização do aborto.”¹⁵⁹ Em nossa sociedade, há diferentes posições: desde pessoas e instituições que acreditam que o aborto é moralmente errado, até aquelas que defendem a mulher e o seu direito de escolha no caso da interrupção da gravidez. No século XVI, o século no qual Maria Cafuza viveu, não havia punições ou algum tipo de justiça para as mães que se utilizavam de tal prática. O Brasil, desde 1940, através do Código Penal, autoriza a interrupção da gravidez, quando a mulher corre risco de vida, em casos de estupro e violência sexual. Em outros casos, o aborto é considerado crime. E “quando realizado sob condições precárias – por pessoas sem a necessária capacitação e/ ou em ambientes que não apresentem os mínimos padrões sanitários, o aborto geralmente causa seqüelas à saúde da mulher e, muitas vezes, sua própria morte.”¹⁶⁰

Na maioria das vezes, é o próprio marido, companheiro ou amante que convence a mulher a se desembaraçar do filho. “Ou ele já a abandonou quando fica grávida, ou ela quer generosamente esconder-lhe a desgraça, ou não encontra nenhum auxílio nele.”¹⁶¹ Isso ocorre devido à falta de amor, dinheiro e/ou infinitas outras causas. Na obra em estudo, os valores são outros - o contrário prevalece – e deduz-se que Manu Taiaôba encarava o aborto com naturalidade, considerando-o apenas um dos

¹⁵⁷ Ibid, p. 72.

¹⁵⁸ Ibid, p. 74.

¹⁵⁹ LEITE, op.cit., p. 52.

¹⁶⁰ Dossiê humanização do parto, op.cit., p. 4.

¹⁶¹ BEAUVOIR, op.cit., p.253.

numerosos acidentes a que a malignidade da natureza condenou as mulheres.¹⁶² Mas talvez ele nem tivesse consciência do que ocorria. Maria Cafuza fazia o aborto, como se fosse um método contraceptivo, uma simples prática anticoncepcional.

Da relação de Maria Cafuza com Manu Taiaôba nasceu

Maria Taiaôba (1605-1671)

A narradora continua assim a sua história: Em 1630, os holandeses chegaram a Pernambuco, começando uma guerra que durou dezesseis anos.¹⁶³

É relatada também a maneira como os escravos negros estavam aproveitando a desorganização da guerra, para fugir para a serra da Barriga, onde havia a construção de um arraial, chamado de Quilombo dos Palmares. Uma figura histórica teve destaque no romance - o mameluco Domingos Fernandes Calabar – que passou das forças luso-brasileiras para as holandesas, tornando-se um guia para os flamengos, até ser preso e executado por falar e saber demais.

Uns dizendo que ele era apenas um guia e que fora executado com tanta rapidez porque sabia demais, conhecia os colaboracionistas graúdos, pois era quem levava os chefes flamengos para os encontros na calada da noite e que foram eles, os colaboracionistas, que o mandaram executar, temerosos de que desse com a língua nos dentes.¹⁶⁴

Como a resistência se transformou em um processo de retiradas, a mencionada guerra terminou aos poucos. A chegada do príncipe holandês Maurício de Nassau caracterizou-se por um período de paz. Com seu dinamismo e espírito empreendedor – com as obras a que deu origem – tornou-se um governador admirado. Recife modernizou-se, o comércio teve mais liberdade, ao contrário do que trouxera o monopólio português. Em 1646, a guerra recomeçou, a insurreição foi preparada a partir da Bahia e as tropas luso-brasileiras começaram a fazer o trajeto de volta a Recife. Em

¹⁶² Ibid, p. 256.

¹⁶³ Para Boris Fausto, “as invasões holandesas não se resumiram a um simples episódio regional. Ao contrário, fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, revelando a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento de escravos.” Ver: FAUSTO, op.cit., p. 84.

¹⁶⁴ SILVEIRA, op.cit., p. 92.

abril de 1648, ocorreu a primeira Batalha de Guararapes, que mudaria a história da guerra, marcando o começo do avanço dos pernambucanos.

Os holandeses foram para a batalha com um exército de quase cinco mil homens; o exército restaurador, como eram chamadas as forças luso-brasileiras, contava com pouco mais de três mil e quinhentos, dos quais uns dois terços, eram soldados da terra – nativos, mamelucos, índios. Os holandeses eram superiores, numérica e militarmente, mas os luso-brasileiros tinham a seu favor a posição privilegiada. Saindo dos mangues, dos matos e dos outeiros, atacavam de maneira ágil e veloz, saltando e se esquivando dos batalhões holandeses.¹⁶⁵

Os brasileiros levaram vantagem, deixando mais de quinhentos mortos no campo inimigo. Quase um ano depois teve início a segunda batalha no mesmo monte Guararapes, com a vitória dos insurretos.

Quando acabou a guerra em Pernambuco, em 1654, e foi restaurado o domínio português, os proprietários que abandonaram seus engenhos começaram a retornar. Muitos desses engenhos, no entanto, haviam sido confiscados pelos holandeses e vendidos a brasileiros, interessados em adquiri-los a preços baixos e fazê-los continuar produzindo mesmo sob domínio holandês.¹⁶⁶

Maria Taiaôba viveu a maior parte da vida em Olinda, com a Velha, sob os cuidados de escravos e homens de confiança de Manu Taiaôba. Casou-se com Bento Diogo de Sá, filho de português, que se interessou pelo patrimônio dos Taiaôba. “Preguiçoso mas cheio de ambição e vazio de escrúpulos, Bento Diogo tinha grandes projetos próprios. Entre eles, o de ser o rei do vinho de mel, o vinho do país, a cachaça.”¹⁶⁷ Maria, embora “achasse graça nas tiradas do baiano falante e charmoso, estava começando a achar um pouquinho cansativo aquele homem que só tagarelava, tagarelava e nada fazia.”¹⁶⁸ Com menos de seis meses de casamento, Bento Diogo faleceu. Mais tarde, conheceu Duarte Antônio de Oliveira, também português, mas com boas intenções. Nasceu Belmira, a filha do casal. Duarte faleceu durante a guerra contra os holandeses.

¹⁶⁵ Ibid, p. 102.

¹⁶⁶ Ibid, p. 104.

¹⁶⁷ Ibid, p. 80.

¹⁶⁸ Ibid, p. 82.

Da relação de Maria Taiaôba com Duarte Antônio de Oliveira nasceu

Belmira (1631-1658)

Belmira nasceu na noite do incêndio de Olinda, na guerra contra os holandeses. “Ninguém dormiu naquela madrugada, vendo ao longe as labaredas e fumaças se erguendo da cidade em chamas.”¹⁶⁹ Viu, também, chegar a primeira e a segunda batalhas de Guararapes.

Conheceu o soldado holandês Wilhelm Wilegraf durante a batalha. A ele, devotou um amor incondicional, sem reservas. O casal teve uma filha, Guilhermina, a qual Belmira criou com a ajuda da avó, Maria Taiaôba, devido a morte do soldado na guerra. Depois deste fato, Belmira nunca mais foi a mesma, vivia numa angústia e inconformismo, devido a perda do seu amado. Taiaôba levou filha e neta para Salvador, com o intuito de fugir da guerra.

Antonio de Sá, filho de reinóis, administrador da cadeia de Salvador, apaixonou-se por Belmira. Porém casado. Sua esposa ao descobrir a paixão atacou Belmira “aos berros, unhas e dentes,”¹⁷⁰ e esta nada fez para se defender. Essa violência foi a gota d’água para Belmira, que se suicidou no mar - afogou-se de bom grado, manifestando a afinidade da mulher com a água passiva, na qual parece que a vida pode passivamente dissolver-se.¹⁷¹

O suicídio é uma saída para a mulher que chega ao fim de sua recusa. Enuncia-se, em termos obscuros, a mulher historicamente submissa ao homem. Por trás da morte de Belmira, está o sofrimento causado pela falta do companheiro. Ela não conseguiu viver sem sua presença, apenas tentou suportar a vida e a solidão. Não lhe restava outra saída – achava que não tinha nenhuma razão positiva para evitar tal desgraça. Então, Belmira encontrou-se desarmada contra a vontade inimiga, sem nenhum meio eficiente para exprimir seus sentimentos de revolta.

Da relação de Belmira com Wilhelm Wilegraf nasceu

¹⁶⁹ Ibid, p. 85.

¹⁷⁰ Ibid, p. 109.

¹⁷¹ BEAUVOIR, op.cit., p. 375.

Guilhermina (1648-1693)

Apaixonou-se por Bento Vasco, filho do vigário português da igreja do Outeiro. A narradora, sobre essa relação, nos coloca que “a visão do contraste da alvura da mão da moça pousada languidamente sobre a negrura túrgida do braço do rapaz parecia pairar ameaçadora sobre a cidade. Era como se a Bahia e o Brasil não fossem feitos de pretos e brancos.”¹⁷² O padre proibiu Guilhermina de entrar na igreja e afastou Bento de seu ofício de coroinha. Resolveram, então, fugir com a ajuda de Maria Taiaôba para a fronteira do Espírito Santo e Minas Gerais, onde levantaram uma casa com toras de madeira, chão batido e coberta de palha.

Tornaram-se extremamente importantes as marchas com função política e militar - também chamadas bandeiras - mesmo que não fossem de preação ou de prospecção. São grandes expedições formadas por milhares de homens, que viajavam pelo interior durante meses e, mesmo, até anos. E, nessas viagens, alguns viajantes paravam na fazenda de Guilhermina e Bento, onde encontravam hospedagem e comida. “Para quem precisasse de mantimentos para levar, eles vendiam, mas o alimento na chegada era parte da hospitalidade, uma necessidade, um costume respeitado naquela época de grandes distâncias e escasso povoamento.”¹⁷³

Guilhermina cuidava do gado e dos escravos. Vestia-se como homem para uma melhor execução das tarefas no campo. “Era forte, destemida e possuía uma autoridade natural na lida que ninguém – nem homem, nem bicho – tentava contestar.”¹⁷⁴ Esta questão é discutida por Christina Larroudé de Paula Leite, quando nos fala que há vários exemplos oferecidos pela história da necessidade de a mulher se transvestir em homem para alcançar o poder ou o sucesso.¹⁷⁵ No caso da personagem, nota-se que é por reação de defesa que tão insistentemente se veste de maneira masculina. Para Simone de Beauvoir, “nada é menos natural do que se vestir como mulher; sem dúvida a roupa masculina é também artificial, mas é mais cômoda e mais

¹⁷² Ibid, p. 111.

¹⁷³ SILVEIRA, op.cit., p. 120.

¹⁷⁴ Ibid, p. 119.

¹⁷⁵ Os dados que temos a respeito de uma mulher vestir-se de acordo com os preceitos masculinos em nossa história, trata-se de Hatxepsu, que foi uma governante do Antigo Egito, que reinou entre 1501 e 1479 a.C. Nos monumentos erigidos em sua memória ela aparece barbada, sem seios e vestida de homem. Ver: LEITE, op.cit., p. 27.

simples, favorece a ação ao invés de entravar.”¹⁷⁶ Por este viés de pensamento, saltos baixos, roupas robustas, calças - ao invés de vestidos com tecido vistosos, chapéus enfeitados e saltos altos - favorecem o cumprimento dos papéis voltados à lida no campo. Evidentemente, tal comportamento da personagem desperta atenção para o fato de que muitas mulheres tinham atitudes, representando papéis masculinos, tornando-se facilmente confundidas com homossexuais. Cumpre acrescentar que muitas mulheres só se declaram homossexuais por complacência interessada: por isso mesmo adotam mais conscientemente atitudes masculinas. O que é o contrário da personagem em questão.

No que se refere à sexualidade, vale dizer que o casal se entendia muito bem. O respeito entre ambos era mútuo e “Guilhermina era feliz. Seu mundo, ao lado de Bento, era o gado, a largueza dos horizontes, a música do berrante e sua voz criando sons para preencher os campos vastíssimos que se abriam até muito mais além do que a vista alcançava.”¹⁷⁷ Desta união, nasceram os gêmeos Jerônimo e Romualdo - com os quais Guilhermina não possuía uma relação maternal “normal”, tanto que não sabia “o que fazer nem o que esperar de nenhum deles”¹⁷⁸ - e Ana de Pádua, também criada pela escrava da casa, haja vista Guilhermina não cultivar o propósito de cuidar de filhos. Guilhermina morreu na tentativa de salvar sua vaca parideira preferida do ataque de uma onça, num dia de chuva, raios e trovões.

Da relação de Guilhermina com Bento Vasco nasceu

Ana de Pádua (1683-1730)

1694: Extração do ouro em Minas Gerais

Os bandeirantes eram os continuadores da tradição paulista dos capitães-do-mato, e seguiam, naquela época, desbravando e conquistando o país. Contavam, contudo, com um pouco mais de infra-estrutura, como boas botas de couro, roupas mais apropriadas, adestrados cavalos de sela. Foram eles que descobriram o ouro nas minas e que primeiro chegaram à região.¹⁷⁹

¹⁷⁶ BEAUVOIR, op.cit., p. 162.

¹⁷⁷ SILVEIRA, op.cit., p. 121.

¹⁷⁸ Ibid, p. 121.

¹⁷⁹ Ibid, p. 137.

Nesta época, o movimento de viajantes em direção ao rio das Velhas e das Minas dos Gataguás aumentou intensa e abruptamente. Notícias de ouro na região mineira se espalharam, o anúncio da descoberta atraiu gente de todas as capitanias do Brasil para a região das minas. O afluxo foi tão grande que as autoridades se viram obrigadas a adotar medidas restritivas, a fim de evitar o esvaziamento do restante da colônia.

Por ser importante para a ficcionalização de seus personagens, a narradora inclui igualmente na história a guerra dos Emboabas. Em 1708, os conflitos entre paulistas e os recém-chegados despertaram a Coroa para a necessidade de aplicar com maior rigor, sua política administrativa na região das minas. Foi uma das primeiras lutas no Brasil, contra a primazia dos portugueses. Irritados com a perda das lavras, os paulistas se reuniram no paço da Câmara de São Paulo, cujas portas foram abertas para o povo, e decidiram organizar uma expedição a Minas, para coagir os forasteiros a devolver suas fazendas, suas lavras e seus escravos.

Em agosto 1709, mais de mil e trezentos expedicionários partiram do Pátio do Colégio. Os chefes a cavalo, os demais combatentes a pé. A eles foram se unindo, na passagem por cada arraial, grupos de Itu, Paranaíba, Sorocaba, Jundiá, Moji, Taubaté, Guaratinguetá.¹⁸⁰

Foi uma luta sangrenta, diz a narradora, com a duração de quase um ano. O conflito final deu-se, quando os emboabas, sabendo dessa expedição dos paulistas, organizaram resistência.

Depois da difícil marcha de mais de quatro meses até o arraial que é hoje São João Del Rey, encontraram-no todo fortificado preparado para revidar o ataque. Houve tentativas de acordo, mas os ataques continuaram, irredutíveis, durante oito dias e oito noites, com muitas mortes e feridos de ambos os lados, porém sem vitória para nenhum. Até que a notícia da chegada de tropas do Rio de Janeiro, mandadas pelo governo-geral em apoio aos emboabas, fez com que os paulistas decidissem mais uma vez voltar para casa. Terminada assim, essa guerra pelo ouro das minas que, depois de dois séculos, haviam sido descobertas na colônia portuguesa.¹⁸¹

¹⁸⁰ Ibid, p. 144.

¹⁸¹ Ibid, p. 144-145.

Esta luta serviu apenas para que a Coroa decidisse aplicar com mais rigor sua política administrativa na região das minas. Assim, ela nos conta:

O ouro nas lavras parecia jorrar junto com a água. A riqueza e o luxo das minas começaram a refletir nos povoados. O governo-geral conseguira convencer um paulista, os únicos que até então conheciam bem a região, a abrir o Caminho Novo das Minas, ligando-as diretamente ao Rio de Janeiro. Era um caminho precário, mas permitia a passagem de homens e animais, trazendo não só mais e mais levas de emboabas para a região, como também mais mercadorias para atender à nova demanda dos que se enriqueciam. Tropas de mulas, com todo tipo de produtos, começaram a substituir as costas dos escravos índios e negros no transporte para abastecer o crescente mercado. Vinham de São Paulo, vinham do Rio, vinham da Bahia e sua chegada provocava grande agitação e rebuliço nas vilas e fazendas. Traziam também levas de escravos africanos para trabalhar nas minas e escravas para a pequena corte particular das senhoras.¹⁸²

A vida dos senhores do ouro era boa, pois enquanto os escravos procuravam o ouro, os senhores ficavam à sombra, na espera.

A guerra acabara, porém ficara o ressentimento contra o governo central e os portugueses. Havia ouro em abundância, mas era ouro da terra e a Coroa portuguesa exigia um quinto de tudo o que se extraía. Com o novo caminho direto até o Rio de Janeiro, a administração central já não dependia dos paulistas para chegar às minas e aumentara muito o controle sobre o que sucedia na região e também, a fiscalização de sua parte de imposto na extração do ouro.¹⁸³

De cor morena, herdada principalmente do pai crioulo, Ana de Pádua casou-se com Baltazar e, com ele, foi morar em Sabará. Abriram uma estalagem, mas os ciúmes doentios de Baltazar ocasionados pela maior presença, na região, de homens do que mulheres, desestabilizaram o matrimônio. Além das proibições, Ana de Pádua foi vítima de agressão física, de modo, até mesmo, a ficar com as costas vermelhas e inchadas. “A violência contra a mulher ocorre no âmbito doméstico, onde o agressor é normalmente um conhecido íntimo, mais freqüentemente o próprio parceiro.”¹⁸⁴ E ainda, “bater na mulher faz parte das prerrogativas masculinas. Os espancamentos e maus-tratos correspondem ao motivo apresentado por mulheres que

¹⁸² Ibid, p. 149-150.

¹⁸³ Ibid, p. 151-152.

¹⁸⁴ GIFFIN, op.cit., p.61.

pedem a separação dos corpos.”¹⁸⁵ As queixas mais comuns atribuem o episódio violento à bebida, problemas de cabeça, ciúmes, sexo ou dinheiro. “Em certos meios, o homem espanca a mulher; em outros, precisamente porque é o mais forte e porque seu punho é um instrumento eficaz.”¹⁸⁶ O que implica demograficamente em metade da sociedade, é o de que a violência masculina não passa de exercício do controle e do poder sobre as mulheres. Na obra em análise, por exemplo, Baltazar agride Ana de Pádua, para vingar sua honra ferida, para mostrar que Ana de Pádua é sua mulher e que pertence a ele - um sentimento irremediável de posse.

No Brasil, a violência doméstica e a violência contra a mulher transformaram-se em problemas sociais de primeira grandeza. Muitas mulheres correm mais riscos no lar do que na rua e as estatísticas indicam que a violência contra a mulher não é episódio excepcional, mas prática corriqueira que dá o tom às relações entre gêneros.¹⁸⁷ Para Simone de Beauvoir, “se as lágrimas não bastam para lhe exprimir a revolta, ela se entregará a cenas cuja violência incoerente desnorteará ainda mais o homem.”¹⁸⁸

Quanto à Ana de Pádua, vale dizer que não lhe adiantava revoltar-se com a situação, pois o patriarcalismo era muito acentuado, tanto que, por exemplo, quando apareciam as visitas ou havia a chegada de estranhos à estalagem de Baltazar, Ana de Pádua se recolhia, aparecendo apenas quando o “Senhor” a chamasse. Nunca saía de casa, a não ser para cumprir sua obrigação cristã e de fé: assistir à missa aos domingos. De acordo com Isabel de Andrade Fortes,

Enquanto o homem participa da esfera pública, a mulher está ligada à esfera privada. Nesta perspectiva, a relação marido e mulher vai ficando cada vez mais distanciada, seus mundos, tanto geográficos quanto psíquicos, ficam apartados, ocorrendo junto a isso uma dessexualização da própria relação.¹⁸⁹

No século XVIII, eram poucas as mulheres que reivindicavam proteção contra as agressões - muitas não tinham a quem recorrer. Os motivos da permanência das mulheres na relação abusiva são destacados por Hélio R. S. Silva, em artigo publicado na Revista Estudos Feministas:

¹⁸⁵ PERROT, op.cit., p. 277.

¹⁸⁶ BEAUVOIR, op.cit., p. 374.

¹⁸⁷ SILVA, Hélio. “A cidadania bate à porta.” In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 8. n 1/2000, p. 263.

¹⁸⁸ BEAUVOIR, op.cit., p. 374.

¹⁸⁹ FORTES, op.cit., p. 289.

“(1) esperança de que o marido mude de comportamento; (2) isolamento a que estão sujeitas as mulheres em situação de risco, sociais ou familiares; (3) negação social do problema; (4) barreiras que impedem o rompimento, como ameaças do agressor; (5) crença no tratamento dos agressores; (6) riscos do rompimento, como assassinato ou ameaça aos filhos; (7) autonomia econômica; (8) extensão do processo do fim da relação, face à complexidade das séries com as quais se tem que lidar e das quais há que se desvencilhar.”¹⁹⁰

A reação da personagem Ana de Pádua foi outra, uma vez que transpôs os impedimentos citados acima e, de modo a acabar com seu sofrimento, no momento em que ela encontrou amparo no paulista José Garcia. “No caso, trata-se de mulheres que de fato resistem, recusam fazer amor com um homem que lhes desagrada, tomam um amante, vão embora.”¹⁹¹

E a guerra dos Emboabas serviu de pano de fundo para a morte de Baltazar e quem o matou foi, justamente, José Garcia. Com este, Ana de Pádua estava feliz. “O conhecimento e a segurança do experiente bandeirante a deixavam seduzida e feliz por ter um homem assim.”¹⁹² Porém, mais tarde, descobriu que seu marido era infiel. Com ele teve três filhos: Gregório Antonio, Clara Joaquina e Bernarda Bárbara. E esta última morreu aos três meses de vida.

Da relação de Ana de Pádua com José Garcia e Silva nasceu

Clara Joaquina (1711-1740)

Pela riqueza que produzia e pelas necessidades crescentes da população que aumentava incessantemente, a mineração tornou-se um pólo de atração. Em 1728, os tropeiros conseguiram abrir um caminho que ligava Minas Gerais às regiões do pampa. O tropeirismo era uma atividade rendosa, pois os preços de compra em relação aos de venda eram compensadores.

¹⁹⁰ SILVA, op.cit., 265.

¹⁹¹ PERROT, op.cit., p. 277.

¹⁹² SILVEIRA, op.cit., p. 149.

Durante a infância, Clara Joaquina viveu em Sabará, Minas Gerais. Anos depois, foi levada pelo seu futuro marido, o tropeiro Diogo Ambrósio, para uma fazenda do interior do Rio de Janeiro. Sua vida de casada foi uma decepção, a começar pelo marido, “cuja imponência e elegância montado em seu cavalo soberbo existia apenas quando montava seu cavalo soberbo. Para montar a mulher não tinha nem sombra dessa elegância e galhardia.”¹⁹³ Mesmo assim, tiveram filhos – Jacira e Alencar.

A ela podemos destinar três substantivos: dominação, opressão e exclusão. Estes podem ser atribuídos tanto à vida conjugal como à vida individual. Ao narrar a vida desta personagem, a autora levanta uma bandeira veemente para a denúncia social do papel da mulher reprimida. Num sistema de liberdade vigiada, Clara Joaquina abandonou o dever de devoção caracterizada pela boa consciência e pela preocupação do bem-estar do marido e cometeu erros. Resolveu se livrar do marido, através da traição com um peão. Não obstante, ambos foram mortos por Diogo Ambrósio. Porém, momentos antes da morte, acometida pela sede de vingança, Ana de Pádua conseguiu mentir ao marido que sua filha era bastarda, pois sabia que tal atitude ensejaria uma ameaça à reputação e à honra masculinas – seria, afinal, um escândalo. Nesta época – século XVIII – “o erro sexual, o nascimento ilegítimo são objetos de uma censura muito maior do que a falência.”¹⁹⁴ O nascimento bastardo foi objeto de reprovação intensa - o que já não ocorre atualmente com tanta repugnância. Então, para conservar sua honra e evitar um infanticídio, Diogo Ambrósio levou a filha, Jacira Antônia, para ser criada pelo cabo Jesuíno, a léguas de distância de sua fazenda.

De acordo com Karen Giffin e Cristina Cavalcanti, “o direito de o marido ter relações sexuais sem considerar a vontade da mulher e a impunidade de maridos que assassinaram suas mulheres simbolizam a legitimação da violência de gênero contra mulheres no Brasil.”¹⁹⁵ Estes tipos de violência doméstica ocorreram com a personagem. O ato sexual, para Clara Joaquina, era uma espécie de tortura, que conseqüentemente, inibia o prazer. Vale lembrar:

Historicamente, à violência doméstica e sexual somam-se outras formas de violação dos direitos das mulheres: da diferença de remuneração em relação aos homens à injusta distribuição de renda; do tratamento desumano que recebem nos serviços de saúde ao assédio sexual no trabalho. Essas

¹⁹³ Ibid, p. 165.

¹⁹⁴ PERROT, op.cit., p. 267.

¹⁹⁵ GIFFIN, op.cit., p. 61.

discriminações e sua invisibilidade agravam os efeitos da violência física, sexual e psicológica contra a mulher.¹⁹⁶

E, ainda, complementam as já referidas autoras sobre as justificativas que compõem esse padrão viril:

um dos pilares da identidade masculina tradicional é o papel de provedor que o homem deve desempenhar perante a família. É dessa obrigação masculina que deriva seu papel na manutenção da autoridade moral e da honra da casa, o que, por sua vez, implica em seu direito de controlar a sexualidade feminina.¹⁹⁷

É desse modo que a linha de tradição masculina dominante nessa época persiste em alguns casos, pois a cultura masculina confronta com feminina, desde a gênese, no que diz respeito à imposição da análise das manifestações culturais. De acordo com Maria Consuelo Cunha Campos, a história das sociedades até agora existentes constituiria uma história da subordinação das mulheres aos homens em base aos sistemas gênero-sexo que culturalmente produzia. Onde não se tratar de pura diferença, mas sim de diferença hierarquizada em vista de poder.¹⁹⁸

As mulheres, no mundo rural, fossem elas esposas ou amantes, filhas ou afilhadas, libertas ou escravas, desenvolviam qualidades de submissão, docilidade e carinho, sendo muito raras as que se revoltavam contra os costumes machistas, pois os homens tinham seu próprio código de honra e faziam suas próprias leis: os assuntos sexuais eram resolvidos pelos instintos, a posse da terra ou da mulher era mais questão de força e poder do que de sedução e conquista. A educação que se propunha para as mulheres não visava, portanto, à sua autonomia, à liberdade de decidir o seu destino, pelo contrário, o que se pretendia era garantir, através de sua formação, a introjeção de princípios tais como diligência, habilidades domésticas, delicadeza, simplicidade, recato, pureza etc, além de equipá-las mais adequadamente com instrumentos que lhes possibilitassem exercer as funções que se lhes reconhecia como próprias – de esposa e mãe.¹⁹⁹

¹⁹⁶ Dossiê humanização do parto, op.cit., p. 2.

¹⁹⁷ GIFFIN, op.cit., p. 56.

¹⁹⁸ CAMPOS, op.cit., p. 111.

¹⁹⁹ SOIHET, Rachel. “Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas.” In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 5. n 1/1997, p. 19.

Outro tema importante e recorrente é o da prostituição. Sobre este assunto, saliento que, no romance, não há registros de alguma mulher ser paga para prestar serviços sexuais. Se bem que “entre as quais se vendem pela prostituição e as que se vendem pelo casamento, a única diferença consiste no preço e na duração do contrato. Para ambas, o ato sexual é um serviço; a segunda é contratada pela vida inteira por um só homem.”²⁰⁰ Vista por tal ângulo, a personagem Clara Joaquina pode ser considerada prostituta, pois se casou com o tropeiro Diogo Ambrósio, pela sua elegância e pelo seu dinheiro, além do interesse nos presentes que recebia. Achava que sua vida seria só prazer, se desfrutada pelo luxo.

Da relação de Clara Joaquina com Diogo Ambrósio nasceu

Jacira Antônia (1737-1812)

Incontáveis tribos recusavam-se a se submeter ao colonizador, tornando-se arredias. Procuravam refúgio em terras cada vez mais distantes dos centros de colonização, evitando o contato e, quando este era inevitável, recorriam à guerra. “Muito se falava sobre o espírito vingativo deles: casos de vinganças, crueldade, selvageria, a alertar sobre a insensatez de se mexer com eles.”²⁰¹

Numa tarde, Jacira ficou sozinha na fazenda - já que seu marido fora até uma fazenda próxima para informar-se sobre os ataques indígenas - e foi atacada. Pediu para que os escravos e crianças entrassem na casa, enquanto flechas já atingiam a varanda. A narradora nos relata, de maneira a evidenciar um clima tenso, que “os gritos estridentes dos selvagens, os golpes dos tacapes forcejando portas e janelas, o pânico e o desespero nos olhos dos escravos só eram interrompidos pelos tiros da garrucha que não estavam sendo de muita serventia, a não ser para assustar.”²⁰² Foi quando Jacira teve a idéia de atirar fogo de sabão nos índios pelas frestas das portas e das janelas. Passaram a despejar a gosma fervente nos índios que se aproximavam do vão das portas e das janelas. “Logo todos perceberam que essa tática fora dos cânones de

²⁰⁰ BEAUVOIR, op.cit., p. 324.

²⁰¹ SILVEIRA, op.cit., p. 184.

²⁰² Ibid, p. 186.

qualquer guerra conseguiria impedir a invasão da casa até a chegada do capitão com armas e munição.”²⁰³ E então, “com sua calma extraordinária e um sorrisinho de triunfo nos lábios, Jacira se sentou em sua cadeira no meio da sala e ficou apreciando o estranho mas vitorioso combate.”²⁰⁴

Jacira viveu na fazenda do interior de Goiás, no sertão. Casou-se com o capitão Dagoberto da Mata e tornou-se o braço direito do marido. “Ele a respeitava e a tratava com toda a consideração, admirando seu jeito incansável e sua autoridade exercida com calma mas sem vacilações.”²⁰⁵ Depois da morte de Dagoberto, Jacira assumiu a liderança e cuidava para que tudo saísse como deveria. Sobre a determinação desta personagem no período colonial, Maria José Silveira pondera:

Vocês estão surpreendidos por uma mulher assumir poder e mando naquela época? Pois não deveriam. Em qualquer época da história, em todo lugar, sempre houve mulheres de tanto poder quanto os homens. Sempre existiram, e não foram poucas. E a essas alturas já deu para perceber que as mulheres que povoaram esta terra nos primeiros dois e três séculos, que foram para as lonjuras do sertão, viver no mato no país que começava, não poderiam ser fracas e submissas como muitos gostariam de pintá-las. Tinham de se virar, do contrário não sobreviveriam nas condições inóspitas em que viveram, muitas vezes passando longos meses sem o marido em casa, tendo que se defender de muita coisa e criar suas próprias condições de sobrevivência. Claro, sempre houve todo tipo de homens e mulheres, fracos e fortes, espertos e tolos, inteligentes e limitrofes, bons e maus, poderosos e impotentes. Mas de uma coisa vocês podem estar certos: as mulheres que viviam no vasto, terrível e belo sertão dos primeiros séculos do país podiam ser tudo, mas não eram nem bobas nem frágeis.²⁰⁶

Neste sentido, é pertinente atentar a discussão de que, sem dúvida, houve mulheres como a personagem Jacira Antônia que viveram entre os séculos XVIII e XIX. Fato que se pode verificar através das palavras de Luiza M. S. Santos Carvalho, quando diz que a chefia feminina tem sido, tradicionalmente, aplicada às situações onde famílias e/ou domicílios são liderados por mulheres sozinhas, onde o parceiro masculino está ausente, como nos casos de viúvas, mães solteiras e mulheres desquitadas/separadas com dependentes.²⁰⁷ Vale lembrar que “o sustento do domicílio pela mulher

²⁰³ Ibid., p. 187.

²⁰⁴ Ibid, p. 187.

²⁰⁵ Ibid, p. 182.

²⁰⁶ Ibid, p. 193.

²⁰⁷ CARVALHO, Luiza M. S. Santos. “A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar.” In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 6. n. 1/1998, p. 8.

raramente será considerado razão para identificá-la como chefe nos casos onde o homem esteja presente.”²⁰⁸

No entanto, o que mais se tem documentado nas cenas da vida privada é o sistema patriarcal, de modo que, após a morte do marido, são os filhos que continuam os negócios. “Como herdeiro, o filho é o futuro da família, sua imagem sonhada e projetada, sua forma de lutar contra o tempo e a morte.”²⁰⁹ Na ausência de filhos homens, a transferência do poder era cedida para algum homem da família (irmão, tio, padrinho etc). “Essa clássica visão da honra masculina oriunda das sociedades rurais tradicionais, e sobre ela edifica parte de sua identidade.”²¹⁰ Assim, sob esse ponto de vista, percebe-se que era muito rara a chance de a esposa deter a chave dos negócios e das provisões. Porém, na atualidade, esta visão sofre mudanças, aos poucos, como é visto:

Um dos fenômenos que marcam a cena brasileira contemporânea é o aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres. Tradicionalmente identificadas com situação de pobreza, as famílias comandadas por mulheres sozinhas constituem hoje fato comum e presente em todos os segmentos sociais, especialmente nas cidades. A que podemos atribuir esse fenômeno? A crescente autonomia das mulheres, decorrente da conquista de novos papéis na sociedade, de sua crescente profissionalização e do aumento nas oportunidades de emprego, todos esses são fatores que encontram-se associados a um aumento do número de viúvas, separadas ou divorciadas, que não só conservam a guarda dos filhos que tiveram como mantêm arranjos domésticos independentes, não mais retomando à casa paterna uma vez novamente sozinhas.²¹¹

Da relação de Jacira Antônia com Capitão Dagoberto da Mata nasceu

Maria Bárbara (1773-1790)

No romance, há algumas linhas remetidas à Sedição de Minas, ao enforcamento de um dos líderes, o alferes Joaquim José da Silva Xavier – Tiradentes – (considerado o principal culpado pela Inconfidência Mineira) e à prisão de todos os

²⁰⁸ Ibid, p. 9.

²⁰⁹ PERROT, op.cit., p. 146.

²¹⁰ Ibid., p. 129.

²¹¹ BEAUVOIR, op.cit., p. 138.

outros. A morte do dentista ocorreu às doze horas do dia 21 de abril de 1792, fato histórico que Maria Bárbara não chegou a saber devido a sua morte prematura.

Maria Bárbara apaixonou-se pelo capataz Jacinto, mulato nascido livre. Todavia, sua mãe, Jacira Antonia, cometeu “um erro tão comum em tantas mães que pretendem saber mais do que os filhos o que é o melhor para eles.”²¹² Impediu o romance porque queria que a filha encontrasse um marido à altura, tal qual Dagoberto. Jacira deu ordem para que matassem Jacinto. Para a tristeza de Maria Bárbara, “nem o nascimento, sete meses depois, do bebê que estava esperando trouxe de novo alguma cor ou alegria a seu rosto.”²¹³ Morreu sem jamais ter perdoado a mãe nem lhe ter dirigido mais uma só palavra.

É preciso ressaltar que o critério de escolha para o casamento, naquele tempo, era calcado em razões de ordem econômica - sob o comando patriarcal - com o objetivo de estabelecer alianças que pudessem garantir a perpetuação e o crescimento do patrimônio econômico e social da família. Era necessário evitar escândalos dos amores proibidos, mantendo a dignidade dos costumes. O casamento se constituía de interesses materiais. Estes interesses, nas palavras de Rachel Soihet, opunham-se às práticas matrimoniais até então predominantes, em que o amor não se apresentava como um pressuposto necessário à ligação conjugal, encarada como uma transação econômica ou decorrente de razões sociais.²¹⁴ Hoje, sabe-se que é ingênuo o comportamento de Jacira Antônia, mas sabemos que tal ingenuidade lhe fora imposta pela educação que recebera, decorreu do modo como foi criada. Logo, com seu jeito de mandar, de distinguir o que é bom do que é ruim, achou que poderia escolher o marido para a filha.

Da relação de Maria Bárbara com Jacinto nasceu

Damiana (1789-1822)

²¹² SILVEIRA, op.cit., p. 198.

²¹³ Ibid., p. 200.

²¹⁴ SOIHET, op.cit., p. 17.

Submetido à pressão permanente das Cortes e das agitações que se multiplicavam no Brasil, D. Pedro resolveu a crise política, proclamando a Independência. A situação tinha atingido um nível de tensão que se tornara insuportável, tanto pela radicalização das posições de Lisboa como pelas agitações que se espalhavam pelo Brasil.

(...) continuara o conflito entre as ordens de Lisboa e os interesses brasileiros. Em todos os cantos só se falava na necessidade de se declarar de uma vez por todas a Independência. Surgiam manifestos, as pessoas invadiam as praças, tumultos aconteciam. Os rumores iam e vinham. Os acontecimentos se precipitavam. A cidade estava elétrica.²¹⁵

Então, no dia 7 de setembro de 1822, às margens do Riacho Ipiranga, Dom Pedro formalizou a independência do Brasil. Assim que chegou ao Rio de Janeiro, a notícia provocou entusiásticas manifestações de apoio, com a participação de todas as camadas da sociedade local, exceto, naturalmente, os escravos, cuja situação permanecia inalterada. No romance, lê-se:

A cidade comemorava em festa, completamente iluminada, todos os lampiões acesos. Os fogos estouravam, os sinos repicavam, as pessoas nas praças faziam discursos e dançavam, conjuntos de música tocavam nas ruas. Todos ostentavam no braço ou nas roupas os laços verde e amarelo, as cores do Brasil livre.²¹⁶

Em primeiro de dezembro de 1822, com apenas vinte e quatro anos de idade, o príncipe regente foi coroado Imperador - recebeu o título de Dom Pedro I. O Brasil tornou-se independente, com a manutenção da forma monárquica de governo.

Damiana casou-se com Inácio Belchior - um português “falante, falso, bajulador, tinha o dom de perceber à primeira olhada como agradar o interlocutor”²¹⁷ - que estava interessado apenas na fortuna de Damiana, já que esta era a principal herdeira da grande proprietária de terras, Jacira Antônia. Foi um casamento infeliz, tanto que depois do nascimento da filha, Damiana teve a intenção de divorciar-se, não

²¹⁵ SILVEIRA, op.cit., p. 234.

²¹⁶ Ibid, p. 234.

²¹⁷ Ibid., p. 217.

obstante a sociedade hipócrita determinar que o casamento tradicional não devesse ser corrompido. Nas palavras de Maria José Silveira: “não se espantem, o divórcio era possível no Brasil. Era, inclusive, pedido sobretudo por mulheres. O grande problema surgia quando o marido não queria aceitar o divórcio.”²¹⁸ Foi o caso de Belchior que, por não querer perder parte dos bens e, também, por se considerar humilhado, internou Damiana num convento, acusando-a de “libertina, irreligiosa, devassa e perdulária.”²¹⁹

Não pensem vocês que Damiana foi a primeira ou a única esposa a ser presa em um convento. Essa maneira de se livrar da mulher era usada na época, quando o marido não queria se divorciar da esposa para não dividir os bens, mas não se sentia com coragem suficiente para matá-la de vez, ou queria apenas, digamos assim, ministrar-lhe uma lição.²²⁰

Os conventos recolhiam as mulheres marcadas pela desonra, antes destinadas ao casamento. Tinham o objetivo de descontaminar a família a que pertencia, além de integrar um movimento de moralização dos comportamentos femininos, preservando a honra das mulheres pertencentes à sociedade dominante na época.²²¹ Damiana morreu de tristeza, doente, três dias depois da declaração da Independência. Nota-se que, na relação que a personagem tem com o seu marido, há um processo de dominação do homem sobre a mulher, configurando-se numa forma de violência. Damiana não é tratada como sujeito, mas como uma coisa, que não tem direito, atos, falas, atividades. De acordo com o artigo de Rachel Soihet, publicado para a Revista Estudos Feministas, a respeito deste quadro, “a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina.”²²² Trata-se de uma violência simbólica, na qual se suprimem os enfrentamentos corporais, a violência bruta e que se convertem numa relação de diferença numa hierarquia de desigualdade.

Da relação de Damiana com Inácio Belchior nasceu

²¹⁸ Ibid., p. 222.

²¹⁹ Ibid., p. 223.

²²⁰ Ibid., p. 230.

²²¹ AUAD, op.cit., p. 255.

²²² SOIHET, op.cit., p. 10.

Açucena Brasília/ Antônia Carlota (1816-1906)

Outros acontecimentos também serviram de fundo para as inserções ficcionais. Um deles é a recusa pernambucana, em 1817. A recusa da Carta outorgada pelas Câmaras de Olinda e Recife, que se negaram a jurá-la, levou à primeira revolução republicana da era imperial. Algumas câmaras recusaram-se a jurar a Constituição e, no caso da recusa pernambucana, houve revolução. Foi a recusa em aceitá-la que desencadeou o movimento revolucionário da Confederação do Equador, estabelecido em 2 de julho de 1824.

“A forte repressão militar, com a prisão e a morte dos líderes e o fuzilamento de Frei Caneca obrigou os revolucionários a fugirem para onde desse.”²²³ Portanto, a Confederação do Equador não teve condições de se enraizar e de resistir militarmente às tropas do governo, sendo derrotada nas várias províncias do Nordeste, até terminar, por completo, em novembro de 1824. As marcas da revolução não se apagaram facilmente. Esta pode ser vista como parte de uma série de rebeliões e revoltas ocorridas em Pernambuco entre 1817 e 1848, que fizeram da província um centro irradiador de muitas insatisfações do Nordeste.

A personagem em questão possuiu quatro nomes, devido a preferência pessoais dos pais. A mãe, Damiana, escolheu Açucena Brasília pela brasilidade que o nome inspira: “nome de flor, nome brasileiro, nome de uma filha autêntica do país.”²²⁴ E o pai, Inácio Belchior, por sua vez, queria um nome que possuísse referências a Portugal. Então, a menina passou a ser chamada pela mãe e por seus amigos de Açucena Brasília; pelo pai e pelos amigos do pai, Antônia Carlota.

Ela não se contentava com meias medidas, logo, buscou assumir sua sexualidade de uma forma mais plena. Teve vários amores, incluindo um viúvo, quase vinte anos mais velho, um jovem militar, um padre, um jovem escravo e, finalmente, casou-se com um nordestino, Caio Pessanha. “Que Açucena talvez fosse falada por seus amores e maneiras, tão avançadas para a época em uma cidadezinha interiorana, é bem provável, mas sobre isso nada se pode dizer com certeza.”²²⁵ Afinal, na prática dos

²²³ SILVEIRA, op.cit., p. 246.

²²⁴ Ibid, p. 219.

²²⁵ Ibid, p. 247.

preceitos impostos, “pureza era fundamental para a mulher, constituindo-se o desconhecimento do corpo em signo de alto valor, num contexto em que a imagem da Virgem Maria era exemplar para as mulheres.”²²⁶

Numa cultura tipicamente patriarcal, Açucena Brasília/ Antônia Carlota representa a mulher desviada das normas impostas pela sociedade, pois, apesar da repressão sexual que recaía sobre as mulheres - buscando nelas incutir o estereótipo da frigidez feminina, das exigências da virgindade e da sobriedade de conduta - a personagem transgrediu todas as regras, respeitando seus instintos. De acordo com Rachel Soihet,

As mulheres não poderiam dispor livremente de sua sexualidade. Manter-se virgem, enquanto solteira, e fiel, quando casada, era sinônimo de honra feminina; a qual se estendia a toda família. Enquanto aos homens estimula-se o livre exercício da sexualidade, símbolo de virilidade, na mulher tal atitude é condenada, cabendo-lhe reprimir todos os desejos e impulsos dessa natureza. Pois, mulheres solteiras que se deixassem desvirginar perdiam o direito a qualquer consideração.²²⁷

Como morava numa pequena vila, a difusão das regras de como ser uma “boa moça” era mais acentuada (casar com um homem que fosse considerado pela família um bom partido e preencher os deveres e as tarefas naturais de esposa e mãe). Isto posto, conclui-se que os seus atos podem ser conseqüências da sua má educação, já que sua mãe mal chegou a conhecer e o pai era um interesseiro, sem escrúpulos - foi assassinado pelo cunhado, a personagem de Mariano, quando Açucena ainda era criança. Então, talvez pela ausência dos pais em sua formação, a moça adquiriu um espírito livre, independente. “Achava que tudo era possível, tudo era natural, tudo tinha seu direito de acontecer sob o sol, crença que, certamente, teve muito a ver com sua longevidade.”²²⁸ Teve uma vida conjugal feliz, porém ficou viúva cedo e depois de Caio, teve outros amores, mas nenhum que durasse muito tempo.

Da relação de Açucena Brasília/ Antônia Carlota com Caio Pessanha nasceu

²²⁶ SOIHET, op.cit., p. 27.

²²⁷ Ibid, p. 27.

²²⁸ SILVEIRA, op.cit., p. 255.

Diana América (1846-1883)

Diana América viveu no Rio de Janeiro, na época do grande terminal negreiro da América, com a maior concentração de escravos existentes no mundo desde o Império Romano. “Era uma cidade meio africana, quase negra. Os escravos descalços enchiam as ruas no desempenho das tarefas cotidianas.”²²⁹ Havia o horror da sociedade escravocrata ao trabalho, que era coisa notada por todo estrangeiro que chegava ao Brasil. Não obstante, a cidade de Rio de Janeiro “era festiva, animada, agitada, com saraus, festas e bailes, tudo acontecendo ali, a capital do Império.”²³⁰

Diana morou com os tios. Era pianista, “chegou inclusive a ser convidada para tocar num sarau patrocinado pelo Imperador Dom Pedro II e pela jovem Princesa Isabel, de sua idade, que a aplaudiu com entusiasmo.”²³¹ Nota-se mais uma personagem fictícia contracenando com personagens que fizeram parte da história oficial do Brasil.

Viveu de acordo com os preceitos de sua mãe: a liberdade como estilo de vida. Para a decepção dos tios, que tentavam impor-lhe “pulsos fortes”, foi mãe solteira, por opção, deixando a criação do filho, Dionísio Augusto, por conta da avó, Açucena. Mais tarde, conheceu o jovem poeta alemão Hans G, com quem viveu uma paixão por um curto período de tempo. Hans G deixou-a, sem saber que Diana estava grávida. De acordo com Maria Coleta Oliveira, é possível argumentar que “as uniões informais se rompem mais facilmente do que os casamentos legais,”²³² como é o caso da personagem. Simone de Beauvoir encontra vantagens neste tipo de relacionamento, quando argumenta:

A mulher que conquista uma independência viril tem o grande privilégio de se haver sexualmente com indivíduos, eles próprios e ativos, que – geralmente – não desempenham em sua vida um papel de parasita, não a prendem por sua fraqueza e pela exigência de suas necessidades. Em verdade, são raras as mulheres que sabem criar uma livre relação com seu parceiro.²³³

²²⁹ Ibid, p. 256.

²³⁰ Ibid, p. 257.

²³¹ Ibid, p. 258.

²³² OLIVEIRA, Maria Coleta. “A família brasileira no limiar do ano 2000.” In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 4. n. 1/1996, p. 59.

²³³ BEAUVOIR, op.cit., p. 464.

Diana casou-se com Caetano Acioli da Fonseca, um amigo do seu tio, para dar um nome ao bebê. Caetano era um homem de boa vontade, que se deixou acorrentar por escrúpulos, por piedade, poupando a personagem de um escândalo. Tal prática, era demasiada recorrente, por ser inadmissível, uma vergonha para a família, ter um filho sem ser casada, pois a “sexualidade da mulher é moldada a fim de servir ao casamento e à maternidade, sendo o laço entre sexualidade e prazer minorizado em detrimento do laço entre sexualidade, casamento, amor e reprodução.”²³⁴

Não há dúvida de que o escândalo em torno da mãe solteira provocaria ansiedades sobre o futuro da esposa. Aos olhos dos tios e para a sociedade, Diana não seria mais do que uma mulher digna de censura, uma aberração destinada a destruir a “abençoada” separação das esferas masculina e feminina e a arruinar instituições sagradas como o casamento e a maternidade.

Atualmente, ser “mãe solteira” está em franca ascensão, sem o estigma do passado. Jovens solteiras e adultas que engravidam acidentalmente, geralmente, decidem ter e educar os filhos, em vez de fazer um aborto ou entregar o bebê para adoção. Não há uma obrigação de casar com o pai do bebê (ou com outro, apenas para dar um nome, como ocorre no romance). E também a hipótese de contar com a gravidez, com a chegada de um filho, para manter o casamento intacto, fato bastante comum na época, quando as pessoas permaneciam juntas por causa dos filhos, é repensada.

Da relação de Diana América com Hans G nasceu

Diva Felícia (1876-1925)

Outro acontecimento marcante na narrativa foi a Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel, por meio da assinatura da Lei Áurea. Houve a ruína do regime político que se apoiava na lavoura escravista. “As festas se espalhavam, comemorando com efusão a chegada, ainda que tardia, de um

²³⁴ FORTES, op.cit., p. 289.

tempo novo.”²³⁵ A narradora parece querer corroborar a idéia de que a abolição foi o coroamento do processo de transformações pelos quais passava a economia brasileira, acompanhando o desenvolvimento capitalista mundial. Neste processo, o trabalho escravo deixara de ser uma das molas propulsoras da economia, para transformar-se em um obstáculo ao progresso. Significou a eliminação de barreiras que constrangiam o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil e no mundo, mas representou também a ruína do regime político que se apoiava numa classe senhorial escravista. A monarquia foi derrubada por militares, que viam, no regime federal, a única saída para os problemas de um novo Brasil. A tão sonhada república foi proclamada em 15 de novembro de 1889, por um grupo de militares no Campo de Santana, que depuseram o ministério e depois saíram em desfile militar pela cidade do Rio de Janeiro, com a presença do Marechal Deodoro da Fonseca.

O espírito de especulação que dominou a elite, o enriquecimento a todo custo, o massacre de Canudos - cujas histórias horrendas chegavam diariamente pelos jornais - a criação do moderno mercado de ações e negociatas, todas estas novidades da república enchiam o povo de repulsa. Mais uma vez, na História do Brasil, a mudança atendeu às expectativas das classes dominantes; não, às necessidades da grande massa da população.

A república que logo acabou chegando, no entanto, foi uma decepção devastadora para o rapaz ardoroso. Tinha colocado tanta esperança em uma nova pátria igualitária, modernizadora, de cidadãos irmãos, que a república como fora de fato, a começar pela própria proclamação, tão chocha, ambígua e desunida como foi, deixou-lhe um travo sem graça na boca. Como é que a sua tão sonhada república poderia ter sido proclamada por um grupo de militares que tão só deram uns “vivas” no Campo de Santana, depuseram o ministério e depois saíram em desfile militar pela cidade? Onde estava o povo? Onde estavam todos? Nas mãos de quem ficara o país? Disseram, que o desfile passara em profundo silêncio pelas ruas do Rio, com o velho marechal Deodoro carrancudo, parecendo de mau humor, até meio verde, disseram, certamente em meio a um ataque de dispnéia.²³⁶

É neste contexto que é abordado, na narrativa, o processo de modernização do Brasil, especialmente do Rio de Janeiro. Diz a narradora:

²³⁵ SILVEIRA, op.cit., p. 273-274.

²³⁶ Ibid, p. 276.

O Rio sofria com o problema das ruas estreitas e a grande concentração da população pobre em casarões antigos no centro da cidade, em precárias condições sanitárias, tidos como perigosa ameaça à saúde pública. Considerava-se que era cada vez mais intolerável o caos urbano que se instalara principalmente depois da abolição, quando os escravos libertos abandonaram as fazendas e se refugiaram nas cidades, onde tudo lhes faltava. O porto também já estava obsoleto para comportar o volume crescente das transações comerciais.²³⁷

A ordem era modernizar o porto, sanear a cidade e fazer a reforma urbana. E, rapidamente, outras metrópoles brasileiras seguiram o exemplo de urbanização carioca.

O problema é que os militares e os técnicos, que reivindicavam o progresso acima de tudo, faziam essa grande transformação na cidade com métodos que não admitiam senões nem demoras nem empecilhos (...) Em nome das obras que avançavam a todo o vapor, instalou-se o terror da modernidade. Com estardalhaço, o progresso e a civilização chegavam, em rinha feroz contra o tumulto, a desordem e o “caos do populacho.”²³⁸

Diva Felícia viveu no auge da chegada da República, a época de modernização do Rio de Janeiro. Era uma mulher branca, de elite e europeizada. Conheceu seu marido, Floriano Botelho, um jovem visionário defensor da república, no meio de uma manifestação política. Tiveram dois filhos homens - Eudoro e Gaspar - e uma menina, Ana Eulália. Não tardou para descobrir que era traída pelo marido. Mesmo assim, Diva era uma pessoa feliz. “Era uma artista que se realizava.”²³⁹ Diva era fotógrafa. Ela procurava revelar a beleza das coisas, que por muitos eram consideradas banais. Fotografava “espigas de milhos mal tiradas das cascas, os cachos de banana, as bagas de jatobá (...) legumes, frutos e flores em close.”²⁴⁰

No romance, Diva Felícia contracenava com uma figura que fez parte da História do Brasil, na área artística: Tarsila do Amaral. Maria José Silveira promoveu um encontro da personagem com a pintora a bordo de um navio. Estavam voltando de Paris, quando se conheceram e se tornaram amigas:

²³⁷ Ibid, p. 278.

²³⁸ Ibid, p. 278.

²³⁹ Ibid, p.282.

²⁴⁰ Ibid, p. 271.

Na viagem de volta ao Brasil, Diva conheceu no navio uma pintora brasileira, uma jovem encantadora que também voltava de Paris, e as duas de imediato se tornaram amigas. Apesar da diferença de idade, tinham muitos pontos em comum: Diva, a fotógrafa, bela e vivida senhora de cabelos brancos, e Tarsila, a pintora também bela e ávida em sua sofisticada juventude.²⁴¹

E, no desenrolar da história, elas trocaram cartas, esboços de quadro, fotos, enfim, Diva chegou a ser convidada por Tarsila para expor seus trabalhos em São Paulo, todavia a morte de Diva impediu tal acontecimento. Uma das possíveis interpretações para o fato de Maria José Silveira ter inserido Tarsila do Amaral no cenário do romance e ter criado um diálogo entre artistas é, justamente, uma possível semelhança entre a pintora e Diva Felícia. Pois, sabe-se que a arte de Tarsila pode ser caracterizada pela presença de elementos estranhos, fantásticos e irreais, combinados freqüentemente na constituição de aspectos aparentemente inerentes à realidade²⁴² - como a de Diva.

Nota-se que, no final do século XIX e começo do século XX, grande parte das mulheres dedicava-se às artes, constituindo um passo importante. Obviamente, houve um atraso no reconhecimento das mulheres e sua inserção neste campo profissional. Segundo Giulia Crippa, “ao longo do tempo encontramos muitas figuras de mulheres artistas, cujos nomes ficaram de alguma forma esquecidos na visão do artista genial, que pelos mecanismos culturais da sociedade burguesa do século XIX era de gênero masculino.”²⁴³

“Em números crescentes e em termos cada vez mais profissionais, as mulheres modificaram o conceito que tinham de si próprias em relação à cultura visual, ao tornarem-se as suas produtoras ativas e já não apenas os seus objetos passivos.”²⁴⁴ Esta afirmação demonstra o posicionamento das mulheres contra a tradição da sociedade burguesa, lutando por um espaço.

A maioria delas pertencia à classe burguesa, porque a fotografia era considerada uma arte cara. “Se hoje a fotografia é uma arte cara, imagine então, quando ainda, além do mais, era rara.”²⁴⁵ Para Diva Felícia, apenas foi possível realizar-se como fotógrafa por causa da herança milionária que seu pai lhe deixara. A condição da

²⁴¹ Ibid, p. 285.

²⁴² CRIPPA, Giulia. “O grotesco como estratégia de afirmação da produção pictórica feminina.” In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 11. n 1/2003, p. 114.

²⁴³ Ibid, p. 119.

²⁴⁴ PERROT, op.cit., p. 302.

²⁴⁵ SILVEIRA, op. cit., p. 272.

personagem como artista não se distingue das demais, que surgiram ao longo da História das mulheres no que diz respeito a essa questão. Nas palavras de Giulia Crippa: “a disponibilidade de tempo livre para o exercício do seu mister apenas incide sobre aquelas de classe média alta que contavam com auxiliares para tarefas domésticas.”²⁴⁶

E da relação de Diva Felícia com Floriano Botelho nasceu

Ana Eulália (1906-1930)

Como São Paulo aparece na narrativa? A revolução de 1924 teve como objetivo expresso derrubar o governo de Artur Bernardes. O partido do governo sofreu uma cisão e abriu uma brecha para os tenentes rebeldes. “Queriam, então, a deposição do presidente Artur Bernardes, a redução do poder executivo, moralização.”²⁴⁷ Durante vinte dias, os rebeldes mantiveram São Paulo sob controle, mas a pronta reação das tropas legalistas tirou-lhes a iniciativa e forçou sua retirada.

Canhões do presidente Artur Bernardes atingiram a Praça da República, o Viaduto Santa Ifigênia, o Largo São Bento, o Paçandu. O estrondo pavoroso dos canhões assusta tanto quanto as labaredas que destroem o centro da cidade (...) Prédios e casas foram arrasados. Milhares de pessoas tiveram de evacuar a cidade. Centenas de pessoas morreram, milhares ficaram feridas.²⁴⁸

A rebelião teve início em cinco de julho e terminou no final deste mesmo mês, quando os revoltosos abandonaram a cidade, em direção ao Mato Grosso. “Era o grupo que meses depois se poria em marcha e, juntando-se aos revoltosos que saíam do Rio Grande do Sul, percorreria em dois anos, sempre perseguido, boa parte do território nacional, e que depois se tornaria conhecido como a Coluna Prestes.”²⁴⁹

²⁴⁶ CRIPPA, op.cit., p. 120.

²⁴⁷ SILVEIRA, op.cit., p. 296.

²⁴⁸ Ibid., p. 297.

²⁴⁹ Ibid, p. 298.

Ana Eulália tinha uma certa aversão à sua mãe. “A individualidade marcante de Diva era um fardo verdadeiramente insuportável para a adolescente insegura cujo desejo mais secreto era ter uma mãe normal e comum como as outras.”²⁵⁰ E, ainda, “Eulália era um poço profundo de sentimentos pesados e negros, a contrastar com a luminosidade leve e solta da mãe: incompreensão, ciúme, rejeição, vergonha, ódio e o desejo obscuro de que tudo fosse diferente.”²⁵¹ Vale ressaltar que entre mães e filhos há uma gama infinita de relações: a terna amizade, sem ruptura; a compaixão; o ressentimento e o ódio, devido a alguma frustração etc. Este último fez parte da vida toda de Eulália.

Seu caráter mesquinho fez com que “roubasse” o namorado da amiga - Umberto Ranciere – e com ele se casasse. No entanto Eulália não alcançou a felicidade desejada. “Demonstrativas dos males decorrentes de uma educação feminina deficiente, impediam-na de corrigir seu caráter e assumir a responsabilidade de um casamento.”²⁵² Ela só desejava conforto, dinheiro, luxo, poder, tanto que, ao descobrir que o marido italiano era alfaiate, teve a maior vergonha e decepção. Segundo a narradora, para ela, “as mudanças foram drásticas demais. De um belo palacete habitado por uma pequena e milionária família burguesa passava sem transição para uma casa semiproletária de poucos cômodos e muitas bocas para alimentar.”²⁵³ Por estes motivos, para aliviar o seu infortúnio, tornou-se alcoólatra. “Embriagar-se pode ser um prazer; mais freqüentemente revela uma dificuldade de viver.”²⁵⁴ Neste contexto que circunscreve para a mulher o lugar da servidão ao homem, podemos pensar a positividade do alcoolismo, compreendendo-o como uma espécie de rebelião contra a anulação da mulher. O álcool busca dar visibilidade a esta personagem, que foi apagada pelo próprio destino e pela tristeza por não ter tido a vida que tanto desejou. Ela é a mulher que se coartou, porque foi obrigada a recalcar a sua ambição. Frente a tantos problemas, o alcoolismo foi sua única escapatória, a única saída, numa espécie de anestesia da realidade.

E da relação de Ana Eulália com Humberto Rancieri nasceu

²⁵⁰ Ibid., p. 290.

²⁵¹ Ibid., p. 291.

²⁵² SOIHET, op.cit., p. 18.

²⁵³ SILVEIRA, op.cit., p. 302.

²⁵⁴ PERROT, op.cit., p. 579.

Rosa Alfonsina (1926-...)

Um salto histórico é dado até 1955. Com a posse assegurada por um golpe militar preventivo, Juscelino Kubitschek assumiu o compromisso de fazer o Brasil avançar *cinquenta anos em cinco* (propaganda oficial repercutida em amplas camadas da população). Os anos JK podem ser considerados de estabilidade política. Mais do que isso, foram anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília.

Rosa Alfonsina foi eleita Miss Cidade de São Paulo, a contragosto do pai. Ela quis ir além, participar de outros concursos de beleza e, para isso, fez de tudo para mudar o pensamento conservador de seu pai, porém sem sucesso. “Queria ser miss porque era emocionante e divertido e ela gostava de se divertir,”²⁵⁵ diz a narradora. E diante da recusa do pai, “ela chorou, gritou, bateu portas. Disse que a família atrapalhava sua felicidade.”²⁵⁶ Neste momento de angústia e revolta, conheceu Túlio, com quem se casou.

Na comunidade onde vivia, Túlio, médico aclamado, era considerado responsável por todos. Rosa abandonou, por completo, suas ambições de miss e foi viver com o marido no interior de Minas. Mais tarde, mudaram-se para Brasília. A construção desta cidade é relatada com minúcia. Foi relatada a contribuição de Túlio para a construção da nova capital do país. Esta personagem contracenava com Juscelino, numa relação de amizade, pois se formaram na mesma faculdade de medicina, segundo a narradora. Túlio aceita a proposta de Juscelino para trabalhar num projeto do canteiro de obras que começava a levantar no meio do planalto central:

Dessa vez, quando Doutor Juscelino, ele mesmo, o novo presidente, insistiu que o amigo participasse como médico do gigantesco canteiro de obras que começara a levantar no meio do planalto central, Túlio sentiu que sua obrigação era aceitar. O projeto era importante demais, e o médico pacato achou que não poderia deixar de dar sua contribuição à construção da nova capital do país.²⁵⁷

²⁵⁵ SILVEIRA, op.cit., p. 313.

²⁵⁶ Ibid, p. 313.

²⁵⁷ Ibid, p. 324.

Rosa Alfonsina sentiu-se invadida por uma emoção quase eufórica e desbravadora de uma vida nova. Seus quatro filhos “cresceriam naquele planalto no coração do país, e ao lado de Túlio, que agora lhe dava uma cidade, ela era uma mulher plena e feliz.”²⁵⁸

E da relação de Rosa Alfonsina com Túlio Faia nasceu

Lígia (1945-1971)

Logo em seguida, a autora entra no período do regime militar, mostrando que em nome da restauração da ordem e da defesa da democracia, os militares tomaram o poder e alteraram completamente as regras da vida política brasileira. Foi em 31 de março de 1964, que tudo começou:

Uma onda de prisões passou por todo o país, levando políticos, líderes sindicais, estudantes, professores, operários. As rádios sob censura passavam o dia tocando solenes músicas clássicas, espalhando em suas ondas a certeza fúnebre de que algo de grave e de ruim estava acontecendo. Tropas aquarteladas estavam de prontidão, ninguém saía à noite, as cidades se recolhiam, quietas. Começava a deprimente época das cassações, dos inquéritos policiais, das torturas e da primeira leva de brasileiros tendo que se exilar. Foi a primeira vez em que o país todo, de norte a sul, conheceu ao mesmo tempo o mesmo clima de repressão e de medo, o ar irrespirável de uma ditadura militar.²⁵⁹

O regime começou, então, a mudar as instituições do país, através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AIs). Eles eram justificados como decorrentes do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções. Maria José Silveira dá prioridade ao AI-5, “o momento mais negro do país, a repressão

²⁵⁸ Ibid, p. 324.

²⁵⁹ Ibid, p. 326-327.

mais feroz, o final da trégua cultural, a decisão dos militares de acabar com qualquer tentativa de oposição à ditadura.”²⁶⁰

Em 1968, um desejo geral de liberdade e justiça colocou a juventude brasileira diante de um governo que, acossado, respondeu com violência ao clamor das ruas. Através do espírito contestador da acadêmica de arquitetura, Lígia, a autora/narradora mostrou esta fase da história em que eram postos em xeque valores tradicionais, atingindo o sistema educacional, os valores familiares, o comportamento sexual, passando pelos padrões éticos e, conseqüentemente - por estar sendo produzido por uma narrativa literária - por padrões estéticos. A personagem foi presa, como tantas outras pessoas - entre crianças, mulheres, gestantes - e torturada até a morte. “A tortura, a desestabilização psicológica, a debilidade física, a resistência, pautaram a vivência de prisão e clandestinidade enfrentada por essa mulher.”²⁶¹

Morreu três dias depois de presa e depois de vários tipos de tortura no quartel da PE, na Rua barão de Lucena, no Rio. Nem sua prisão nem sua morte foram oficialmente reconhecidas. Até hoje seu corpo não foi encontrado. É uma entre os cento e quarenta e oito brasileiros dados como desaparecidos durante a repressão da ditadura militar.²⁶²

Como Lígia fazia parte do movimento de oposição ao regime da ditadura militar, participava dos *shows* de protesto que os universitários organizavam por todo o país. Numa das assembléias de estudantes, conheceu Francisco da Mata, também estudante de arquitetura. De acordo com os registros, vemos nitidamente que “na História do Brasil, assim como na história de todos os países nos tempos modernos, tem sido marcante o papel desempenhado pelos estudantes nas lutas políticas e sociais de seus povos.”²⁶³ O símbolo da época era Ernesto Che Guevara. A personagem Lígia faz

²⁶⁰ Ibid, p. 330. Para melhor entendimento, “o Ato Institucional 5 durou até 1979 e conferiu ao presidente da República poderes de fechar, provisoriamente, o Congresso e intervir nos Estados e municípios, nomeando interventores. Voltava a ter o direito de cassar mandatos e suspender direitos políticos, demitir ou aposentar servidores públicos. O AI-5 também suspendia a garantia de *habeas corpus* aos acusados de crimes contra a segurança nacional e de infrações contra a ordem econômica e social e a economia popular. A comunidade militar de informações ganhou forças e abriu-se um novo ciclo de cassações. Estabeleceu-se a prática de censura aos meios de comunicação, e a tortura tornou-se instrumento de política de Estado. Por outro lado, reforçou a tese dos grupos de luta armada, e as ações se multiplicaram, com o capitão Carlos Lamarca à frente de um grupo de militares. Ele, que aparecia em revistas ensinando bancários a atirar contra os subversivos, agora mudara de lado.” Ver: BRASIL 500 ANOS, p. 733.

²⁶¹ VERÍSSIMO, Marise da Silveira. *Marias do Socorro: Mulheres presas, mulheres torturadas*. Florianópolis, UFSC, 1998, p. 25. Dissertação defendida em julho de 1998.

²⁶² SILVEIRA, op.cit., p. 338.

²⁶³ *Brasil nunca mais: um relato para a História*. 6ª ed. São Paulo: Vozes, 1985, p. 131.

referência a Che rabiscando a frase: *Hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás*. Também trazia consigo uma referência ideológica marxista, como muitas outras mulheres que visavam à conscientização das trabalhadoras pobres, para pensarem na luta entre as classes sociais. “Nesse momento, o marxismo ainda era considerado o principal instrumento teórico de análise no campo da política revolucionária.”²⁶⁴

Chico – como era chamado – vinha do sertão do sul de Sergipe, filho de sitiantes pobres. A presença do casal era certa “em todas as passeatas, em todas as pichações, na distribuição de panfletos, correndo de gás lacrimogênio, de patas de cavalos e cassetetes.”²⁶⁵ O envolvimento dos dois com as organizações radicais contra a ditadura fez com que deixassem a filha – Maria Flor – aos cuidados da avó. Como eram cúmplices e companheiros nos ataques terroristas, passavam a maior parte do tempo juntos. No entanto a participação radical de Lígia contra a ditadura fez com que ficasse longe de seus pais e que sua filha fosse criada por Rosa Alfonsina, sem o seu acompanhamento nem o do marido. Esta atitude, segundo a narradora, foi um gesto de proteção para com Maria Flor, pois esta não teria condições de ser criada pelos pais, em meio a tantos conflitos políticos - seu nascimento coincidiu com a chegada do AI-5.

Lígia, dentre as personagens narradas, foi uma das que tiveram mais nuances de realismo. Seu envolvimento nas organizações foi construído detalhadamente, para dar confirmação e veracidade aos fatos. A personagem estava diretamente ligada ao acontecimento histórico, de modo que foi narrada com minúcia a tortura que sofreu – os seus pensamentos entrecortados, descontínuos, despidos de lógica ou razão. Por isso, levanto a questão a respeito de seus sentimentos, de suas dores, daquilo que a narradora considera indevassável. O limite. Não houve guerrilheiro preso que não fosse severamente torturado. Vale frisar, aqui, que a tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferentemente de idade, sexo ou situação moral, física e psicológica das pessoas suspeitas de atividades subversivas.

O sistema repressivo não fez distinção entre homens e mulheres. O que variou foi a forma de tortura. Além das naturais diferenças sexuais da mulher, uma eventual gravidez a torna especialmente vulnerável. Por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras.²⁶⁶

²⁶⁴ RAGO, Margareth. *Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global*. Labrys, estudos feministas. Número 3, janeiro/ julho de 2003. Ver: www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm. Retirado em 26/06/04.

²⁶⁵ SILVEIRA, op.cit., p. 330.

²⁶⁶ Para maior entendimento ver: *Brasil nunca mais: um relato para a história*, op.cit., p. 46.

A questão do corpo feminino durante a ditadura é estudada por Ana Maria Colling, em seu livro *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Neste, é evidenciado que, na prisão, as mulheres eram despidas de suas roupas, de olhos vendados, enquanto esperavam o interrogatório e, às vezes, até mesmo, durante. Nestas ocasiões, a mulher era chamada de “puta e comunista”. Então, as presas ficavam expostas em sua nudez, a mercê de seus algozes.²⁶⁷

Nesses dias de tortura, Maria José Silveira descreve, na sua narrativa, que pretende ser um balanço da história de vinte gerações de mulheres, essa situação do medo e da desestruturação psíquica, de quem viveu não mais uma história individual, mas uma história coletiva. A mulher, luta para ser cidadã, não somente como profissional, mas como participante da política. É também um espaço que marca a diferença e a exclusão. Lígia defende a igualdade entre homens e mulheres em termos de capacidades intelectuais. Vale destacar: “É preciso que as mulheres tornem-se cidadãs. E isso pressupõe que a igualdade seja aceita como expressão da liberdade das mulheres enquanto mulheres, e não na sua capacidade de serem iguais aos homens.”²⁶⁸

E da relação de Lígia com Francisco da Mata nasceu

Maria Flor (1968-...)

A personagem de Maria Flor perpassa três movimentos brasileiros importantes: a manifestação de “Diretas já”; a quase-eleição de Lula para presidente e o *impeachment* do Collor. No entanto, a autora não entra em detalhes, apenas os cita.

É explícita a geração à qual pertence: colore o cabelo de todas as cores (pink, azul, verde, roxo), tem uma tatuagem de borboleta na nuca e dois *piercings* no umbigo. Estes objetos simbólicos denunciam a revolta, o inconformismo dos jovens perante as injustiças, a violência etc. Cada um tem a sua razão para tal manifesto, que é retratada através do próprio corpo. Isto porque estamos diante de uma época que possui uma infinidade de “informações e de possibilidade e também de violência, miséria,

²⁶⁷ GOES, Maria Conceição Pinto de. “Um olhar feminino sobre a repressão.” In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 6. n 1/1998, p. 219

²⁶⁸ Ibid, p. 220.

descalabros, trânsito, novas doenças, obsessões, estresse, selvagerias de quem tem muito e de quem nada tem.”²⁶⁹ Segundo a narradora, “é a geração de final de século e de milênio, a geração de meninos e meninas que nasceram no meio da inquietação das infinitas opções da vida moderna.”²⁷⁰

Uma preocupação característica da modernidade, vista em Maria Flor, é o fato de ser obesa. É uma preocupação constante que tem assolado várias mulheres em diferentes épocas, tornando-as complexadas e inseguras. Porém, é na modernidade que tem seu pico mais alto, devido a influência da mídia. A todo tempo, deparamo-nos com o tal paradoxo: “a sociedade neurotiza as pessoas com esse assunto de gordura, pois, de um lado, os anúncios de guloseimas invadem os lares a todo instante e, de outro, anúncios de produtos de beleza exigem corpos jovens e perfeitos.”²⁷¹ No entanto a personagem Maria Flor, depois de um tempo, conseguiu desvalorizar a milionária indústria de emagrecimento e se deu conta de que a publicidade se esmerava em tentar convencê-la de que seu corpo era inadequado: “Que sistema de opressão é esse que criaram à custa dos gordos?, perguntava-se. Por que o corpo adequado só pode ser o magro?”²⁷² Então, percebeu que não fazia sentido *ser magra*, para poder ser aceita socialmente, que isso era mais uma imposição da moda. De acordo com Giulia Crippa, “a moda é um dos motores da mudança na criação da própria estrutura do corpo.”²⁷³ É a moda que dita regras, às quais a personagem não quis seguir. Não quis seguir a referência estética com a qual se deparava. Muitas mulheres não têm tal domínio, acham que, sendo gordas, não conseguirão casar, ter amigos etc, enfim, relacionar-se.

Vale lembrar, que no começo do século XX, foram definidos os novos padrões formais de aparência e beleza. Esta situação de descontentamento em que Maria Flor se encontrava – da qual demorou para se desvencilhar – elabora um discurso acerca de imagens do corpo feminino. São revistas, jornais, televisão, ou seja, mídia impressa e falada voltada à construção de uma mulher bela que se utiliza de vários potes de cremes, roupas refinadas, academia, os quais são comercializados para a construção da feminilidade. “A construção socialmente definida dos padrões de beleza feminina

²⁶⁹ SILVEIRA, op.cit., p. 339.

²⁷⁰ Ibid, p. 339.

²⁷¹ GOMES, Anderson. *E por falar em mulheres: relatos, intimidades e ficções na escrita de Marina Colasanti*. Florianópolis, UFSC, 2004, p. 100-101. Dissertação defendida em maio de 2004. Orientadora: Simone Pereira Schmidt.

²⁷² SILVEIRA, op.cit., p. 341.

²⁷³ CRIPPA, op.cit., p. 125.

capazes de estabelecer uma definição de feminilidade como conjunto de qualidades estéticas mais do que morais.”²⁷⁴

E a respeito de sua profissão, foi muito difícil a escolha. Havia muitas opções de faculdades e cursos que lhe interessavam. Optou por ser estilista. Coursou a faculdade e se tornou, segundo a narradora, uma ótima profissional. Christina Larroude de Paula Leite faz, acerca do assunto, algumas reflexões “Quem é esta mulher que começa a trabalhar fora de casa, rompendo tabus que lhe foi inculcado desde a mais tenra idade?”; “Até que ponto o grau universitário ou a formação intelectual facilita a evolução de sua carreira?” “Como ela concilia os papéis de filha, esposa e mãe com o de executiva, empresária?”²⁷⁵ Diante destas indagações, que são pertinentes à modernidade em que a *nova mulher* está inserida, busco respostas para a ausência da mulher no lar, em busca de uma realização profissional. Esta busca ocorre nos anos imediatamente subsequentes ao fim da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente, nas décadas de 50 e 60. Entretanto, “a posição da mulher no mercado de trabalho é fruto de grandes lutas que se desenrolaram nos últimos 200 anos para a conquista lenta, mas persistente, de um lugar ao sol.”²⁷⁶

Provavelmente, estamos assistindo ao retorno efetivo da mulher aos papéis econômicos, dos quais durante cinquenta séculos ela teve que abrir mão, pressionada pela tradição masculina. Este reingresso no chamado setor produtivo da economia, em seus níveis hierárquicos mais elevados, tem-lhe custado muito caro, porque tem implicado a revisão de suas capacidades, habilidades, conhecimentos e mesmo aquilo que se convencionou chamar de papel natural da mulher.²⁷⁷

A partir da revolução industrial, o desejo da mulher de trabalhar era reprovado por muitos, por ter-se desvinculado do espaço domiciliar. Um dos argumentos de maior circulação, na época, era o de que a mulher descuidaria das suas obrigações para com a família a partir do momento em que dispensasse seu tempo com a ida ao trabalho. Diante de tal situação, Isabel de Andrade Fortes nos ensina:

²⁷⁴ Ibid, p. 127.

²⁷⁵ LEITE, op.cit., p. 45.

²⁷⁶ Ibid, p. 38.

²⁷⁷ Ibid, p. 25.

a mulher que desejasse ou necessitasse trabalhar via-se numa verdadeira encruzilhada, na medida em que teria de optar entre duas funções necessariamente excludentes: ser mãe ou trabalhar. À mulher jovem e solteira era concedido trabalhar, como forma de dar uma contribuição à sua família. Mas assim que se casasse e tivesse filhos, teria que dedicar-se exclusivamente a cuidar da casa: produção e reprodução eram atividades incompatíveis.²⁷⁸

De fato, a inserção da mulher no mundo do trabalho foi extremamente sofrida. Vemos que, atualmente, a mulher preenche, com mais força, o espaço profissional. A sua presença está em delegacias, em mecânicas, em júris etc – lugares que antes eram considerados predominantemente masculinos – sem descuidar dos aspectos que dizem respeito à casa, à produção e reprodução. De acordo com Maria Luiza Ramos, “em um espaço de tempo bastante curto em termos de evolução social, a mulher se defrontou, portanto, com uma realidade nova, que veio refletir-se no seu superego, cada vez mais dividido entre a vida afetiva e os deveres de cidadã.”²⁷⁹ Este desígnio é eternizado, como supõe Simone de Beauvoir:

Assim é a mulher independente dividida hoje entre seus interesses profissionais e as preocupações de sua vocação sexual; tem dificuldade em encontrar seu equilíbrio; se o assegura é a custa de concessões, de sacrifícios, de acrobacias que exigem dela uma perpétua tensão.²⁸⁰

E sobre o perfil do seu companheiro, cumpre dizer que Maria Flor casou-se com um psiquiatra, Joaquim Machado – “um bom entendedor da alma humana e melhor entendedor da alma de Maria Flor.”²⁸¹ O casal tem o mesmo gosto, a mesma afinidade para a “música, cinema, bons restaurantes, novos programas de computador, conversas sobre o terceiro milênio, a insensatez humana e as possibilidades de um futuro melhor para o país e para o mundo.”²⁸² Parece-me que a esposa tradicional, que enterrou sua identidade dentro da identidade do marido, não possa representar mais o modelo viável para a maioria das mulheres. Penso que as mulheres estão se esforçando para criar relacionamentos melhores, baseados nos novos status do casal: ela contribuindo com o orçamento financeiro e ele participando mais ativamente da vida doméstica.

²⁷⁸ FORTES, op.cit., p. 297.

²⁷⁹ RAMOS, op. cit., p. 109.

²⁸⁰ BEAUVOIR, op.cit., p. 466.

²⁸¹ SILVEIRA, op.cit., p. 357.

²⁸² Ibid, p. 357.

A revelação das mulheres tomarem as rédeas da sua sobrevivência é fato comum em várias camadas sociais ao longo do tempo e mais pelos desafios colocados para vida em comum de parceiros cada vez mais iguais ou mais ou menos propensos a buscar um padrão mais igualitário de relações afetivas ou conjugais.²⁸³

O romance chega ao fim com a história de Maria Flor, aos trinta e três anos, casada e esperando um filho. E essa foi mais uma história - a história de Maria Flor - posterior a muitas personalidades refletidas cada qual dentro de um meio que, inevitavelmente, as influenciou. Embora a autora se valha dos acontecimentos históricos canônicos, o fato de o olhar do leitor/ leitora ser direcionado à mulher, o acontecimento fragiliza no próprio enredo, porque nosso olhar cai sobre a atuação da mulher e seus desdobramentos, fazendo-nos ler o livro pela História, que não conhecíamos. Através destas personagens, demonstra-se a fragilidade das verdades culturalmente estabelecidas (os clichês e as cristalizações internalizadas) e que parecem *naturalmente* verdadeiras. São várias mulheres, em vários períodos, que formaram uma pequena história - a nossa história. Essa proporção adquire consistência nas palavras de Maria José Silveira, quando ela nos esclarece:

De que é feita a vida, afinal, senão exatamente assim, de períodos de tempo, alguns longos, outros curtos, todos finitos, épocas bem marcadas que formam nossa pequena história na terra, com suas diferentes camadas, ontem aquilo, hoje isso, amanhã, quem sabe?²⁸⁴

²⁸³ OLIVEIRA, op.cit., p. 62.

²⁸⁴ SILVEIRA, op. cit., p. 358.

Capítulo V: Articulando a História

5.1 Mulheres conquistam seu espaço

Mas no lampejo de seus grandes olhos pardos brilhavam as irradiações da inteligência. Operava-se nela uma revolução. O princípio vital da mulher abandonava seu foco natural, o coração, para concentrar-se no cérebro, onde residem as faculdades especulativas do homem.
José de Alencar. *Senhora*

Em todas as épocas, apareceram mulheres que ousaram desafiar a sociedade e seus preconceitos, ao contrariarem inexoravelmente as imposições referentes à dominação masculina e ao se negarem a viver de acordo com o que se esperava das mulheres consideradas “de família”. Estas, geralmente incompreendidas e julgadas pela sociedade por serem muito “avançadas”, conseguiram, aos poucos, incitar mais mulheres para a causa feminina. Levantaram bandeiras contra as leis injustas, contra os preconceitos e a opressão. Segundo Ute Ehrhardt,

Amáveis, transigentes, humildes, generosas. Durante muito tempo, esta foi a imagem da mulher perfeita. Filhas obedientes e comportadas, esposas dedicadas e pacientes – muitas e muitas vidas femininas resumiram-se a isso. Aquelas que ousavam desafiar estes padrões, as que arriscavam lutar por seus desejos corriam o risco da marginalidade social.²⁸⁵

²⁸⁵ Ver a apresentação do livro: EHRARDT, Ute. *Meninas boazinhas vão para o céu, as más vão à luta*. Tradução de Victor Schimid e Theodora Breikopf Fay. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

A mulher sempre foi considerada sinônimo e símbolo da beleza e da sensibilidade, da emoção e da delicadeza, da moralidade e da pureza, do amor verdadeiro e da religiosidade, da família e da perfeição, valores considerados imprescindíveis para a sociedade em todas as épocas. No romance *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, algumas mulheres têm presença marcante e fazem a sua revolução, comandam suas vidas, deixando de lado tais valores, sendo apresentadas como um ser humano completo, com defeitos, virtudes e vícios, força, fraqueza, abnegação e interesse. A resistência feminina à dominação masculina é vista nas ações das mulheres dos séculos anteriores e também nos dias atuais:

Trata-se para a mulher desvelar, na medida do possível, as cascas das ideologias de todas as ordens para compreender o que ela é, o que funda o seu desejo, não mais na chave do complemento da figura masculina ou de seu espelho idealizado, mas na chave do suplemento, de um ser outro, nem antagonico, nem submisso, outro apenas, na singularidade de sua diferença.

286

No entanto as lutas pela emancipação social da mulher – o movimento feminista – fizeram uma trajetória tortuosa e tiveram seu ponto alto na década de 60, com o uso de anticoncepcionais e a conseqüente liberação sexual da mulher, ciente de sua passagem de atuação da esfera da vida privada para o universo da vida pública. Nota-se que o final do século XX foi marcado pela presença cada vez maior da mulher, em todos os setores da vida moderna. Acredito que a Lei e a educação foram primordiais nesta transformação, pois foi a partir da conquista do direito de ingressar em escolas públicas e particulares, seminários e universidades etc., que as mulheres começaram a ampliar a sua visão a respeito dos aspectos políticos, sociais, econômicos e intelectuais, antes restritos ao universo masculino. A disparidade entre as esferas da mulher e do homem foram, deveras, atenuadas.

A emersão das mulheres, na reconstrução historiográfica, aborda algumas reflexões referentes ao direito ao voto, à educação, ao trabalho etc. A escritora quis contar uma história de mulheres que, de alguma maneira, contribuíram para a formação da história do Brasil. O enredo envolve aspectos políticos, sociais, educacionais,

²⁸⁶ QUEIROZ, Vera. “A paixão da morte”. In: *Revista Tempo Brasileiro*. N. 101. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 105.

chegando a grandes conquistas e méritos atingidos. Este caráter informativo é dado aos leitores de seu livro, à medida em que discute como era a vida da mulher e como passou a ser, pois, sabe-se que as mulheres, desde sempre destituídas da condição de sujeitos históricos, políticos e culturais, não foram convidadas a participar de uma irmandade horizontal da nação. Tendo seu valor atrelado a sua capacidade reprodutora, permaneceram precariamente outras para a nação.²⁸⁷ Por isso, podemos encaixar algumas delas como precursoras de um movimento de liberação, pois foi dada a elas uma dimensão feminina que ajudou a construir o Brasil e que, por definição, trabalhou com o multifacetado, escancarando identidades e relações sociais turbulentas, conflitantes.²⁸⁸ Foram mulheres que se atreveram a não aceitar imposições - principalmente do marido - a pedir o divórcio, a trabalhar naquilo que lhes propiciava prazer; a tomar a frente dos negócios da família e até a abortar. Cada uma delas com especificidades diferenciadoras, a maioria faz parte da infindável galeria do paradigma que aponta para o campo da independência (quanto ao paradigma inicial de referência à mulher), decepando-lhe a honrabilidade idealizada no modelo tido por padrão de conduta permitida socialmente.²⁸⁹ Algumas estão inclusas neste aspecto. Dentre elas, ressalto alguns perfis:

Maria Taiaôba – Sobreviveu, como senhora de engenho, à guerra contra os holandeses no século XVII. “Dona de si, ela sabia que tudo lhe era possível.”²⁹⁰ Quando criança, quis aprender a ler, escrever, contar e a cozer com uma certa ansiedade. Casou-se duas vezes e não sobrepujou sua individualidade. Portou-se em condição igualitária à figura do homem. Não se deixou abater nem mesmo com a figura da morte, a qual encontrou várias vezes em seu caminho. A morte do primeiro marido, Bento Diogo, a morte súbita do seu segundo marido, Duarte Antonio de Oliveira, seguida do seu pai, Manu Taiaôba. Mais tarde, foi a vez de a Velha descansar (trata-se da mulher que criou as três gerações, mãe, filha, neta) e, pouco tempo depois, da sua filha, Belmira.

Após a morte do segundo marido, resolveu tomar conta do engenho. “Com a guerra e a invasão, muitas mulheres tinham assumido papéis que antes eram restritos aos homens, mas nem todas tinham a inteligência e o tino de Maria, nem todas

²⁸⁷ SCHMIDT, op.cit., p. 86.

²⁸⁸ VERÍSSIMO, op. cit., p. 53.

²⁸⁹ HELENA, Lúcia. “Perfis de mulher na ficção brasileira dos anos 80.” In: GAZOLLA (org.), op.cit., p. 86-87.

²⁹⁰ SILVEIRA, op.cit., p. 78.

tinham sua graça de mulher bonita, nem todas tinham seu frescor de viúva jovem.”²⁹¹ Na cidade, era muito respeitada. Os escravos a julgavam “uma mulher boa e justa, e seu engenho foi um dos que menos teve escravos fugidos durante a desorganização da guerra.”²⁹² E ainda, “ficou conhecida pelo jeito prático de fazer negócio, pela maneira gentil de tratar as pessoas, pelo olhar descomplicado e franco.”²⁹³ Diante da narrativa desta personagem, torna-se importante salientar que, em toda parte, encontramos representações que contrapõem o homem à mulher. Sempre houve uma espécie de desvalorização das tarefas femininas (ex.: a mulher é capaz apenas de realizar pequenas tarefas como cuidar da casa, dos filhos etc) e de supervalorização das atividades masculinas (ex.: ao homem é incumbida a tarefa que exige grandes riscos).²⁹⁴ Nas tarefas consideradas indignas para uma mulher - mesmo que esteja fazendo-a bem feita - há discriminação. Trabalhos que exigem força, tais quais caçar, fazer guerra, comandar, administrar são destinados ao homem. Maria Taiaôba, no entanto, vence esses obstáculos e não se reserva apenas a dar à luz, a cuidar da casa. Ela assume o trabalho e exerce reiteradamente a tarefa dita masculina.

Jacira Antônia – Viveu durante o período colonial no sertão, mais especificamente numa fazenda do interior de Goiás como uma “guerreira”. Este adjetivo parece-me pertinente, quando relacionado com a vida desta mulher, pois, como já foi relatado, venceu um ataque indígena sem armas nem munição – teve a idéia de atizar fogo de sabão nos índios pelas frestas das portas e das janelas. Destacou-se na história de Maria José Silveira, por sua liderança e autoridade incomparáveis com as das mulheres da época – pois prevalecia o patriarcalismo. E neste tipo de sociedade, “a mulher está submetida à autoridade masculina de seu pai, em primeiro lugar, e de seu marido, em seguida.”²⁹⁵ E essa imposição não cabia a Jacira. Quanto à vida conjugal, ela não dependia de seu marido, mas o respeito era mútuo e ambos se relacionavam bem. Após a morte dele, ao invés de os negócios irem para as mãos dos filhos ou a algum homem da família, Jacira tomou a frente e deu continuidade ao que o marido havia começado. Pelo relato, observa-se que era uma mulher de muito poder e mando nesta época.

²⁹¹ Ibid, p. 97.

²⁹² Ibid, p. 97.

²⁹³ Ibid, p. 97.

²⁹⁴ GODELIER, Maurice. “As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina.” In: *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro, 1980, p. 26.

²⁹⁵ Ibid, p. 15.

Lígia – A breve história de Lígia permite-nos compreender, no período da repressão da ditadura militar, como é narrada a luta e a situação das mulheres militantes e presas políticas. São abordados pontos da diversidade de experiências vividas por esta guerrilheira que, como muitas, almejava um Brasil mais justo, livre e igualitário. Cresceu vendo crescer Brasília. “Cresceu acreditando que tudo era possível. Era possível transformar o país em uma terra justa para todos, era possível fazer dos homens irmãos, era possível acabar com a miséria.”²⁹⁶

Lígia acompanhou Francisco da Mata, pai da sua filha, em situação igualitária, sendo encarregada dos mesmos papéis na luta armada. Segundo Mirian Goldenberg, num artigo intitulado “Mulheres e militantes”, publicado na Revista Estudos Feministas, a desigualdade entre homens e mulheres no interior do partido não era percebida como um problema, visto que, ao lutar por uma sociedade futura mais justa, todos saíam ganhando. A luta comunista justificava toda e qualquer desigualdade entre os gêneros.²⁹⁷ Maria José Silveira consegue mostrar que as motivações que levaram a personagem ao trabalho político da militância, como a maioria das mulheres, pautavam-se na maturidade política, intelectual e, principalmente, no grau de definição ideológica, já que optou por um grupo de esquerda específico. Lígia também se sujeitou à disciplina partidária e ao centralismo democrático assumido pela maioria dos grupos organizados de esquerda clandestina.²⁹⁸

Ser militante tinha um significado maior do que ser apenas ativista política, que viveram o pioneirismo da busca da liberdade individual no mesmo processo da luta maior pela construção de uma sociedade mais justa. Neste sentido, sofreram o preconceito latente na sociedade brasileira, que via a condição feminina reservada para a esfera do privado, portanto, da família.²⁹⁹

Que razão me leva a escolher exatamente a história de Maria Taiaôba, Jacira Antônia e Lígia e não a das demais mulheres nestes 500 anos do Brasil? Porque Maria Taiaôba foi uma sobrevivente da guerra contra os holandeses e ainda não refutou auxílio no combate, porque foi uma mulher que ousadamente comandou os negócios pertencentes à sua família. Já a história de Jacira Antônia, durante o período de colonização, possui um certo grau de relevância, uma vez que, em tal época, são

²⁹⁶ SILVEIRA, op.cit., p. 326.

²⁹⁷ GOLDENBERG, op.cit., p. 356.

²⁹⁸ VERÍSSIMO, op.cit., p. 34.

²⁹⁹ GOES, op.cit., p. 219.

comumente identificadas características de submissão na disposição moral das mulheres perante os homens. Somente a presença masculina era vista na administração de fazendas, terras e plantações. Quanto à Ligia, vale lembrar que a história da repressão durante a ditadura militar é uma história de homens. Basta que olhemos a literatura existente sobre o período. As relações de gênero estão aí excluídas. Nela, a mulher não teve seu espaço e seu papel é ainda o da opacidade, porque está obscurecido pelo machismo histórico, entranhado na política.³⁰⁰ Daí, o destaque dado a esta personagem.

O que uma mulher do sertão, uma fazendeira e uma guerrilheira têm em comum? Como agrupar mulheres de categorias sociais tão diversas, de diferentes comunidades e épocas? Trata-se de uma tentativa de análise, pois considero importante lançar observações sobre tais mulheres. Na leitura do momento histórico em que elas viveram, não podemos perder de vista o alcance obtido, naquelas épocas (séculos XVII, XIX e XX) pela repentina valorização da figura feminina e da sua função. Nas palavras de Constância Lima Duarte,

para quem ocupava um obscuro papel devido a uma estratificação social rígida que só privilegiava o masculino, transformar-se de repente em centro das atenções devia significar muita coisa – como naturalmente significou. Estas foram etapas obrigatórias na história da liberação da mulher, que precisava ser cumprida.³⁰¹

Refletindo sobre tais personagens, penso que o mundo ainda é relativamente dos “homens”. Porém esse mundo não exige (tanto) que as mulheres se masculinizem ou que se tornem assexuadas, para serem aceitas. Em contextos sociais conservadores, em que a divisão de papéis e funções entre os sexos é extremamente rígida, essas atitudes citadas são inovadoras e representam, certamente acenos de mudanças.³⁰² Nas palavras de Mirian Goldenberg,

acredito que os papéis femininos mudaram, não apenas porque a sociedade se democratizou e a vida política adquiriu outros contornos, mas porque, de forma mais ampla, a mulher brasileira alcançou uma série de conquistas no mundo público e privado. A mulher tradicional, que aceita ficar calada e obedecer a seu pai ou marido, continua existindo mas sabe que existem

³⁰⁰ Ver: COLLING, Ana Maria. *Choram Marias e Clarices: uma questão de gênero no regime militar brasileiro*. Porto Alegre, 1994. Dissertação (Mestrado em História) UFRGS. Porto Alegre, 1994.

³⁰¹ DUARTE, op.cit., p. 218.

³⁰² BEAUVOIR, p. 422.

mulheres autônomas, que exigem respeito e igualdade na família, no trabalho e nas organizações políticas e sindicais.³⁰³

E, ainda, para Maria Luiza Ramos, num artigo publicado na obra *Poéticas da diversidade*:

Se a mulher tem de equacionar cada vez mais o espaço público e o espaço privado, a sua violenta irrupção no universo masculino fez com que também os homens começassem a mudar, sensibilizando-se com a complexidade da condição feminina e atentando para a legitimidade das suas reivindicações – trabalhistas, políticas, éticas e sociais – que, em maior ou menor grau, nuns ou noutros países, vêm sendo reconhecidas.³⁰⁴

Desse modo, com a evolução - mostrada através da vida das vinte personagens - chegamos a conclusão de que não basta “pensar como nossas mães”; precisamos nos projetar em direção ao futuro e perguntar a nós mesmas que tipo de legado conjugal queremos deixar para nossos filhos e filhas.³⁰⁵

5.2 Gênero, raça e classe

Já na direção da conclusão de meu texto, ressalto que outro ângulo a ser abordado é o do valor cultural a que o livro em estudo nos remete. Ele nos conduz a reflexões acerca de raça, sexo, etnias, gêneros e suas contribuições específicas para uma história social e cultural. Para uma discussão mais consistente, é imprescindível conceitualizarmos, por exemplo, o termo “raça”.

Raças são populações que diferem significativamente nas frequências de seus genes. É impróprio chamar-se uma raça de etnia ou grupo étnico, pois estes termos indicam as semelhanças culturais dentro de uma população, ou o conjunto de suas características culturais e genéticas.³⁰⁶

Não podemos confundir com grupo étnico, que são grupos humanos formados em função da comunidade de língua, religiões e instituições sociais.³⁰⁷

³⁰³ GOLDENBERG, op.cit., p. 358.

³⁰⁴ RAMOS, op.cit., p. 110.

³⁰⁵ YALOM, op.cit., p. 436.

³⁰⁶ SCHWARCZ, op.cit., p.29.

³⁰⁷ Ibid, p. 29.

“Raça é sempre uma população heterogênea, definida por suas frequências gênicas, que diferem das de outra população.”³⁰⁸ Portanto, a noção puramente biológica do termo raça consiste em atingir qualquer objetividade, diferenciando, pelos genes, a raça branca, amarela e negra.

Para Lévi-Strauss, em *Raça e história*, “existem muito mais culturas humanas do que raças humanas, pois que enquanto umas se contam por milhares, as outras contam-se pelas unidades.”³⁰⁹ Essa afirmação é pertinente, uma vez que o livro *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* se destina a enfocar esta diversidade. Vemos que “é enorme a diversidade humana, dentro de qualquer raça.”³¹⁰ Trata-se de “uma única espécie, enriquecida pela diversidade genética.”³¹¹

Importantes contribuições ajudaram a construir as formas da história. “Estas formas nunca foram resultado de culturas isoladas, mas sim de culturas que combinam, voluntária ou involuntariamente, como migrações, empréstimos, trocas comerciais, guerras etc.”³¹² Nenhuma cultura se encontra separada, há sempre um “apoio mútuo”, uma sempre está ligada a outra, através de suas ramificações. Portanto, todo processo cultural é resultado de uma coligação entre as culturas. “Esta coligação consiste no por em comum das possibilidades que cada cultura encontra no seu desenvolvimento histórico.”³¹³

Dentro deste contexto, apesar de elas terem algo em comum como - força, coragem, determinação - investigo a base estrutural das diferenças entre mulheres. Segundo Kia Lilly Caldwell apud Avtar Brach, “a questão central não é a diferença *per se*, mas saber quem define a diferença, que diferentes categorias de mulheres são representadas dentro dos discursos da diferença e se a diferença diferencia lateralmente ou hierarquicamente.”³¹⁴ A relação entre raça, gênero e classe vem sendo estudada por um número crescente de feministas americanas, inglesas e canadenses. Há uma conexão entre as personagens citadas, porém há disparidades entre os modos de representação cultural.

³⁰⁸ Ibid, p. 31.

³⁰⁹ LÉVI-STRAUSS, Claude. *A noção de estrutura em etnologia; raça e história; Totemismo hoje*. Traduções de Eduardo P. Graeff. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 48.

³¹⁰ Ibid, p. 34.

³¹¹ Ibid, p. 31.

³¹² Ibid, p. 81.

³¹³ Ibid, p. 85.

³¹⁴ CALDWELL, op.cit., p. 101.

Na narrativa de Maria José Silveira, são abordados os limites de uma consciência nacional no contexto de produção, cuja utopia étnica efetivamente conjuga interesses metropolitanos com os da classe dominante.³¹⁵

O parentesco-raça, personificado pelas mulheres atua como elemento de coesão, respondendo pela condução da vida coletiva, que se produz e se reproduz pela perspectiva centrada na figura materna.³¹⁶

5.3 Lembranças

Às vezes entro pela noite, passo tempo
sem fim acordando lembranças.
Graciliano Ramos. *São Bernardo*

Alguns elementos narrativos articulam a própria história. Até o nome do livro - *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* - já nos sugere uma idéia de ancestralidade, caracterizada por uma noção de tempo. A presença de ataduras e liames, uma espécie de vínculo – por assim dizer – com o passado pode ser interpretada através da representação da passagem de um pequeno porta-jóias entre as personagens. Poderíamos reputar tal possibilidade, pois trata-se de uma pequena caixinha de madrepérola que permaneceu na família das mulheres, passando de mãe para filha com o intuito de registrar a evolução através dos tempos. Esse porta-jóias viajou pelo Brasil, retratou o caldeamento e a continuidade da raça. É como se fosse a acentuação, a sucessão e a profundidade do modo como foi marcado o elo das gerações. É um objeto simbólico que pode ser interpretado como um objeto da história, uma força hermética que foi, aos poucos, construindo a história de uma família.

Advém, também, uma profunda reflexão no significado da morte, presente no enredo. É através da evolução biológica nascimento/ crescimento/ morte que é dada uma continuidade à história - a história das protagonistas. Todas as histórias contadas pela narradora inscrevem-se dentro da história de cada mulher:

³¹⁵ Ibid, p. 87.

³¹⁶ BANDEIRA, Lourdes & SIQUEIRA, Deis. “O grito das avós, filhas e netas.” In: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 5. n 1/1997, p. 221.

nascimento, vida e morte. E a morte sela suas histórias com o selo do perdurável.³¹⁷ Rosa Alfonsina, a décima oitava geração de Inaiá e Fernão, e Maria Flor – estão vivas (e como reza a fábula, se não estão ainda mortas, é porque vivem ainda hoje.³¹⁸) As outras morreram de forma abrupta. Inaiá morreu com um dardo envenenado no coração, num ataque dos tupinambás, aos catorze anos; Tebereté contraiu uma doença rara, aos trinta e quatro anos; Sahy morreu de desgosto, devido o afastamento de sua filha, aos trinta e oito anos; Filipa morreu sob tortura nas mãos do capitão-do-mato, aos trinta e dois anos; Maria Cafuza agonizou em convulsões, ao encontrar pertences da sua mãe, aos vinte e seis anos; Maria Taiaôba morreu, em poucos dias, de pneumonia, aos sessenta e seis anos; Belmira suicidou-se aos vinte e sete anos; Guilhermina atracou-se com uma onça que, com uma patada, abriu sua veia jugular, morrendo aos quarenta e cinco anos; Ana de Pádua foi atingida, em cheio, pelo raio que a eletrizou de um golpe único e imediato, aos quarenta e sete anos; Clara Joaquina morreu assassinada pelo próprio marido, aos vinte e nove anos; Jacira Antônia morreu em pânico e inteiramente só, aos setenta e cinco anos; Maria Bárbara, morreu de pneumonia, aos dezessete anos; Damiana teve sua morte determinada pelo cárcere num convento, aos trinta e três anos; Açucena Brasília/ Antonia Carlota de morte natural, aos noventa anos saiu de cena; Diana América, de febre amarela, morreu aos trinta e sete anos; Diva Felícia foi atropelada, bateu a nuca no calçamento e morreu quase imediatamente, aos quarenta e nove anos; Ana Eulália, de depressão ao lado do pequeno caixão branco do filho, definhou aos vinte e quatro anos; Lígia foi torturada até a morte no período da repressão da ditadura militar, aos vinte e seis anos.

No romance, cada uma das mulheres deixa uma marca, para caracterizar a sua existência – por isso várias contribuições e construções. É apontado para a “irrepetibilidade do momento presente, fazendo ressaltar o reconhecimento de quão irreversível é o tempo em oposição à sua percepção como repetição cíclica de situações.”³¹⁹ Desse modo, a forma como viveram as personagens em questão, permanece na memória, assim como também suas devidas significações. “O presente, ao desaguar-se no passado, traz a morte, mas é justamente no morrer, quer dizer, ao

³¹⁷ BOSI, op.cit., p. 47.

³¹⁸ Ibid, p. 47.

³¹⁹ HISTÓRIA EM DEBATE. Problemas, temas e perspectivas: anais do XVI Simpósio dos professores de História. Rio de Janeiro, 1991, p. 250.

passar da ação para a lembrança, que o ser permanece na memória, no relembrar.”³²⁰ Uma passagem que expõe esta discussão está presente na narrativa da última personagem, Maria Flor, que revela, através da memória, os fatos registrados na vida de suas antecessoras:

E como em momentânea miragem, ela sente o ruído de risadas e passos leves correndo na areia da praia. Sente o gosto de água salgada do mar e frutas sumarentas, gosto de mato, cheiro de vento, pés descalços na lama, murmúrio de águas de rios, ouro fino, sedas que farfalham, cheiros de carne assada, chiados da cana no canavial e manhãs luminosas. Sente o silêncio impossível dos grandes espaços e a escuridão, uma voz que ecoa na mata, acordes de pianos tristíssimos e plangência de violões. Sente galopes e mugidos de gado, tiros secos, pés que correm, sangue, sangue, sangue, o gosto da poeira vermelha do cerrado, a altura do jatobá e um cálido perfume de mulher. São, ela sabe, sabores camuflados do passado. Sabores de gosto fugaz, mutante, mas que de alguma maneira ela sente que fazem parte dela. Que pertencem a ela, estão nela e estarão nos filhos que se preparam para nascer.³²¹

A memória de Maria Flor é povoada pelas lembranças da passagem da vida de cada uma das protagonistas, como se fizesse parte, como se tivesse vivido em épocas passadas. Segundo Luís Costa Lima, “o dado memorialístico poderia ser tomado como testemunho histórico.”³²² Ela é capaz de identificar-se com tais fatos, de maneira a confundir o seu passado com o das gerações anteriores. Essa protagonista da história percebe o movimento e tem uma compreensão das coisas que afetam diretamente sua vida e que implica mudança. Podem ser os sinais de que os tempos mudaram.³²³ Claramente, temos esta percepção: pelo vestuário, pela profissão, pelo estilo de vida, pela relação homem-mulher e pelas várias opções que a vida moderna oferece. Nessa evolução da história, entrelaçam-se passado e presente na memória da personagem, num ritmo contagiante, na qual o espaço físico, os ecos, as falas, os sons ressoam no seu universo particular, como que reavivando o que já foi vivido.

A lembrança aflora “porque esta é uma espécie de convivência com o passado. Uma convivência que só é possível num processo de enraizamento,”³²⁴ ou seja, “a memória constitui-se como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do

³²⁰ MARTINS, Maria Teresinha. *O ser do narrador nos romances de Clarice Lispector*. Goiânia: Gráfica Goiás, 1988, p. 87.

³²¹ SILVEIRA, op.cit., p. 359.

³²² LIMA, op.cit., p. 160.

³²³ HISTÓRIA EM DEBATE, op.cit., p. 141.

³²⁴ Ibid, p. 136.

esquecimento e da perda.”³²⁵ Ou ainda, “a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança.”³²⁶ Nota-se que a indução ao afloramento de lembranças registradas, ao longo do livro, pela memória de Maria Flor, procura ordenar os vestígios, relacionando-os à trama, de forma a reconstituir o processo histórico pelo qual as suas antecessoras passaram. Nesse sentido, “a necessidade dos homens de alimentarem a história com os resquícios do passado e de construírem e manterem os referidos lugares da memória, traduzem a busca, pelo ser humano, da eternidade e da identidade social.”³²⁷

Entretanto, para Ecléa Bosi, normalmente, “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho,”³²⁸ ou seja, a tarefa de lembrar é realizada através da construção com os materiais que temos disponíveis: “o simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.”³²⁹ O reavivar do passado pode ser feito através de outros ângulos, como ainda explica a referida autora, pois nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e valor.

Para finalizar, vale mencionar que tal perspectiva é percebida em todos os segmentos do romance, porém em maior grau na história de Maria Flor (a última personagem), quando esta resolve reavivar, na memória, as experiências de seus antepassados. É um tanto abstrata, já que ela busca amparo e conforto em coisas distantes e ausentes. São resquícios de outras épocas. É a essência da cultura que atinge a personagem “ao lado da história escrita, das datas, da descrição de períodos, há correntes do passado que só desapareceram na aparência.”³³⁰ A produção de Maria José Silveira, os tratamentos de interpretação são necessários à compreensão dos conteúdos armazenados nas memórias individual e coletiva, para além das identidades femininas, em diferentes momentos históricos a que se reportam. Para Zahidé Lupinacci Muzart,

³²⁵ NEVES, Lucília de Almeida. “Memória e história: substratos da identidade”. In: *História: Fronteiras: anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História*. Florianópolis, 1999, p. 1061.¹⁹⁴ Ibid, p. 1063.

³²⁶ BOSI, op.cit., p. 15.

³²⁷ NEVES, op.cit., p. 1063.

³²⁸ BOSI, op.cit., p. 17.

³²⁹ Ibid, p. 17.

³³⁰ Ibid, p. 33.

a aspiração à identidade de estatuto entre a mulher e o homem se traduziu por uma recusa das desigualdades no domínio da instrução, do trabalho, do casamento, dos direitos políticos mas, além de objetivos facilmente formuláveis, as tendências mais radicais dos movimentos de mulheres se expressaram uma vontade de “mudar de vida”, suas vidas e de redefinir os fundamentos culturais e políticos das sociedades.³³¹

Neste sentido, *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* funciona como eco das vozes das mulheres de cada tempo, suas histórias dentro de um grupo social, de seus valores, crenças, preconceitos, medos, esperanças, trabalho, construindo uma história geracional, marcada por certas diferenças.

Assim, no século XXI, Maria José Silveira quis “passar a limpo” a História do Brasil. Fez o relato da vida das mulheres, como memória, e da História, como relato da crença no que ela pode ter sido. As mulheres tornam-se, elas próprias, evidências históricas. Ao retratar a figura da morte, a narradora constrói a vida de cada uma delas. Com essa reflexão, podemos estabelecer um elo que conduz toda a narrativa: “Se a vida aparece como espaço de construção possibilitado pela experiência fornecida pelo passado, a morte deixa de ser o momento da passagem para outra existência e adquire o sentido de limite – intransponível e inexorável - da vida.”³³²

5.4 Tecendo comentários

A impressão inicial, ao terminarmos a leitura, é de um misto de desconcerto e prazer. Apesar de o livro ser um tanto singelo, ao tratar de um assunto extremamente trabalhoso, nota-se que algumas personagens são mais caracterizadas do que outras. Às vezes, até caindo no essencialismo, este ou aquele episódio mais pitoresco, engraçado ou dramático. Por isso, a explicação de algumas personagens, neste trabalho, variar conforme o enfoque dado, pela escritora, em seu livro. Em algumas passagens, a autora se ateu a contar, com aguçado descritivismo, envolvendo

³³¹ MUZART, Zahidé Lupinacci. *Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar*. UFSC, p.2.

³³² HISTÓRIA EM DEBATE, op.cit., p. 250.

fatos relevantes da experiência feminina, e em outras, apenas uma rápida menção. Ao fazermos uma leitura objetiva da situação, através da releitura, damos-nos conta de alguns pormenores esquecidos ou passados despercebidos. São certas passagens, certas frases, certos aspectos que envolvem uma leitura mais crítica. Certas passagens são mostradas com alguma inconsistência. Em várias delas, há a mistura de níveis de linguagem. Uma hora é culta, outra coloquial. Mas preferimos nos concentrar na prioridade do trabalho, que é o estudo das personagens, de como elas foram construídas.

Maria José Silveira, às vezes, cai na armadilha do essencialismo, na construção da diferença feminina historicamente localizada e condicionada por hierarquias de classe e de raça. No que concerne ao questionamento das possibilidades de generalização dos achados da autora, baseados numa amostra limitada e muito homogênea,³³³ há que se frisar que a obra é falha. É como se todas as mulheres de uma determinada época fossem do mesmo jeito. A autora reflete situações de todas as mulheres da época, como se fossem uma só. Que toda índia se encantou por um algum português; que toda mulher que viveu no sertão era forte e destemida; que toda guerrilheira era valente, ao abnegar-se da família, enfim, há um certo limite nas amostras, identificadas como sem argumento ou demonstração, aplicadas para a História das mulheres e dos acontecimentos. Com isso, não quero refutar o trabalho da autora, mas expor o deslize dos “modos de saber das mulheres e defender uma inclusão maior ou uma representação melhor das mulheres e de suas diferenças.”³³⁴

Outro ponto que desejo salientar é o da existência de outro livro, que se assemelha com o de Maria José Silveira. É válido fazer menção ao fato de a obra *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, olhada sob outro ponto de vista – o de que um livro nunca é somente um livro, é sempre resultado da leitura de outras leituras, que nos permitem referências a outras histórias – funcionar como a continuação da obra de Ângela Dutra de Menezes³³⁵ – *Mil anos menos cinquenta* – que tem como temática as

³³³ SOIHET, p. 21.

³³⁴ Ibid, p. 21-23.

³³⁵ Faço um rápido esboço sobre a biografia e literatura de Ângela Dutra de Menezes. Antes conhecida como Ângela Abreu, é escritora e jornalista. A autora é formada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, depois estudou na Universidade da República do Panamá e na Universidade da Geórgia, Estados Unidos. Nasceu no Rio de Janeiro; desenvolveu carreira de jornalista trabalhando nos jornais *Última Hora* e *O Globo*, na revista *Veja* e no Sistema Globo de Rádio; publicou *Mil anos menos cinquenta* em 1995, pela editora Imago, sendo traduzida para o espanhol e considerada pelo *Jornal La Cultura*, de Madri, como um dos cinco melhores lançamentos de 1997; posterior a obra em estudo, publicou *Santa Sofia* (Record, 1997); *O avesso do retrato* (Record, 1999); *O português que nos pariu: uma viagem ao mundo dos nossos antepassados* (Relume Dumará, 2000); *O livro do apocalipse segundo uma testemunha* (Objetiva, 2001); *Todos os dias*

trinta e oito gerações de mulheres que caracterizaram a História de Portugal. A leitura da obra de Maria José Silveira vislumbra a continuação da história de Ângela Dutra de Menezes. Começa, portanto com o livro *Mil anos menos cinqüenta*, com a história de Portugal e prolonga-se, no livro *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, com a história

da semana (Bertrand Brasil, 2003) – o primeiro livro de contos. A temática de *Mil anos menos cinqüenta* são as trinta e oito gerações de mulheres que caracterizaram a História de Portugal. Trata-se da genealogia de uma família portuguesa, na qual se sobressaem as figuras de grandes matriarcas. Essa é composta da miscigenação religiosa, política e social, numa mistura étnica e ideológica. A transmutação dessa família ao longo do milênio fez a história de Portugal (a família perpassa vários lugares no país) até que um ramo dela partiu para o Brasil. A história narrada é a seguinte: o romance inicia-se com a personagem Urraca vivendo num clima de guerra, nos dias em que se sucedeu a tomada de Coimbra pelos mouros, em 1147 e, através das descrições das vivências das gerações posteriores, com vários personagens significantes, a autora finaliza a história com outra personagem chamada Urraca, a 38ª geração de Ab'ul e Urraca, em aproximadamente 1500. E de Urraca a Urraca, a contemplação dos episódios que fizeram a História de Portugal. O livro contém duzentas e sessenta e uma páginas de História de Portugal e da História das mulheres em Portugal. Esse romance também se erige no hibridismo da história e da ficção, por ser fundamentado nos vestígios textuais do passado histórico português. No que diz respeito a esse aspecto, no decorrer da leitura, não deixamos de lembrar de José Saramago, que imprime ao relato das tradições o selo reflexivo, como *Memorial do Convento*; *O Ano da morte de Ricardo Reis*; *História do Cerco de Lisboa* – sendo todos identificados com características de romance histórico ou de romance que metafictionaliza a história. E o livro em pauta é um convite para reflexão, pois são trazidos ao leitor valores ancestrais da península ibérica, força do catolicismo, a influência muçulmana e a presença judaica, em contraposição às fatuidades do pecado, poder e riqueza. *Mil anos menos cinqüenta* assemelha-se com as obras referidas de José Saramago pela convocação que a autora faz ao passado, reconstituindo-o de acordo com a História oficial, para filtrar de modo consciente por uma ótica do presente, além, é claro, de assemelharem-se quanto à temática dos livros: a história portuguesa. Dessa forma, podemos concluir que revisar o passado, mesmo sob a luz da modernidade, tem sido uma preocupação constante na obra saramagueana, sobretudo quando pretende evidenciar o novo sentido que a história vem assumindo ao longo do tempo, além de repensar o paradigma de modelo do romance histórico português. Vemos a literatura de Ângela Dutra de Menezes e Maria José Silveira engajada num amplo contexto, vinculada com a transformação, com raízes na realidade. A visão literária de ambas as autoras ocorre nas dimensões histórica, social, individual, expressiva, conceitual, simbólica e técnica. Ao caminhar por temas tão vários, o que emerge é uma lembrança da impossibilidade de se escapar da própria história e de ter de reinventá-la continuamente. Os trabalhos desenvolvidos por elas constituem-se como um marco importante e uma significativa contribuição, tanto para a historiografia portuguesa e brasileira sobre a mulher, quanto também para esse tipo de produção literária feminina e brasileira. Pois, são escritoras mulheres e que falam de mulheres: vozes femininas, personagens femininas. Na obra *Mil anos menos cinqüenta* as protagonistas são: Urraca, Tereza, Ana Urraca, Leonor, Asrham, Beatriz, Nabila, Mona, Joana, Brites, Constança, Ana, Helena, Julia, Esther, Isabel, Débora, Marian, Branca, Celeste, Cecília, Fátima, Madalena, Aranda, Quitéria, Filipa, Catarina, Constância, Carmina, Luzia, Maria, Suzana, Manoela, Augusta, Josefa, Betânia, Carmina, Maria das Sete Dores, Matilde, Graça, Iria, Marta, Estefana, Virgília, Adélia, Urraca. E, a respeito do estilo literário das duas autoras em estudo, o texto historiográfico torna-se o ponto de encontro e ao mesmo tempo de divergência das obras em pauta. A semelhança está na sobreposição das figuras das mulheres fictícias, que são encarregadas pela perpetuação da espécie, compondo uma grande miscigenação religiosa, política e social das nações brasileira e portuguesa. Alfredo Bosi nos faz refletir a respeito das culturas brasileiras, das idéias de pluralidade e de relacionamento entre essas diferentes culturas, que não se fundem mutuamente, mas sim, nos relacionamentos de tensão, troca, hibridismo e estão em constante movimento. E é essa a sensação que a leitura dos livros nos provoca.

As histórias do Brasil e Portugal compartilharam no contexto histórico, a partir da perspectiva das referidas escritoras, as personagens-mulheres que nutriram seus sonhos nas mesmas fontes de ideais e alimentaram suas práticas de resistências com comparáveis lutas individuais. Elas mantiveram projetos em comum, os quais fizeram parte da cultura de cada um destes países. Esse encontro entre as duas culturas (portuguesa e brasileira) não implica uma perda de identidade de nenhuma delas, cada uma conserva sua unidade e sua totalidade aberta, porém ambas se enriquecem mutuamente.

do Brasil. Além disso, os recursos utilizados em ambos os livros aproximam-se, no que diz respeito ao enredo, personagens e, principalmente, na temática. As diversas estratégias se sobrepõem, num espírito lúdico e pluricultural. Isso se dá com a montagem da escritura, com a escrita feminina, com os romances escritos na contemporaneidade, com o foco narrativo, com a construção das personagens femininas (principalmente), com os gêneros historiográfico e memorialístico, com a temática, com o tempo, além dos recursos estilísticos neles empregados. Diante disso, podemos afirmar que uma história remete à outra. Situadas na junção de vários fatos de que é ao mesmo tempo a sucessão, a profundidade e a acentuação. Para Mikhail Bakhtin, o diálogo (das linguagens) não é somente o diálogo das forças sociais na estática de suas coexistências, mas é também o diálogo dos tempos, das épocas, dos dias, daquilo que morre, vive, nasce.³³⁶ Portugal e Brasil e suas muitas mulheres aproximam-se nessas duas narrativas.

Enfim, seguindo o pensamento de Ecléa Bosi - de que a história reproduz-se de geração a geração, gerando muitas outras, cujos fios se cruzam, prolongando o original, puxados por outros dedos ³³⁷ - deixo, em aberto, a sugestão de pesquisas que dêem continuidade ao estudo de geração, cruzamento e de texto histórico-ficcional, com roupagem da contemporaneidade, como o livro de Ângela Dutra de Menezes. Feito isso, poderíamos realmente conhecer uma história muito mais ampla de algumas mulheres do mundo. No caso, de uma ancestralidade européia, africana, asiática... Uma interminável história: A mãe da mãe da mãe da mãe da mãe (...) da mãe da mãe da mãe (...) de sua mãe e muitas filhas.

³³⁶ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: HUCITEC, 1988, p. 161.

³³⁷ BOSI, op.cit., p. 48.

Considerações Finais

Maria José Silveira, em sua estréia como romancista, na obra *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, mostra-nos, através da mescla de ficção e de história, o “desembrulhar” da história de mulheres. A autora “desembrulha” o que foi a revolução da mulher, em que foi redefinido o papel feminino com tantas polêmicas e conotações ideológicas, com tantos acertos e desacertos, agressões e egressões demagógicas - a histeria na emocionada busca da liberdade...³³⁸ Assim, as vinte personagens do romance atuaram sobre a sua época. Assim, foi possível que o leitor compreendesse melhor os dramas vividos pelas mulheres. Isso tudo por meio da história. Mas que história? Pontualmente, a história que não se refere aos homens

O resultado foi uma série de fatos recolhidos, agrupados, organizados pela autora, de modo a constituírem um anel de uma dessas grandes cadeias de fatos históricos. A cintilação dos acontecimentos que, sem lei aparente, choca-se, mistura-se e comanda-se, reciprocamente, em torno de cada mulher, em cada momento de sua vida – e, portanto, da vida das sociedades das quais ela participa.

Sabemos que a literatura feminina, normalmente, “são assustados testemunhos de estados d’alma, confissões e descobertas de moças num estilo intimista – o chamado estilo subjetivo com suas dúvidas e esperanças compartilhadas como elas mesmas.”³³⁹ E Maria José Silveira parece tentar fugir de tal padrão, reformulando o romance histórico, baseando-se na historiografia para construir seu romance; ora oscilando entre os dados históricos, ora oscilando entre o quase essencialismo das

³³⁸ TELLES, Lygia Fagundes. “Mulher, Mulheres”. In: PRIORE, Mary Del (org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 669.

³³⁹ Ibid, p. 671.

mulheres, mas evitando as “armadilhas individualistas da chamada narrativa feminina.”³⁴⁰

Vale salientar que um livro como *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* não pretende ser um manual histórico, porém é preciso que se seja historiador, de fato, para que se possa compreender tudo o que implica um livro verdadeiro de História. Eu explorei-o, através da literatura. Através do meu conhecimento literário, tentei fazer uma apreensão do que realmente é história e do que é ficção, discutindo questões tais quais o modo como a narrativa se organiza, o universo fictício que ela elabora, em seu referente próprio, o qual não se sobrepõe ao histórico, mas interage com ele. Julga-se que as reflexões feitas tenham contribuído para mostrar a importância do romance para a história e vice-versa.³⁴¹ Porém, toda essa discussão gira em torno da figura da mulher, através das personagens femininas, como se enfatizou no decorrer deste trabalho.

Para finalizar, deixo a informação de que *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* é um desses livros que nos fazem pensar. Pensar na nossa história, na revolução constante, paciente, obscura e prudente, talvez, que fizeram e fazem as mulheres, desde mil e quinhentos até os dias atuais. É só olharmos em volta, que logo perceberemos as mudanças, as conquistas. As mulheres conseguiram abrir espaço e o ocuparam, inclusive, em atividades paralelas à guerra, desafios arriscados que enfrentaram com coragem de assumir responsabilidades até então só exigidas ao Primeiro Sexo.³⁴²

E essa reflexão se dá através da leitura da obra em questão. E da qual cada conclusão, revista e remanejada pode ser modificada pela reação que o livro provocou. Tal é essa obra que, ao fim das trezentas e sessenta e oito páginas, opomos resistência ao término deste trabalho, sendo difícil examinar friamente as idéias e proceder à conclusão, pois há uma frenética vontade de não mais compreender tudo – e que existem, ainda, alguns raros e benditos enigmas a serem resolvidos....³⁴³ Porém a conclusão é revista: mas antes de tudo e, inicialmente, pelo próprio leitor.

³⁴⁰ SILVEIRA, op.cit., contracapa.

³⁴¹ PATRÍCIO, op.cit., p. 118.

³⁴² TELLES, op.cit., p. 669.

³⁴³ MOTA (org), op.cit., p. 146.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Ângela. *Mil anos menos cinqüenta*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia Luso-brasileira contemporânea*. São Paulo: EDUSC, 1999.

AUAD, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli. (org.) *Cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: O lutador, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 1998.

BANN, Stephen. *As invenções da História: ensaio sobre a representação do passado*. Tradução de Flávia Villas-Boas. São Paulo: UNESP, 1994.

BARROS, Diana Luz Pessoa e FIORIN, José Luiz. (orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge de capitalismo*. Tradução José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1999.

BESSELAAR, José Van Den. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: E.P.U., 1973.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1983.

BRANDÃO, Isabel F. O. (org.) *A mulher na literatura: texto e com/texto*. Revista de Programa de Pós-Graduação em Letras. Nº 18. Maceió, 1996.

CANDIDO, Antonio. *A personagem de ficção*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CAROLA, Carlos Renato. *Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de SC (1937-1964)*. Florianópolis: UFSC, 2002.

CAUSO, Roberto de Souza. *Ficção científica, fantasia e horror no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

DAL FARRA, Maria Lúcia. *O narrador ensimesmado (O foco narrativo em Vergílio Ferreira)*. São Paulo: Ática, 1978.

DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs). *História das mulheres no Ocidente*. São Paulo: Ebradil, 1991.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.

FERNANDES, Ronaldo Costa. *O narrador do romance – e considerações sobre o romance*. Rio de Janeiro: Sette letras, 1996.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. *Da profecia ao labirinto: imagens da História na ficção latino-americana contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. Tradução de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1957.

FUNK, Suzana Bornéo. (org). *Trocando idéias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: UFSC, 1994.

GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida. (org). *A mulher na literatura*. Vol. 1. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1990.

GÊNEROS DE FRONTEIRA. *Cruzamento entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Lisboa: Veja/ Universidade, s.d.

HISTÓRIA EM DEBATE. Problemas, temas e perspectivas: anais do XVI Simpósio dos professores de História. Rio de Janeiro, 1991.

HISTÓRIA: Fronteiras: anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História. Florianópolis, 1999.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução: Maria Elisa Cevalco. 2 ed. São Paulo: Ática, 2002.

JOBIM, José Luís (org). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Discurso histórico e narrativa literária*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.

LE GOFF, Jacques. *A Nova História*. Tradução de Ana Maria Bessa. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

LEITE, Christina Larroudé de Paula. *Mulheres: muito além do teto de vidro*. São Paulo: Atlas, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A noção de estrutura em etnologia; raça e história; Totemismo hoje*. Traduções de Eduardo P. Graeff. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LIMA, Luís Costa. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de. *O sexo dos textos e outras leituras*. Rio de Janeiro: Caminho, 1995.

MARTINS, Maria Teresinha. *O ser do narrador nos romances de Clarice Lispector*. Goiânia: Gráfica Goiás, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme (org). *Lucien Febvre: História*. São Paulo: Ática, 1978.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar*. Florianópolis: UFSC, s/d.

NETO, Godofredo de Oliveira. *A ficção na realidade em São Bernardo*. Blumenau: FURB, 1990.

NOVAES, Adauto (org). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

PATRÍCIO, Jenair Maria. *Uma travessia da história a ficção: a imigração judaica em a Majestade do Xingu de Moacir Scliar*. Dissertação de Mestrado em Literatura. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

POUILLON, Jean. *O tempo no romance*. São Paulo: Cultrix/ EDUSP, 1974.

PRIORE, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

REIS, Maria Cândida Delgado. *Tessitura de Destinos: mulher e educação*. São Paulo: EDUC, 1993.

REUTER, Yves. *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS. CFH/ UFSC. Vol. 4. n 2/1996; Vol. 5. n 2/1997; Vol. 6. n 2/1998; Vol. 7. n 1 e 2/1999; Vol. 8. n 1/2000. Vol. 11. n 2/2003.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

_____. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SANTOS, Luísa Cristina dos. (org.) *Literatura e mulher: das linhas às entrelinhas*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002.

SCARPELLI, Marli Fantini e DUARTE, Eduardo de Assis (orgs). *Poéticas da diversidade*. Belo Horizonte: UFMG/ FALE: Pós-Lit, 2002.

SCHMIDT, Rita Terezinha (org). *(Trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palotti, 1997.

SCHUMAHER, Schuma e VITAL, Érico (org). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz & QUEIROZ, Renato da Silva (orgs). *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP, 1996.

SEGOLIN, Fernando. *Personagem e anti-personagem*. SP: Cortez & Moraes, 1978.

SILVA, Márcio Seligmann (org). *História, memória, literatura*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVEIRA, Maria José. *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*. SP: Globo, 2002.

STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. Tradução Heloísa Jahn. São Paulo: Ática, 1992.

TORRES, Raymundo Negrão. *O fascínio dos anos de chumbo: o “golpe” de 64 – 40 anos depois*. Curitiba: Editora do Chaim, 2004.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: EDUNB, 1982.

XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: Sujeitos na História: práticas e representações. São Paulo: EDUSC, 2001.

YALOM, Marilyn. *A história da esposa: da Virgem Maria a Madonna - O papel da Mulher casada dos tempos bíblicos até hoje*. Tradução Priscilla Coutinho. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

WHITE, Hayden. *Meta-história: A imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

_____. *Trópicos do discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.

